



Alvaro Santos Simões Junior

**Bilac vivo**

## Bilac vivo

Alvaro Santos Simões Junior

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SIMÕES JUNIOR, A. S. *Bilac vivo* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2017, 181 p. ISBN: 978-85-9546-179-6.  
<https://doi.org/10.7476/9788595461796>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**BILAC VIVO**

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*

Mário Sérgio Vasconcelos

*Diretor-Presidente*

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Superintendente Administrativo e Financeiro*

William de Souza Agostinho

*Conselho Editorial Acadêmico*

Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza

Henrique Nunes de Oliveira

João Francisco Galera Monico

João Luís Cardoso Tápias Ceccantini

José Leonardo do Nascimento

Lourenço Chacon Jurado Filho

Paula da Cruz Landim

Rogério Rosenfeld

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

*Editores-Adjuntos*

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues



ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR

# BILAC VIVO



© 2017 Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:  
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172  
www.editoraunesp.com.br  
www.livrariaunesp.com.br  
feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Vagner Rodolfo CRB-8/9410

---

S593b

Simões Junior, Alvaro Santos

Bilac vivo / Alvaro Santos Simões Junior. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-9546-179-6 (eBook)

1. Literatura brasileira. 2. Bilac, Olavo. 3. Poesia. 4. Literatura. I. Título.

2017-722

CDD: 869.1

CDU: 821.134.3(81)-1

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Literatura brasileira: Poesia 869.1  
2. Literatura brasileira: Poesia 821.134.3(81)-1

Editora afiliada:

  
Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe

  
Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

*Aos meus amores, Fatima e Ligia,  
meus pais, Alvaro e Anna,  
e meus sogros, Atsushi (in memoriam) e Haruko*



# SUMÁRIO

## Apresentação 9

- 1 Entre o Parnaso e a Rua do Ouvidor 13
- 2 *Via Láctea* (1888): história (parnasiana) de uma paixão 23
- 3 Um cronista provinciano na capital do mundo: Bilac como correspondente europeu 31
- 4 Do cárcere ao exílio 43
- 5 Poesia parnasiana e publicidade 57
- 6 A “Crônica” de Bilac em *A Bruxa* 71
- 7 Cleópatra prostituída ou a evocação histórica a serviço da sátira 87
- 8 Jogo dos bichos e poesia nefelibata: em torno de uma sátira de Olavo Bilac 95
- 9 A Belle Époque no “Registro” de Bilac 109
- 10 Bilac e a língua portuguesa 129
- 11 A cultura popular no “Registro” 143
- 12 Regeneração ou Bota-Abaixo? As reformas urbanas segundo Bilac e Lima Barreto 151
- 13 Mundanismo e patriotismo na oratória bilaquiana 155

## Referências 171



## APRESENTAÇÃO

Esta apresentação é substancialmente uma justificativa para o título do livro. Pela primeira vez em sua trajetória acadêmica, o autor opta por um título curto e sugestivo, que não anuncia com precisão o conteúdo das páginas por ele enfeixadas. Essa escolha tem sua origem em Belém do Pará, onde em julho de 2015 ocorreu encontro casual com Regina Zilberman que, apenas para dar início à conversa, perguntara gentilmente: “E o Bilac, como vai?” A consagrada ensaísta tinha generosamente prefaciado *A sátira do Parnaso* (2007) e sabia do interesse de seu autor pelo poeta parnasiano. A pergunta desprestenciosa teve uma resposta curta mas significativa: “Cada vez mais vivo!” Estava certamente *vivo* para o interlocutor de Zilberman, pois se dedicava ao estudo do poeta parnasiano havia mais de duas décadas e acabara de proferir mais uma palestra<sup>1</sup> sobre ele no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), organizado pela Universidade Federal do Pará, conseguindo atrair a atenção de seu público para a poesia satírica de Bilac. Mais do que um adjetivo, a palavra *vivo* do

---

1 Essa palestra corresponde ao texto de número 8. Quanto aos demais ensaios, as publicações anteriores estão informadas em notas de rodapé.

título seria, assim, um verbo no presente do indicativo e equivaleria a uma confissão de caráter pessoal.

Não obstante, com o título *Bilac vivo* alude-se também ao iminente centenário de morte (1918) do lírico da *Via Láctea*, sugerindo que, apesar do tempo transcorrido, sua obra permanece viva, não apenas por pertencer a um autor canônico, mas também por seus méritos intrínsecos. Com efeito, alguns dos ensaios aqui reunidos pretenderam originalmente demonstrar o valor histórico e literário da obra que Bilac dispersou por vários periódicos de seu tempo. Embora o autor deste livro suponha colocar-se entre os antípodas ideológicos do poeta parnasiano, adotou o título com propósitos polêmicos, pois desde a série de ensaios *Mestres do Passado*, escrita por Mário de Andrade, e da eleição dos parnasianos como alvos preferenciais pelos modernistas e seus admiradores – que após a Semana de Arte Moderna (1922) deram régua e compasso aos estudos literários no Brasil –, Bilac vem sendo considerado um poeta *morto*, isto é, que já nada representa para os contemporâneos. No empenho de comprovar que, ao contrário, Bilac permanece *vivo*, vem este pesquisador dedicando-se às outras faces de sua produção, isto é, a crônica, a literatura paradidática, a oratória, a produção publicitária e a poesia satírica.

Como se estudaram várias fases da trajetória intelectual de Bilac, inextricavelmente associada às transformações por que passou a imprensa brasileira em seu tempo, os ensaios reunidos neste volume dão um retrato do poeta *quando vivo*, ou seja, formam, em seu conjunto, uma espécie de biografia fragmentária que, deixando em segundo plano os episódios pitorescos ou até mesmo dramáticos tão bem narrados, com mais ou menos rigor, por Raimundo Magalhães Jr. e Fernando Jorge, entre outros biógrafos, põe ênfase nos projetos intelectuais e nas atividades políticas e culturais que o popular poeta parnasiano e jornalista desenvolveu em sua vida. Embora esse aspecto tenha sido negado ou menosprezado pela crítica filomoder-nista, Bilac foi um intelectual empenhado.

Quer o autor deste livro modestamente colocar-se ao lado de Antonio Dimas, Paulo Franchetti, Marisa Lajolo e Regina

Zilberman, entre outros, os quais com maior brilho e pioneiramente voltaram sua atenção ao poeta que as antigas gerações aprenderam a amar na escola. Que julgue o leitor, pela leitura dos ensaios reunidos neste volume, a validade do esforço empreendido por tantos anos. A propósito, cabe agradecer, na conclusão desta breve nota, à Fapesp, CNPq, Capes e Fundunesp o generoso apoio financeiro que oportunamente concederam ao pesquisador.

Assis, 4 de agosto de 2017  
Alvaro Santos Simões Junior



# 1

## ENTRE O PARNASO E A RUA DO OUVIDOR<sup>1</sup>

Considerando a carreira literária e jornalística de um dos maiores escritores brasileiros, este ensaio destina-se a demonstrar que a historiografia literária não pode deixar de levar em consideração os textos publicados em jornais e revistas, pois essa produção relaciona-se intimamente com os textos veiculados em livros.

Olavo Bilac, um dos principais poetas parnasianos, compôs boa parte de sua obra para periódicos, que acolheram sua produção poética desde os primeiros esboços de adolescente até alguns dos últimos sonetos *parnasianamente* perfeitos. Além disso, como o trabalho de Antonio Dimas (2006) vem revelando, o autor das *Panóplas* foi também um cronista importante (v. também Simões Jr., 2007).

Na célebre “Profissão de fé”, que abria *Poesias*, seu primeiro livro, publicado em 1888, Bilac definia-se como artesão do verso perfeito e da estrofe cristalina que, para servir à deusa Serena Forma, trabalhava o pensamento horas sem conta e longe de tudo. Em *Tarde*, seu último livro de poesia, publicado postumamente em 1919, havia o soneto “A um poeta”, em que o fazer poético era

---

1 Versão original deste ensaio foi recolhida no livro *Literatura e história: da instituição das disciplinas às releituras do cânone* (2011), organizado por Joana L. M. Araújo, Regina M. dos Santos e Ivan Marcos Ribeiro.

comparado ao labor abnegado e incansável de um monge beneditino que trabalha intensamente em seu claustro, “longe do estéril turbilhão da rua”.

Em textos tão distanciados no tempo, repetia-se a ideia da poesia como algo produzido no isolamento, em completa solidão. Assim definida, a poesia seria incompatível com as redações dos jornais, em que o burburinho e a lufa-lufa da vida cotidiana repercutem e se reproduzem. Como explicar a contradição entre o programa poético explicitamente assumido e a intensa vida profissional associada aos periódicos?

Em *Tempos eufóricos*, Antonio Dimas (1983, p.61) defende a existência de uma dicotomia na personalidade intelectual de Bilac, identificando

[...] de um lado, o esteta, atento sempre à perfeição e à simetria harmoniosa das formas, [...] e de outro, o jornalista empenhado em discurrir, dentro de certas limitações e distorções pessoais e temporais, a realidade do país em que vivia.

Já Flora Süssekind distingue na produção bilaquiana uma dicotomia estilística. Em *Cinematógrafo de letras*, observa que, de um lado, os textos jornalísticos apresentam parcimônia vocabular, redundância e uma dicção objetiva e às vezes satírica e, de outro, os textos pretensamente artísticos assumem outro tom, com “muitos vocativos, palavreado vistoso, proliferação de sinônimos, analogias com a mitologia clássica” (Süssekind, 1987, p.21).

De acordo com esses autores, portanto, Bilac seria uma espécie de centauro, parte poeta parnasiano, parte jornalista. Seria interessante avaliar criticamente essa concepção considerando o envolvimento do poeta com os periódicos.

Em 1883, Bilac publicou as primícias de sua poesia no jornal dos estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a *Gazeta Acadêmica*. Embora os poemas fossem canhestros, sua publicação colocou o poeta em contato com um público mais amplo do que o círculo dos amigos mais próximos e proporcionou-lhe a satisfação

de ver pela primeira vez impressos os seus versos, o que seria um estímulo nada desprezível para um poeta novo.

A popular e prestigiosa *Gazeta de Notícias*, dirigida por Ferreira de Araújo, assegurou-lhe a sua primeira glória poética com a publicação em 1884 do soneto “Nero”, recolhido mais tarde em *Panóplias* (*Poesias*) como “A sesta de Nero”.

Estimulado em suas pretensões artísticas pela repercussão do soneto, que foi saudado como legítimo representante da então nova estética parnasiana, Bilac integrou-se ao grupo de intelectuais e jornalistas boêmios liderados por José do Patrocínio.

Em 1885, foi apresentado ao público leitor carioca por Artur Azevedo, que lhe transcreveu dois sonetos na sua coluna “De palanque”, mantida no *Diário de Notícias*. Bilac também publicaria poemas em *A Semana*, de Valentim Magalhães, e *A Estação*, revista de modas de Henrique Lombaerts.

À medida que crescia sua reputação como poeta, que colaborava inclusive em jornais do interior fluminense como a *Gazeta de Sapucaia*, *O Vassourense* e *A Quinzena*, de Vassouras, Bilac era visto mais frequentemente nos botequins e confeitarias do que na Rua da Misericórdia. O inevitável abandono do curso de Medicina levou ao rompimento com o pai, que era médico. Nesse transe, socorreu-o Patrocínio, que lhe ofereceu um posto de conferente de revisor na *Gazeta da Tarde*.

Embora fosse razoavelmente bem conhecido no círculo letrado carioca, Bilac não era, a rigor, um noivo digno para muitas famílias burguesas. O poeta percebeu que, caso pretendesse casar-se com Amélia, sua namorada e irmã de Alberto de Oliveira, deveria exercer uma profissão que então fosse considerada “respeitável”. Escolheu a advocacia. Como então não havia curso de Direito no Rio de Janeiro, mudou-se para São Paulo, onde passou a exercer uma atividade que estreitou seus vínculos com os jornais. Para custear seus estudos, Bilac empregou-se no *Diário Mercantil*, para o qual resumia o noticiário das folhas cariocas, e também assumiu a seção literária de um hebdomadário. Em carta a Bernardo de Oliveira, irmão de Amélia e Alberto, o poeta queixava-se de seu novo trabalho:

Receberás por estes dias a *Vida Semanária*. Sabes o que é esse bicho? Uma revista política daqui, que paga ao teu pobre amigo algumas miseráveis dezenas de mil réis mensais para que ele lhe encha de matéria literária oito páginas de cada número. [...] Mata-me esta necessidade de ganhar dinheiro: não nasci para este triste ofício de literato de fancaria. (Bilac, 1932, p.244-7)

Nessa fase de sua vida, o jornal era para Bilac apenas um veículo para divulgar a sua poesia parnasiana, que versava temas da Antiguidade e tratava do amor com comedimento neoclássico. O parnasiano então considerava que escrever para jornais era conspurcar a arte literária; sentia-se como uma espécie de artista mercenário. Como confessaria mais tarde, naquele tempo acreditava ingenuamente que “o homem capaz de fazer versos não tinha necessidade de fazer mais nada” (idem, 1903, p.1).

Entretanto, o naufrágio de seus planos conjugais e jurídicos fez do jornalismo uma tábua de salvação, já que não se interessava por seguir uma pacata vida burguesa. De volta ao Rio de Janeiro em 1888, Bilac colaborou em diversos jornais, entre os quais a *Cidade do Rio*, do amigo Patrocínio. Em 1889, Bilac fundou com Raul Pompeia *A Rua*, jornal republicano. No ano seguinte, publicou suas primeiras crônicas na *Gazeta de Notícias* e fez sua primeira viagem à Europa como correspondente da *Cidade do Rio*.

Em 1892, Bilac fundou com o republicano histórico Lopes Trovão e o jornalista Pardal Mallet uma folha política, *O Combate*, cuja contundência desafiava a sanha repressiva do governo de Floriano Peixoto. Após uma tentativa de golpe em que esteve envolvido, Bilac amargou cinco meses de cárcere na fortaleza da Laje.

Em 1893, estreitou relações com a *Gazeta de Notícias*, folha em que colaboraria até o fim de sua carreira jornalística. No final desse ano, a agitação política causada pela Revolta da Armada, deflagrada no dia 6 de setembro, tornou muito arriscado o exercício do jornalismo independente. Ameaçado pelo governo autoritário de Floriano Peixoto, Bilac fugiu para Minas Gerais, abrigando-se na então capital do estado, Ouro Preto, e posteriormente em Juiz de Fora. O

poema “O caçador de esmeraldas”, que passaria a integrar *Poesias* a partir da edição de 1902, é fruto de sua permanência nessa região impregnada da história colonial e de pesquisas desenvolvidas nos arquivos mineiros na companhia de Afonso Arinos.

Para quem iniciou a carreira jornalística a contragosto, Bilac revelou-se em poucos anos um panfletário entusiasta, digno de padecer uma prisão política e um autoexílio. Em 1894, o poeta publicou pela primeira vez em livro parte de sua produção jornalística, no volume intitulado *Crônicas e novelas*, o que indicava certo apreço pelos textos escritos para os periódicos.

Em uma de suas “crônicas livres” escritas sob Floriano Peixoto, Bilac reconheceu a importância da *Gazeta de Notícias*, que teria “nobilitado com o salário” o trabalho dos seus colaboradores literários (idem, 15 fev. 1894, p.1). Note-se que a remuneração, vista poucos anos antes como um deslustre por quem defendia a arte pela arte, era nessa ocasião considerada dignificante e legitimadora da atividade do escritor.

De volta à então capital federal, Bilac dedicou-se com afinco ao jornalismo, fundando com Julião Machado duas revistas ilustradas, *A Cigarra* (1895) e *A Bruxa* (1896-1897), assumindo em 1897 a crônica dominical da *Gazeta de Notícias*, até então escrita por Machado de Assis, e tornando-se a partir de 1899 cronista diário do vespertino *A Notícia*, além de colaborar eventualmente em alguns outros periódicos.

Trabalho tão intenso, realizado sob a pressão dos paginadores, que sempre instavam pela matéria a ser composta, e cadenciado pelo resfolegar impaciente das rotativas a vapor Marinoni, certamente não poderia receber o cuidado artesanal, o esmero de ourivesaria que o poeta afirmava dedicar à poesia. No entanto, *não se tratava de apostasia*. Do ponto de vista de Olavo Bilac, sua produção artística possuiria duas faces distintas. É o que se depreende da leitura de uma crônica de 1897, em que o poeta se opunha a um projeto de lei, então apreciado no Congresso, que visava a proibir o anonimato e o pseudônimo na imprensa:

O uso do pseudônimo não quer dizer que o escritor não queira assumir a responsabilidade do que escreve: todo o mundo sabe, por exemplo, que Patrocínio é Proudhomme e que Proudhomme é Patrocínio. Mas, na produção intelectual de um jornalista, como na de um artista, há sempre a parte séria a que o escritor dá o seu verdadeiro nome, e a parte leve, humorística, que bem pode correr por conta de um pseudônimo transparente.

Para cada estilo, cada assinatura. (idem, 25 jul. 1897, p.1)

Para Bilac, portanto, o pseudônimo, tão usado nas crônicas, artigos, resenhas e poemas satíricos, serviria antes para *identificar um estilo* do que para ocultar a autoria. Assim, ao lado do *estilo sério* dos poemas parnasianos e de parte das crônicas semanais ou diárias coexistiria o *estilo leve* das sátiras em verso e também de várias crônicas mais ou menos descontraídas ou irreverentes. Pode-se afirmar que esses estilos coexistiam harmoniosamente, pois a autoria dos textos “leves” era assumida por um pseudônimo facilmente atribuível ao poeta. Talvez Bilac estabelecesse essa delimitação de fronteiras para preservar a respeitabilidade e o prestígio do estilo “sério”, sujeito a rígidos preceitos estéticos. A *neoclássica* estética parnasiana reeditava a tradição antiga de separação de estilos de que tratou Auerbach (1998).

Em crônica de 1906, em que versava a respeito da então recente moda das conferências literárias, Bilac (17 ago. 1906, p.2) reconhecia a importância do jornal para que um escritor novo se fizesse conhecido do público leitor:

No Rio de Janeiro, às verdadeiras vocações literárias somente se abria até agora um campo de estreia: o jornal. Não temos aqui as “revistas” de grande tiragem, especialmente dedicadas à literatura, e avidamente procuradas pelo público; e, se os nossos jornais fechassem as suas portas a poetas e romancistas, dedicando-se apenas, como na Europa e na América do Norte, ao serviço de informação, poetas e prosadores ficariam sem público; – digam do jornal o que quiserem, mas ninguém contestará que ele tem sido, no Rio de Janeiro, o formador de toda a nossa literatura antiga e moderna.

Habitual frequentador das “baixas e fúteis regiões do Rodapé” (idem, 14 mar. 1897, p.1), Bilac aceitava resignadamente o trabalho oferecido pelos jornais porque possuía plena consciência de que até mesmo um autor profícuo e admirado como Coelho Neto era constrangido, para “ganhar o pão quotidiano”, a “desperdiçar o seu talento no esfalfante e duro mister de escrever coisinhas para os jornais” (B., 13 nov. 1905, p.2). Para o poeta, o analfabetismo era o grande problema a ser combatido pelos escritores, pois restringia o número de virtuais leitores e impossibilitava as grandes tiragens de livros e jornais, condição *sine qua non* para a redução do preço dos exemplares (Bilac, 15 nov. 1905, p.2).

A dedicação resignada ao jornalismo não impedia que o parnasiano Bilac notasse os efeitos deletérios do trabalho de encher as insaciáveis colunas dos jornais. Pronunciando-se em nome dos colegas de profissão, assim descreveu um desses efeitos:

Tanto abusamos das palavras, tanto deformamos o sentido delas, tanto barateamos o louvor, tão impensadamente distribuímos a censura, que vamos ficando reduzidos a simples máquinas de escrever, – de teclado dócil, obediente ao toque de todo o mundo... Cada um de nós não passa de uma *Remington* aperfeiçoada.<sup>2</sup> (idem, 16 jan. 1898, p.1)

No caso de Bilac, a separação de estilos impedia que essa corrupção das palavras chegasse ao Parnaso, onde imperava soberano o *sermo sublimis* do estilo sério ou elevado.

Em sua pregação jornalística, Bilac foi um dos maiores defensores do saneamento e da reformulação urbanística do Rio de Janeiro como forma de combater as endemias e epidemias que assolavam a população e de tornar a cidade esteticamente mais digna da condição de capital de um país civilizado. As medidas defendidas pelo poeta foram encampadas pelo Estado principalmente a partir de

---

2 Cabe lembrar aos muito jovens que Remington era uma marca de máquinas de escrever.

1902, com a posse do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos.

A partir de sua nomeação como inspetor escolar em 1899, Bilac aproximar-se-ia dos círculos palacianos. Em 1900, fez as vezes de orador oficial durante viagem do presidente Campos Sales à Argentina e, em 1906, foi nomeado pelo barão do Rio Branco secretário geral da III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro.

No final de 1908, Bilac encerrou a sua carreira jornalística por sentir-se ofendido pela imprensa, que murmurava contra a sua Agência Americana, instituição destinada a fornecer informações sobre as bolsas estrangeiras aos homens de negócios, particularmente aos exportadores de café. Alguns jornais especulavam sobre o real destino dos 27 contos que o Itamarati reservara ao projeto.

Longe das redações e perto dos palácios, o poeta acabou mudando de opinião a respeito de pelo menos parte de sua produção jornalística. Quando se tornou o principal propagandista da Liga da Defesa Nacional, Olavo Bilac renegou os textos escritos em estilo leve, nos quais passou a discriminar um teor potencialmente subversivo. Em 1915, ao agradecer banquete em sua homenagem, oferecido pelo Exército no Clube Militar do Rio de Janeiro, o poeta confessou-se envergonhado da “frívola e irônica literatura, [...] muitas vezes eivada do fermento anárquico” que publicara nos jornais (idem, 1927, p.136).

Segundo testemunho de Eloy Pontes, Bilac haveria deixado instruções em seu testamento proibindo aos herdeiros a publicação dos textos assinados com pseudônimos (cf. Pontes, 1940, p.107), ou seja, dos textos escritos em estilo leve. De sua perspectiva neoclássica, o poeta acreditava apenas na permanência do estilo sério ou elevado, em que reconhecia maior valor estético; não gostaria que seu nome glorioso ficasse associado ao que fora escrito de acordo com os circunstanciais estímulos da realidade circundante e que, por isso, era transitório e menor.

Pode-se afirmar que o trabalho nos jornais não tornou *Bilac menos parnasiano*. Apesar da redundância e das repetições de

palavras observadas por Flora Süssekind, o jornalista Bilac, como bom seguidor de Leconte de Lisle, não abria mão da correção gramatical e da perfeita articulação sintática de seus textos. Mesmo os textos satíricos em verso, via de regra assinados por pseudônimos, apresentavam estrofes, metrificação, rimas e ritmo regulares – eram, em suma, parnasianos, apesar de moderadas concessões ao *sermo humilis* (gírias, expressões chulas, coloquialismos etc.) (v. Simões Jr., 2007), as quais, de resto, eram perfeitamente compatíveis com o estilo baixo da sátira. Em certo sentido, parnasiano não é apenas o estilo sério; parnasiana é, em última instância, a programática distribuição da obra literária em espécies estilísticas distintas. Assim, as batalhas que o cronista parnasiano Bilac travou na imprensa ajudaram a manter o Parnaso limpo, regular, harmonioso, perfeito.

Conclui-se, portanto, considerando a trajetória de Bilac, que o intenso jornalismo praticado pelos escritores do final do século XIX e do início do século XX e a literatura escrita segundo os preceitos estéticos parnasianos condicionaram-se mutuamente, acentuando determinadas características particularizantes de cada produção. Esse processo não deve ser ignorado pela historiografia literária brasileira.



## 2

# VIA LÁCTEA (1888): HISTÓRIA (PARNASIANA) DE UMA PAIXÃO<sup>1</sup>

Em 1883, Olavo Bilac estampou seus primeiros poemas na *Gazeta Acadêmica*, jornal dos estudantes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No ano seguinte, já realizava um grande desejo ao publicar o soneto “Nero” (primeira versão de “Sesta de Nero”) na prestigiosa *Gazeta de Notícias*, então dirigida por Ferreira de Araújo. Nos anos subsequentes, o poeta seguiria divulgando seus versos em periódicos, à medida que os escrevia, antes mesmo de reuni-los no livro *Poesias*, publicado em 1888, que seria constituído de três partes: *Panóplias*, *Via Láctea* e *Sarças de fogo*.

Em 1885, Bilac iniciou um namoro com a poetisa Amélia de Oliveira, irmã de Alberto de Oliveira. Essa paixão inspirou boa parte dos sonetos da *Via Láctea*, que, colocada entre *Panóplias* e *Sarças de fogo*, representava uma ilha de lirismo amoroso cercada, de um lado, pela impassibilidade parnasiana das *Panóplias* e, de outro, pelo erotismo das *Sarças de fogo*. Como outros textos das *Poesias*, sonetos da *Via Láctea* também foram publicados em periódicos como *A Semana*, dirigido por Valentim Magalhães.

---

1 A revista *Navegações* (PUCRS, Universidade de Lisboa, v.5, f.2, 2º sem. 2012) acolheu versão original deste ensaio.

Comparada aos outros dois livros, a *Via Láctea* apresentava maior uniformidade formal, pois todos os 35 poemas da série eram sonetos constituídos de versos decassílabos. De certa maneira, a preferência pela forma fixa significava uma reação aos românticos, que adotavam poemas de forma aberta, e uma retomada do soneto camoniano ou bocagiano. A despeito da temática amorosa, Bilac observou a contenção neoclássica ao exprimir seus sentimentos; tal moderação era assumida como parte do programa parnasiano de renovação da poesia brasileira. No soneto “Todos esses louvores, bem o viste” (XI), em que aludia à boa recepção dos seus versos, o poeta revelava aversão bem parnasiana ao sentimentalismo romântico que, não obstante, era ainda muito popular:

Ai de mim, se de lágrimas inúteis  
Estes versos banhasse, ambicionando  
Das néscias turbas os aplausos fúteis!

(Bilac, 1997, p.51)

Os sentimentos que o poeta exprimia eram moderados e comuns à maioria das pessoas, tais como a exaltação com a descoberta do grande amor, a alegria de ser correspondido, os impulsos contraditórios motivados pela paixão, a impaciência com o compromisso de guardar segredo, a satisfação por ser compreendido, o enlevo ao ouvir a amada, a dor da separação, a saudade e a euforia do reencontro, entre outros. Em *Via Láctea*, o que era pessoal sofreu tratamento universalizante. Ao contrário de certos românticos, o poeta não se concebia como ser excepcional bafejado pelo gênio. Ao referir-se à amada, não lhe atribuía características peculiares que a pudessem diferenciar das outras mulheres. Os cabelos negros mencionados no soneto “Dormes... Mas que sussurro a umedeceida” (XVIII) não constituíam traço particularizante, até porque no soneto seguinte, “Sai a passeio, mal o dia nasce” (XIX), os cabelos da amada tornavam-se louros.

Almejando alcançar certa universalidade, o poeta não cantou sabiás e palmeiras ou bananeiras e laranjais, não se interessou pelos

escravos nem atacou o imperador. Se cantou os índios, o fez como homenagem a Gonçalves Dias, o poeta brasileiro que mais prezava, apesar de ser romântico. A Bilac não importava a cor local, que ainda era, para muitos, traço distintivo do poeta brasileiro. Tendo em vista a ressonância universal, abandonou em sua poesia lírica as veleidades românticas de construção de uma *língua brasileira* mediante *brasileirismos* léxicos e sintáticos. Sua língua era, sem sombra de dúvidas, a de Camões e Bocage.

O predomínio do tratamento universalizante dos temas certamente dificultava compreender a *Via Láctea* como expressão lírica de um caso amoroso específico. Entretanto, o conhecimento das circunstâncias particulares do poeta poderia ampliar a significação de muitos poemas. Não se trata aqui, é evidente, de reabilitar a utilização sistemática do fator biográfico na crítica literária – o que seria um anacronismo –, mas de iluminar melhor um livro que foi concebido como uma espécie de diário amoroso. Com a publicação da *Via Láctea*, o poeta poderia, como confessou no soneto “Tudo ouvirás, pois que, bondosa e pura” (II), “rever a estrada pavorosa e escura” por onde andara “de pesadelos perseguido” (ibidem, p.42).

Bilac cursava Medicina desde 1881 por influência do pai, médico que servira o Exército durante a Guerra do Paraguai. Ainda estudante, passou a frequentar a roda de intelectuais boêmios liderados por José do Patrocínio, que se reuniam para bebericar e conversar sobre literatura e política. O namoro com Amélia, iniciado em 1885, não modificou os seus hábitos noturnos. O soneto XIV da *Via Láctea* expressava o arrependimento do poeta por haver provado amores menos castos, que modificaram profundamente sua compreensão do amor:

Viver não pude sem que o fel provasse  
Desse outro amor que nos perverte e engana:  
Porque homem sou, e homem não há que passe  
Virgem de todo pela vida humana.

Por que tanta serpente atra e profana  
 Dentro d'alma deixei que se aninhasse?  
 Por que, abrasado de uma sede insana,  
 A impuros lábios entreguei a face?

Depois dos lábios sôfregos e ardentes,  
 Senti – duro castigo aos meus desejos –  
 O gume fino de perversos dentes...

E não posso das faces poluídas  
 Apagar os vestígios desses beijos  
 E os sangrentos sinais dessas feridas!

(ibidem, p.54)

Após essa confissão de culpa, viria um soneto em que o poeta procuraria tornar permeável à sugestão erótica das “noites frias e brumosas” (XVII) a amada, cuja castidade de virgem pura exaltara no soneto “Em que céus mais azuis, mais puros ares” (VIII). Nota original do lirismo amoroso de Bilac é, com efeito, a franca expressão do desejo sensual, como se observa claramente no XVIII soneto da série:

Dormes... Mas que sussurro a umedecida  
 Terra desperta? Que rumor enleva  
 As estrelas, que no alto a Noite leva  
 Presas, luzindo, à túnica estendida?

São meus versos! Palpita a minha vida  
 Neles, falenas que a saudade eleva  
 De meu seio, e que vão, rompendo a treva,  
 Encher teus sonhos, pomba adormecida!

Dormes, com os seios nus, no travesseiro  
 Solto o cabelo negro... e ei-los, correndo,  
 Doudejantes, sutis, teu corpo inteiro...

Beijam-te a boca tépida e macia,  
 Sobem, descem, teu hálito sorvendo...  
 Por que surge tão cedo a luz do dia?!...

(ibidem, p.58)

Passando as noites em cabarés, teatros ou até em lugares menos recomendáveis, o poeta afastou-se gradualmente da faculdade para inquietação de seu pai, com quem viria a romper ao abandonar definitivamente o curso de Medicina. Sem emprego e expulso de casa, quem sempre o socorreu nos momentos de maior dificuldade foi a mãe, Delfina Belmira dos Guimarães Bilac. O soneto “Sei que um dia não há (e isso é bastante)” (XXI), em que figura mãe lacrimosa constrangida a abraçar o filho apenas em sonhos, não seria, portanto, um deslize de sentimentalismo piegas do impassível parnasiano, mas um agradecimento emocionado e até certo ponto comovente do poeta à mulher que se via obrigada a viver afastada do filho por excessiva rigidez do marido.

Como sua existência irregular provocava apreensões na família Oliveira, o poeta decidiu mudar-se para São Paulo a fim de cursar Direito e, assim, apresentar-se como um homem de bons propósitos e, portanto, um noivo viável para Amélia. Essa foi certamente uma decisão difícil, pois o colocava longe da amada e dos círculos intelectuais (e boêmios) do Rio de Janeiro. Esse momento crucial ficou registrado no soneto XXVIII, que é o único a mencionar um elemento particular da paisagem brasileira, o rio Paraíba:

Pinta-me a curva destes céus... Agora,  
 Ereta, ao fundo, a cordilheira apruma:  
 Pinta as nuvens de fogo de uma em uma,  
 E alto, entre as nuvens, o raiar da aurora.

Solta, ondulando, os véus de espessa bruma,  
 E o vale pinta, e, pelo vale em fora,  
 A correnteza túrbida e sonora  
 Do Paraíba, em torvelins de espuma.

Pinta; mas vê de que maneira pintas...  
 Antes busques as cores da tristeza,  
 Poupando o escrínio das alegres tintas:

– Tristeza singular, estranha mágoa  
 De que vejo coberta a natureza,  
 Porque a vejo com os olhos rasos d'água...

(ibidem, p.68)

Esse rio, que nasce em São Paulo (nas serras do Mar e da Bocaina) e deságua no Rio de Janeiro, era avistado em boa parte do caminho pelos que, no final do século XIX, viajavam de trem entre as capitais desses dois estados. Embora de curso acidentado e de águas céleres, o Paraíba não poderia, a despeito de sua beleza, despertar boas sensações em quem, como Bilac, viajava a contragosto. Daí as instruções que o poeta dava a um pintor de paisagens, possível companheiro de vagão, para que este poupasse “o escrínio das alegres tintas” e lançasse mão das “cores da tristeza” ao retratar aquele rio que corre entre montanhas.

À luz desses rarefeitos dados biográficos, os três sonetos seguintes, que abordam a saudade, ganhariam uma significação particular. O exílio mencionado no soneto “Ao coração que sofre, separado” (XXX), por exemplo, deixaria de ser apenas uma imagem convencional para tornar-se a exata expressão do sentimento de quem se via obrigado a permanecer em terra estranha por longo tempo. No soneto seguinte, o poeta sugeriria que o afastamento lhe modificara o modo de recordar a amada:

Longe de ti, se escuto, porventura,  
 Teu nome, que uma boca indiferente  
 Entre outros nomes de mulher murmura,  
 Sobe-me o pranto aos olhos, de repente...

Tal aquele, que, mísero, a tortura  
 Sofre de amargo exílio, e tristemente

A linguagem natal, maviosa e pura,  
Ouve falada por estranha gente...

Porque teu nome é para mim o nome  
De uma pátria distante e idolatrada,  
Cuja saudade ardente me consome:

E ouvi-lo é ver a eterna primavera  
E a eterna luz da terra abençoada,  
Onde, entre flores, teu amor me espera.

(ibidem, p.71)

Salvo melhor interpretação, o poeta, premido pela saudade na fria e chuvosa São Paulo, fundia na mesma deleitosa lembrança a amada estremecida e a natureza ensolarada e florida da baía da Guanabara.

Graças também ao conhecimento dos percalços do amor entre Olavo e Amélia, o adorável alvoroço da amada de que trata o penúltimo soneto da *Via Láctea* tornar-se-ia não apenas compreensível em sua intensidade como também passaria a ser entendido como a manifestação de júbilo de uma mulher ao reencontrar, após prolongada ausência, o amado que de bom grado se sacrificava por uma união seriamente ameaçada. José Mariano, o Juca, que assumira a direção da família Oliveira com a morte de seu pai em dezembro de 1887, opunha-se com todas as forças ao projetado casamento da irmã com o poeta.

Malgrado seus esforços, Bilac não pôde unir-se a Amélia de Oliveira. Em dezembro de 1888, ao chegar à casa da namorada, que morava em Niterói, Bilac foi recebido com maus modos pelo Juca, com quem travou violenta discussão. Magoado com as duras palavras que ouviu daquele que poderia ter sido seu cunhado, o orgulhoso poeta nunca mais poria os pés na chácara onde moravam os Oliveira e, por consequência, abortaria definitivamente seus projetos conjugais. Desse modo melancólico, chegaria ao fim mais um caso de amor, mas o seu caminho luminoso poderá para sempre ser percorrido com encantamento nos sonetos da *Via Láctea*.



### 3

## UM CRONISTA PROVINCIANO NA CAPITAL DO MUNDO: BILAC COMO CORRESPONDENTE EUROPEU<sup>1</sup>

Olavo Bilac registrou em textos enviados para jornais cariocas as impressões de suas duas primeiras viagens à Europa. De julho de 1890 a março de 1891, viajou às expensas do modesto jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, que em 1884 já enviara ao Velho Continente Adelino Fontoura como correspondente da *Gazeta da Tarde*,<sup>2</sup> seu jornal anterior. De volta ao Rio de Janeiro, Bilac envolveu-se em conflitos políticos (1892-1894) e, depois, contribuiu para a formulação de políticas urbanísticas (v. Simões Jr., 2007). Muito provavelmente, a experiência de sua primeira viagem à Europa motivou o poeta a engajar-se na campanha pela regeneração do Rio de Janeiro. Em abril de 1904, retornou à Europa, onde atuou como correspondente do prestigioso vespertino *A Notícia* até outubro daquele mesmo ano.

---

1 Este ensaio foi originalmente divulgado na coletânea *América: ensaios sobre memória e representação literária* (2007), organizada por Luiz R. V. Cairo e Ana M. D. de Oliveira.

2 Segundo Brito Broca (1991, p.138-9), a iniciativa de instituir a figura do “enviado especial” desencadeou um processo de emulação, pois logo depois da partida de Bilac a *Gazeta de Notícias* enviou Pardal Mallet à Argentina para cobrir movimento revolucionário recentemente ocorrido naquele país.

A primeira viagem de Bilac à Europa foi abundantemente divulgada. Precedida, na véspera, por almoço e jantar de despedida, a partida de Bilac foi noticiada com destaque pela *Cidade do Rio* do dia 10 de julho de 1890. Estampou-se, a propósito, um desenho em que uma desnuda alegoria do jornal acenava com lenço branco para um navio a vapor prestes a deixar a baía da Guanabara. Nesse mesmo dia, publicou-se a primeira crônica da série *Jornal da Europa*, em que o poeta tratava das expectativas geradas pela viagem iminente.

Somente em 18 de agosto chegaria o primeiro texto, enviado de terras africanas exatamente um mês antes. O cronista não pôde, entretanto, desembarcar em Dacar, sua primeira escala, porque seu navio viera do Brasil, então considerado foco de pestes temíveis. Distraiu-se, no porto africano, a atirar da amurada moedas que os miseráveis nativos iam buscar ao fundo do mar.

Dias depois, passou pelas ilhas Canárias sem poder vê-las por causa do nevoeiro. Na madrugada do dia 22 de julho, entrou finalmente em Lisboa. Após doze dias no mar, Bilac e os outros passageiros que desembarcariam foram prevenidos de que seriam obrigados, por precaução sanitária, a permanecer 48 horas no Lazareto. Tratado à distância pelos funcionários por provir do “país da peste”, foi obrigado a banhar-se com a salobra água do Tejo e a tolerar danos em sua bagagem causados pelos rudimentares processos de desinfecção empregados naquele tempo.

Sobre a estada de Bilac em Portugal, não se encontraram informações pormenorizadas na *Cidade do Rio*. Soube-se apenas que estivera, na companhia do caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro, em Caldas da Rainha (Bilac, 12 set. 1890, p.1), onde o artista português dirigia uma fábrica de cerâmicas. Crônica publicada no dia 12 de setembro dava conta da ansiedade com que o poeta aguardava viagem pela Espanha. Em Lisboa, no entanto, informaram-lhe que a fronteira estava fechada por medida sanitária. Sua alternativa foi seguir para o Porto e atravessar a fronteira ao norte. A viagem de trem até Paris, seu destino final, duraria três dias e três noites. Passou pela Espanha sem deter-se, apreciando a paisagem pela janela

de um vagão. Mostrou-se então frustrado com a viagem, que obrigava os olhos da *Cidade do Rio* na Europa a “ver tudo às escuras e de corrida”.

A despeito das declarações de apreço pela Espanha, o poeta sentiu intensa comoção somente quando, no começo de agosto, seu trem encostou em Hondaye, primeira estação francesa:

[...] vendo-me no território sagrado da Pátria da Luz, sinto que o coração me bate aos saltos de encontro à arca do peito, quando ouço o chefe da *gare* clamar:

– *On [doit] changer de voiture messieurs! Descendez, s’il vous plaît!...* (idem, 15 set. 1890, p.1)

Quando finalmente escreveu uma crônica em *Paris*, confessou: “Era o meu sonho maior que tomava corpo...” (idem, 16 set. 1890, p.1). Logo na segunda crônica parisiense entrou a louvar a cidade pelas facilidades oferecidas ao turista, por sua multidão cosmopolita e por sua alegria: “Esta cidade inimitável que saiu do plano de Haussmann geometricamente dividida em *squares* e *boulevards*, acorda rindo e adormece rindo”. Mostrou-se também impressionado com os cafés que transbordavam para o *trottoir* – onde à noite imperavam cançonetistas como Paulus –, com as ruas onde era permitido cantar a plenos pulmões, com a alegria das crianças nos Campos Elíseos. Diga-se de passagem que a euforia era perfeitamente perdoável em um jovem de 24 anos que via pela primeira vez a terra dos autores que admirava.

Livre nas noites parisienses, Bilac não poderia deixar de visitar o famoso Moulin Rouge, em cuja atmosfera havia “um cheiro indefinível, misto, de fumo, de álcool, de carne humana”. No centro do cabaré, postava-se um colossal elefante cenográfico, recoberto de lâmpadas elétricas, em cujo dorso executava-se a *danse du ventre*:

Quase nuas, com os seios brancos cercados de cequins de ouro, com uma nuvem de gaze revoando em torno do corpo – um turbilhão de mulheres torce os quadris e desarticula os braços. É a

negação de todas as leis da anatomia, o aniquilamento de todos os preceitos do equilíbrio... (idem, 10 out. 1890, p.1)

Bilac informou nessa mesma crônica que, depois da meia-noite, quando os parisienses deixavam as casas noturnas, as ruas ficavam tomadas pelas *trotteuses* e iniciava-se o “mercado da carne humana”.

Bilac dedicou duas crônicas às denúncias do *Figaro* contra Georges-Ernest-Jean-Marie Boulanger que, apesar de apresentar-se como republicano, seria, na verdade, financiado pelos monarquistas. Político popular, o ex-ministro da Guerra (1886-1887) liderava uma conspiração golpista.

Após tomar um copo de água de torneira, Bilac ficou duas semanas de cama com febre palustre. A água de Paris era bombeada do Sena e, apesar do tratamento que sofria, mostrava-se imprópria para consumo humano. Ainda febril, resolveu visitar Londres, cuja população lhe pareceu extremamente ordeira e séria. Essa seriedade manifestava-se até mesmo nos lugares mais inusitados, como o Empire, um teatro de *cocottes*:

É verdade que [...] fuma-se e bebe-se na sala, durante o espetáculo; mas fuma-se e bebe-se gravemente, funebremente, com o peito aprumado no peitilho rutilante, com o pescoço duro na volta rígida da gravata branca, segurando o copo com jeito para não manchar a luva, rindo com moderação para não amarrotar a camisa. (idem, 25 nov. 1890, p.1)

De volta a Paris, o cronista comentou o apego da cidade da luz à novidade, o que haveria degenerado numa “nevrose terrível”:

[...] enquanto, em pintura, a natureza deixa de ser interpretada como aparece à vista do “homem”, para ser interpretada como aparece à vista doente do “artista” desorientado, – em literatura o Decadentismo chega à perfeição de produzir livros tão novos, tão originais, tão quintessenciais, que ninguém os entende... a principiar por quem os escreve. (idem, 29 nov. 1890, p.1)

Como se nota, o mais popular poeta parnasiano já destilava sua ironia contra as novas tendências das artes plásticas, notadamente o impressionismo, e especialmente contra os adeptos do decadentismo ou simbolismo – isso antes mesmo de a nova tendência poética ganhar força no Brasil, o que ocorreria somente anos mais tarde com a publicação de *Missal e Broquéis* (1893), de Cruz e Sousa. Não se dava conta então de que a nova poesia era, em certa medida, uma reação à mercantilização da arte imposta pelos jornais, embora essa mesma arte *nova* se beneficiasse do valor absoluto que se atribuía à novidade, o qual, nas mercadorias, se tornava superior ao valor de uso (Benjamin, 1986, p.16 e 36).

Em 1904, a segunda viagem de Bilac à Europa não recebeu a mesma publicidade da primeira. O cronista despediu-se de seus leitores no dia 9 de abril e somente dois dias depois *A Notícia* publicou dois parágrafos sem rubrica comunicando a partida de seu colaborador, que se dera no dia anterior.<sup>3</sup>

Dessa vez, no entanto, os textos de Bilac chegariam ao Rio de Janeiro com maior frequência e em maior quantidade, pois se destinavam a manter sem interrupções o “Registro”, coluna diária de crônicas concebida pelo poeta da *Via Láctea*. O primeiro texto, enviado provavelmente de Salvador, chegou dez dias depois da partida. Até primeiro de outubro de 1904, os fiéis leitores do “Registro” acompanharam com poucas interrupções o “diário de viagem” do poeta.

O primeiro apontamento do viajante de 38 anos dava conta de sua indignação com as ilustrações dos cartões postais alusivos ao Brasil que se vendiam a bordo do Chili. Neles se viam, além da “estafadíssima” alameda de palmeiras do Jardim Botânico, “pretos-minas” e “índios imundos”. O poeta não admitia que os europeus

---

3 “A partida ontem, de nosso querido companheiro, Olavo Bilac, para Europa, foi ensejo para a demonstração a mais eloquente do alto apreço e da sincera estima em que é tido entre nós o fino *causeur* e inspirado cronista. / Olavo Bilac deixando a sua terra adorada não leva somente a recordação de seus encantos, perpetuados em páginas cintilantes de prosa admirável, mas a afirmação do quanto é apreciada a sua alma de artista” (A partida..., 11 abr. 1904, p.1).

tomassem o Brasil por “uma nação exclusivamente constituída por bororós e cabindas, cheirando a óleo de urucu e a azeite de dendê” (B., 6 maio 1904, p.2). O protesto é bastante eloquente quanto à resistência da elite brasileira em aceitar o caráter multiétnico do país como uma característica positiva. Indicava também que os mitos indianistas eram, naquela altura, coisas do passado.

Até o desembarque em Lisboa, Bilac transmitiu aos seus leitores outras impressões de sua viagem marítima. Mostrou-se insatisfeito com as condições do porto do Recife, que obrigava os passageiros a manobras arriscadas para embarcar ou desembarcar (idem, 9 maio 1904, p.2). A propósito, observou desconsolado que aquele era o primeiro porto brasileiro por que passavam franceses e ingleses. Manifestou também sua admiração pelo destemor e pela habilidade dos jangadeiros nordestinos (idem, 10 maio 1904, p.2). Registrou novamente a pobreza dos habitantes de Dacar, mas dessa vez associou-a à empresa colonialista dos europeus (idem, 17 maio 1904, p.2). Narrou a agonia e a morte de um passageiro tuberculoso, cujo cadáver foi atirado às ondas do mar (idem, 18 maio 1904, p.2; idem, 20 maio 1904, p.2; idem, 21 maio 1904, p.2).

Na foz do Tejo, descreveu o aspecto encantador de Lisboa, cujas belezas iam-se descortinando aos poucos diante do olhar encantado do viajante (idem, 31 maio 1904, p.2). Seu segundo desembarque em Lisboa foi muito mais agradável do que o primeiro, apesar da meticulosa inspeção dos agentes alfandegários. Liberado, dirigiu-se sem outros embaraços ao hotel, onde se banhou em água límpida e de onde saiu ansioso por ler os jornais. Qual não foi a sua surpresa quando soube no tradicional café Martinho que não havia jornais... Os tipógrafos em greve haviam calado a imprensa. O fato fez o experimentado jornalista carioca concluir que “uma cidade sem jornais é uma cidade morta, é um mecanismo sem ação, é um corpo sem vibração de sensibilidade e de motilidade” (idem, 1º jun. 1904, p.2).

Em Lisboa, estreitou suas relações com Rafael Bordalo Pinheiro, João da Câmara, Chaby Pinheiro, Julião Machado, Ramalho Ortigão, Maria Amália Vaz de Carvalho, conde de Sabugosa (sic) e

Alberto Braga. Esses contatos pessoais talvez fossem importantes para editar ou vender livros em Portugal<sup>4</sup> e até mesmo no Brasil, pois João da Câmara mantinha coluna na *Gazeta de Notícias* e Maria Amália Vaz de Carvalho era cronista do *Jornal do Comércio*.

Bilac permaneceu apenas uma semana em terras portuguesas, pois logo decidiu dirigir-se à capital francesa. Dessa vez não havia nenhum bloqueio sanitário que o impedisse de visitar as cidades espanholas constantes de seu itinerário. No entanto, o poeta tomou um trem expresso em Lisboa e atravessou a Espanha *sem deter-se* para, 36 horas depois, desembarcar na Gare d'Orsay. Sua única queixa foi justamente quanto à demora da viagem que, como observou contrariado, poderia durar apenas doze horas, ou seja, em sua segunda viagem à Europa preferiria atravessar a Espanha ainda mais velozmente. Em Paris, Bilac permaneceu cerca de quatro meses. Deixou a capital francesa para conhecer em menos de um mês Turim, Gênova, Roma, Nápoles, Florença, Veneza, Milão, Lucerna, Zurique e Basileia, cidades em que percorreu – como um turista típico – ruínas, museus, palácios, monumentos e igrejas. Posteriormente, afastou-se de Paris para dirigir-se a Enghien-les-Bains, onde se deteve por apenas dois dias. Esse breve itinerário dá conta de que Paris era o principal destino da segunda viagem pela Europa.

Muitos dos textos que Bilac escreveu para *A Notícia* teciam comentários sobre *fait divers* publicados pelos jornais parisienses. Provavelmente muitos deles foram escritos nas mesas dos cafês, onde às vezes se podia ler gratuitamente os jornais do dia.<sup>5</sup> Algumas das notícias comentadas vinham de outras cidades europeias.

---

4 Segundo Raimundo Magalhães Jr. (1974, p.256), o poeta partira para a Europa com os originais do livro *Crítica e fantasia* que, ainda em 1904, seria publicado pela Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira.

5 Ao menos durante a viagem à Itália, os cafês foram adotados como escritórios, como o próprio cronista revelou: “A impressão que o incomparável espetáculo de Roma deixa no espírito de um homem de ideias e de estudo não pode ser dita no primeiro momento, nem cabe nas poucas linhas de um jornal de viagem, rabiscado diariamente às pressas na sala de espera de uma ‘gare’ ou no barulhento terraço de um ‘café’” (B., 27 jul. 1904, p.1).

O leitor de *A Notícia* ficou bem informado acerca do que o poeta lia na imprensa. No “Registro”, Bilac tratou, entre outras coisas, do preço e da difusão dos jornais, de certo concurso de janelas floridas, de conflitos diplomáticos entre a França e o Vaticano, do culto pagão ao sol promovido pelos cientistas Poincaré e Flammarion, do conturbado panorama político provocado por greves e reivindicações operárias e dos deletérios efeitos do verão sobre os parisienses. Sobre este último assunto, transcreveu as curiosas palavras de um médico, para quem Paris, cuja vida agitada desequilibrava em maior ou menor grau todos os cérebros, era sob calor intenso “*une pepinière de fous*” (idem, 26 ago. 1904, p.2).

Sobre o que ele via e fazia nas ruas, principalmente à noite, soube-se muito pouco. Não obstante, os textos que relatavam experiências vividas eram os mais interessantes. Em muitos deles exaltavam-se algumas das qualidades que faziam de Paris a cidade mais importante do mundo. Bilac mostrou-se particularmente impressionado com as atrações de lazer postas à disposição do público:

[...] em um só dia da semana passada houve aqui cento e cinquenta espetáculos, – em teatros, circos, *music-halls*, *cabarets*, cinematógrafos, salões de concertos, cassinos, – sem contar os bailes públicos de Bullier e do Moulin de la Galette, e deixando de parte as corridas de cavalos, as sessões de esgrima, os *matches* de ciclismo, de tiro, de *sport* náutico, de *foot ball* [sic], de *polo* e de patinação. O que maravilha é ver que todas essas casas de prazer ficam sempre cheias de gente [...] (idem, 5 jul. 1904, p.2)

Para que não se pensasse ser Paris uma cidade fútil, na crônica seguinte Bilac fez questão de informar aos seus leitores que se mantinham na cidade mais de trezentos cursos oficiais ou particulares. À noite, os homens mais notáveis das grandes faculdades lecionavam gratuitamente nas Universidades Populares, frequentadas por operários. Como esclareceu Bilac, havia ao lado da Paris que dançava o *chahut* e o *cake-walk* outra Paris que trabalhava e pensava (idem, 6 jul. 1904, p.2).

Na Comédie Française, o poeta brasileiro concedeu-se o privilégio de assistir a peças do grande comediógrafo francês:

[...] não sei de regalo intelectual mais completo e cativante do que esse, de admirar Molière, no seu teatro, interpretado pela sua gente [...]. Molière lido, seduz: mas ouvido assim, na sua casa, no seu templo, numa interpretação que tem a severidade e o escrúpulo de um culto religioso, ele aparece como a representação viva, como o símbolo perfeito da graça, da sobriedade, da malícia e do brilho, – de todas as qualidades primazes e características da raça francesa. (idem, 30 set. 1904, p.2)

Bilac flagrou modificações por que passava Paris graças ao aperfeiçoamento do seu sistema de transporte. A ampliação da malha ferroviária, o aumento da velocidade dos trens e a diminuição do preço das passagens tornaram menos procurados os arredores de Paris nos feriados; a Montmorency, Neuilly, Asnières, Meudon, Saint Cloud, Saint Germain e Fontainebleau os parisienses passaram a preferir cidades à beira-mar ou em plena província. Já a introdução dos trens metropolitanos diminuiu a importância dos cocheiros de fiacres que, naqueles dias, se viam também ameaçados por uma nova invenção, o taxímetro, que media a distância percorrida e indicava se o carro estava disponível ou não. O aparelho impediria que os cocheiros cobrassem preços exorbitantes ou recusassem corridas sob a alegação de que o carro estava à espera de outro passageiro.

Ao flunar por Paris em sua segunda viagem europeia, o cronista carioca não se portou como um basbaque que só visse maravilhas à sua volta. Testemunhou, por exemplo, a proliferação do *pari-mutuel* (aposta-mútua), jogo de azar baseado nos resultados do turfe, que espalhava *bookmakers* por toda a cidade e funcionava a todo vapor sob as vistas complacentes da polícia. A comparação com o jogo do bicho impôs-se ao cronista carioca e sugeriu-lhe uma ironia:

Se é verdade, como dizem os jogadores daqui, que esta jogatina tem o mérito de favorecer e melhorar a raça cavalar, – o Rio de Janeiro está mais adiantado do que Paris: porque, enquanto os parisienses apenas tratam de melhorar uma raça, a dos cavalos, – nós tratamos no Rio de melhorar vinte e cinco raças, – desde a do aves-truz até a da vaca... Irra! também em alguma coisa o Rio há de ser superior a Paris! (idem, 27 jun. 1904, p.2)

No verão parisiense, Bilac surpreendeu-se com um problema muito conhecido dos cariocas: a falta de água potável. Com o calor, as nascentes puras que abasteciam Paris secavam. Era então necessário utilizar a água do Sena e do Marne, imprópria para beber como, aliás, Bilac descobrira em sua primeira viagem à Europa. Segundo o poeta, o problema atingia não apenas os parisienses, pois todo o povo francês estava sendo “envenenado” pela água fornecida pela administração pública, que não tomava providências para melhorar a quantidade e a qualidade do abastecimento. O caso fez-lhe lembrar as costumeiras queixas dos cariocas quanto à negligência e à desídia da administração pública – queixas que costumeiramente se faziam acompanhar de elogios aos países europeus. A esse respeito, o cronista convocou seus leitores a realizar juntos um ato de contrição:

Miremo-nos neste espelho, amigos! e confessemos que, estupidamente, injustamente e voluntariamente nos amesquinhamos, quando dizemos que tudo quanto é nosso é mau, e que tudo quanto é dos outros é bom! (idem, 16 ago. 1904, p.2)

Em plena festa de 14 de julho, o cronista ficou estupefato com a invasão das ruas parisienses por mendigos de todo jeito e feitio.

Cada esquina de *boulevard* fica transformada num trecho de hospital, – ou numa reprodução da velha *Cour des Miracles*, de horrenda memória. Cegos, coxos, manetas, *pied-bots*, *culs-de-jatte*, chagados, paralíticos, todos os estropiados, todos os aleijados saem nesse dia a implorar a caridade pública. Às quatro horas da tarde,

no canto da rua Daunou, entre a Ópera e a Madeleine, em pleno coração da Paris elegante, encontrei um carro de mão, em que havia quatro míseras crianças seminuas, sórdidas, lazarentas; um velho maltrapilho empurrava o carro, – e, ao lado, uma pobre mulher andrajosa e esquelética, devorada pela tísica, movia a manivela de um realejo roufenho. (idem, 19 ago. 1904, p.2)

Segundo o poeta, a livre exposição dessas mazelas durante a grande festa nacional francesa poderia ser entendida como uma confissão, por parte das autoridades policiais e de toda a sociedade, de “impotência” e “desídia” diante do “problema do pauperismo”. Por denunciar a inexistência de asilos para os desvalidos, aquelas cenas deprimentes demonstravam que “a organização da assistência pública” era “uma rematada blague, uma hipócrita mentira, um feio recurso de que os poderosos e os felizes lançam mão para disfarçar o seu irredutível e abjeto egoísmo” (ibidem, p.2).

Bilac, que fora crítico teatral das revistas ilustradas *A Cigarra* (1895) e *A Bruxa* (1896-1897), dirigidas por ele, sempre deplorou o humor grosseiro e os frequentes apelos ao erotismo de muitas das revistas de ano cariocas. Em Paris, no entanto, descobriu que nos chamados cafés-concertos de verão as revistas de ano eram a principal atração. Mais uma vez, impôs-se uma comparação entre as capitais francesa e brasileira:

[...] eu não ponho dúvida em afirmar categoricamente que a *pior* de todas as revistas representadas nesses feios e sujos teatrinhos do Rio é melhor, como graça, como unidade e nexo de entrecho, como originalidade, e como decência, do que a *melhor* de quantas se representam, este ano, nos deslumbrantes e riquíssimos teatros daqui. (idem, 29 set. 1904, p.2)

O cronista sugeriu que o público do Alcazar d’Eté, do Moulin Rouge ou das Folies Bergère tolerava as “bambochatas”, virtuais causadoras de demência, porque seu interesse não residia nas qualidades artísticas do espetáculo:

[...] não é propriamente para ouvir o que se diz e o que se canta em cena que a gente vai aos *cafés-concertos*: a atração desses magníficos e ofuscantes *cabarets* não está na cena, mas fora dela, nos *halls* iluminados, onde se exibem e tumultuam feiras de amor, capazes de contentar e saciar a desmarcada ambição delirante de um Salomão... (ibidem, p.2)

O tom de censura – com indisfarçável timbre moralista – do correspondente de *A Notícia* contrastava com a invejável disposição com que o enviado da *Cidade do Rio* descrevera, muitos anos antes, as casas noturnas parisienses e londrinas.

O jovem repórter do jornal de Patrocínio atirou-se à cidade como *flâneur*. A seus olhos, Paris era paisagem – paisagem deslumbrante; comprazia-se com a fantasmagoria de civilização constituída por Haussmann, que fez de Paris uma cidade cenográfica com o propósito de criar uma ilusória sensação de segurança, que, de resto, fora varrida pela Comuna de Paris (1871) (Benjamin, 1986, p.8, 14 e 22). Saído de uma cidade colonial com sérios problemas de saúde pública, era compreensível que o poeta ficasse fascinado pela Cidade Luz.

Já o cronista de *A Notícia*, homem maduro que já enfrentara a prisão e o exílio, soube flagrar as mazelas sociais de Paris e perceber a frivolidade de muitas de suas manifestações culturais. Talvez já se desse conta de que as novas possibilidades técnicas, responsáveis pela constituição da sedutora paisagem parisiense, não se fizeram acompanhar de uma nova ordem social (ibidem, p.42) que fosse mais justa.

Certamente fortaleceu o espírito crítico do cronista do “Registro” o fato de haver saído de uma cidade em transformação que, sob a ação de Pereira Passos e Osvaldo Cruz, deixava de ser foco de doenças terríveis. O carioca já encontrava motivos para orgulhar-se de sua cidade, em que passava a descobrir qualidades.

## 4

# DO CÁRCERE AO EXÍLIO<sup>1</sup>

### Pluma ao vento?

No prefácio a *Usos e abusos da literatura na Escola*, de Marisa Lajolo, Antonio Candido (1982, p.9) disse que, ideologicamente, Olavo Bilac teria variado “como pluma ao vento” para acabar “aceitando com sinceridade o ponto de vista do rolo compressor” e tornar-se “intérprete fiel do pensamento oficioso”. No entanto, a leitura dos textos publicados em jornais revela que a trajetória intelectual de Bilac é muito mais retilínea e coerente do que sugere Candido, embora nem sempre estivesse afinada com os governantes de turno. De Floriano Peixoto, por exemplo, o poeta das *Panóplas* (1888) foi um dos críticos mais implacáveis.

### Adversário do Marechal de Ferro

Em 1891, ao chegar de viagem à Europa, para onde fora como correspondente da *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, Bilac

---

1 Na coletânea *Estudos comparados de literatura* (2005), organizada por Ana M. D. de Oliveira, Antônio R. Esteves e Luiz R. V. Cairo, publicou-se a primeira versão deste ensaio.

tornou-se funcionário do governo fluminense assim como seus amigos Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Luís Murat e Pardal Mallet. O governador Francisco Portela talvez quisesse assim expressar seu reconhecimento aos intelectuais que, nos jornais, haviam contribuído, em maior ou menor grau, para a propaganda republicana.

No dia 2 de novembro de 1891, o primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, fechou o Congresso com o singelo argumento de que senadores e deputados criavam embaraços para a sua administração. Na verdade, os parlamentares questionavam acirradamente a moralidade de certas medidas econômicas e financeiras. Apesar da flagrante inconstitucionalidade do ato, o governador fluminense e seus ilustres funcionários deodoristas permaneceram em seus cargos sem protesto.

No dia 23 do mesmo mês, eclodiu um contragolpe apoiado pela Armada, liderada pelo almirante Custódio José de Melo. Para evitar a guerra civil, Deodoro da Fonseca renunciou e transmitiu o cargo ao seu substituto constitucional, o vice-presidente Floriano Peixoto. Com Deodoro, caíram todos os governadores que o apoiavam, inclusive Portela. Na dança das cadeiras que se seguiu, Bilac e seus amigos foram exonerados.

Em abril de 1892, Bilac, que então trabalhava em *O Combate*, jornal especialmente fundado para fazer ferrenha oposição a Floriano, participou de manifestação pela volta de Deodoro ao poder. Pouco depois, o poeta da *Via Láctea* foi preso como um dos principais conspiradores. Até agosto ficaria confinado na fortaleza da Laje, comendo, segundo confessou em carta a Max Fleiuss, feijão bichado e carne seca podre. Meses depois, quando libertado, Bilac retornou à *Cidade do Rio*, para ser seu secretário de redação e principal cronista.

A partir de então, Bilac, que já experimentara os rigores do estado de sítio, viu-se na obrigação profissional de comentar em um jornal abertamente oposicionista os atos e omissões do governo autoritário de Floriano. Os riscos ponderáveis a que se expunha não intimidaram o cronista.

Logo no início de fevereiro de 1893, eclodiu no Rio Grande do Sul um movimento armado liderado pelo parlamentarista

Gumerindo Saraiva para depor o governo dominado pelo ex-deodorista Júlio de Castilhos. Floriano levou algum tempo para manifestar-se sobre a guerra civil, pois não confiava em nenhuma das facções.<sup>2</sup> Certa vez, Bilac o imaginou fechado no gabinete telegráfico do palácio do Itamarati – como Fausto entre suas retortas – procurando ansiosamente descobrir que lado apoiar (Fantasio, 27 fev. 1893, p.2).

Ao comentar protestos exaltados contra a falta de carne fresca ocorridos na Rua do Ouvidor, o cronista aproveitou a oportunidade para acusar o omissso vice-presidente de ser responsável pela tragédia no sul:

A estas horas, o despotismo trinca voluptuosamente um novo bocado de carne fresca. Nada pode distraí-lo da sua volúpia. No sul, o matadouro continua a funcionar. Se à mesa de cada um de nós pode faltar a carne de vaca, à mesa do Itamarati não há de faltar tão cedo a carne humana... (B., 5 mar. 1893, p.1)

Bilac não perdoava a Floriano o vexo de protelar suas decisões, muitas vezes alegando problemas de saúde. Por isso, fez questão de registrar o que se ouvia pelas ruas:

Para o grosso público, as moléstias repetidas e quase diárias de S. Ex. não passam de manhas, como as que fazem os colegiais quando não sabem a lição e têm medo de aparecer diante do mestre. (Fantasio, 16 jun. 1893, p.1)

Como Floriano, após muito hesitar, declarou seu apoio ao governo castilhista, a *Cidade do Rio* empenhou-se na defesa dos federalistas. Na imprensa do Rio de Janeiro ocorria uma guerra de propaganda. Bilac, sempre atento, certa vez escarneceu de telegramas castilhistas que asseguravam o aniquilamento da revolução: “Já é a segunda vez que se aniquila aquilo”, observou então. Em certo combate nos pampas, apenas 130 castilhistas teriam liquidado

---

2 Sobre o atribulado início da República no Brasil, v. Carone (1983, p.25-148).

1.500 federalistas. Como a disparidade numérica minava o crédito da notícia, Bilac comentou com ironia:

Que espanta isso? nas guerras, o que vence é a fé. Do lado dos federalistas estão apenas a razão, a justiça, o direito e algumas outras balelas. Do lado dos castilhistas está a fé. (B., 26 mar. 1893, p.1)

Na sua crônica semanal, publicada sob a rubrica “Os sete dias”, Bilac aproveitou o Domingo de Ramos, em que se recorda a entrada de Jesus Cristo em Jerusalém, para fazer uma alusão às incursões dos federalistas no Rio Grande do Sul:

Hoje, em dia, quando alguém quer entrar na sua cidade, para tomar conta do seu lar prostituído e da sua família morta à fome, é preciso entrar comandando um exército de extermínio, e carregando, em vez das palmas verdes da conciliação, as *comblains* e as *winchesters* aperfeiçoadas, capazes de conciliar com a sepultura vinte homens por minuto. (B., 1º e 2 abr. 1893, p.1)

Com o intuito de angariar apoios e sondar lealdades, Floriano instituiu as recepções políticas do Itamarati, promovidas nas noites de sábado. Como não poderia jamais ser um dos convidados, Bilac imaginou sarcasticamente como seriam essas reuniões:

Itamarati inaugurou anteontem as suas recepções políticas. Agora, todos os sábados, iluminar-se-ão os salões presidenciais, e o Sr. marechal Floriano Peixoto, ao fundo do salão de honra, como um sultão ao fundo do seu harém, receberá, com seu eterno balançar de perna e o seu eterno sorriso desconfiado, as homenagens hebdomadárias das odaliscas da legalidade, – deputados, senadores, funcionários e jornalistas, receosos de que a estima do Senhor esqueça os seus nomes, delidos por uma ausência demorada. (Fantasio, 22 maio 1893, p.1)

Floriano tomara o poder sob o pretexto de defender a Constituição de 1891, mas para a oposição, como se não bastasse o golpe

de 23 de novembro, o vice de Deodoro mantinha-se na Presidência indevidamente, uma vez que a Carta Magna previa convocação imediata de eleições no caso de renúncia do presidente eleito antes de decorridos dois anos no poder. Para zombar da hipocrisia do Marechal de Ferro, Bilac colocou-o sob a pele de Tartufo numa paródia da peça de Molière, em que o presidente seduzia a Constituição, posta sob as vestes de Elmira (idem, 15 jun. 1893, p.1). Floriano mostrou-se mais franco disfarçado de Hamlet, pois declarou brutalmente à Constituição-Ofélia: “eu nunca te amei” (idem, 23 jun. 1893, p.1).

No Congresso, um aliado importante de Floriano era o senador Quintino Bocaiúva. Em junho de 1893, Bilac comentou discurso muito aplaudido do parlamentar, para quem o radicalismo dos federalistas era próprio de quem não estava ao lado da razão, porque, caso estivessem, recorreriam às urnas e não às armas. Fingindo inspirar-se na argumentação do senador, com quem dizia concordar, Bilac, ao fazer uma irônica proposta de paz, revelou o sofisma em que se baseava o discurso:

Por que não mandam os federalistas chamar ao Rio Grande do Sul o Sr. José Tomás da Porciúncula, para que ele, na qualidade de governador do Estado revolucionado, presida a uma eleição livre?

É uma boa ideia que dou de graça aos guerreiros meridionais, que não gozam da simpatia do nosso Missionário Quintino.<sup>3</sup> Mandem chamar o Sr. Porciúncula. Encarreguem-no de proceder a uma eleição livre. E verão o que sucede:

Sairá das urnas do Rio Grande eleito governador o Sr. Quintino... (idem, 8 jun. 1893, p.2)

---

3 A Quintino Bocaiúva Bilac insistentemente atribuía o codinome de Missionário Argentino porque, quando encarregado pelo governo provisório de defender os interesses do Brasil em disputa territorial com a Argentina, o republicano histórico assinou em Buenos Aires o Tratado das Missões (posteriormente rejeitado pelo Congresso) pelo qual parte da área de Palmas (PR) seria cedida ao país vizinho (v. Rodrigues; Seitenfus, 1995, p.232-41).

O governador Porciúncula, que dominava as votações no estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, notabilizou-se como um dos principais artífices das eleições *a bico de pena* da Primeira República. Como senador daquele estado, Bocaiúva devia o seu mandato aos sortilégios eleitorais de Porciúncula.

Mais do que Floriano, o principal alvo das farpas do cronista Bilac talvez fosse o ministro da Marinha, Custódio José de Melo, responsável pelo decisivo apoio militar ao golpe de 23 de novembro e um dos membros mais influentes do governo. O poeta não o perdoava por apontar seus canhões contra a cidade e, ao mesmo tempo, zombava de sua imperícia, pois, na conhecida baía da Guanabara, encalhara o navio Riachuelo e perdera o Solimões e, na única manifestação de hostilidade, atingira com um balázio uma das torres da igreja da Candelária, que “não conspirava, não apoiava o golpe de Estado, não violava a Constituição” (B., 26 fev. 1893, p.1).

Em fevereiro de 1893, ao discorrer sobre anunciados exercícios militares da Armada, que eram costumeiramente apreciados por cidadãos postados nos morros, Bilac zombou mais uma vez de Custódio pela vitória sem combate em 23 de novembro:

Posta ao serviço das conspirações, esta mesma esquadra encalhou. E uma conspiração é sempre cousa séria, mormente quando seguida de uma grande vitória. Pois bem. Aí está uma esquadra, que venceu encalhando. Venceu e não aprendeu nada, a menos que não se queira registrar como um grande progresso na arte da guerra o saber encalhar a tempo. Aí está como ela, metida num transe verdadeiro, em que podia correr perigo a continuidade dos seus cascos e a vida da sua tripulação, saiu dele sem saber batalhar e sem saber como é que venceu.

Agora, porém, neste transe falso, ela que não hesitou em encalhar diante da história, hesitará por certo em encalhar diante dos cavalheiros e das damas que forem, de binóculo aos olhos, apreciar e admirar as suas evoluções de exercício. (Fantasio, 10 fev. 1893, p.1)

Escrita por um contumaz frequentador de cafés e confeitarias, a crônica da *Cidade do Rio* não poderia ser surda aos boatos que

se alastravam pelo Rio de Janeiro. Rumores davam conta de que os ministros Custódio de Melo e Serzedelo Correia deixariam o governo, o que fez Bilac prever a ocorrência de novos motins pela conquista do poder. A história demonstrou que a intuição do poeta era certa:

Por que motivo, depois de haver por tanto tempo governado Israel, depois de haver por tantas vezes batido os Filisteus da República, os dois Sansões da Legalidade sacudiam as próprias pastas, ameaçando a estabilidade do templo magno da Nação? Pois, que?! teria havido uma Dalila, conspiradora e perversa, que lhes cantarolasse aos ouvidos a ária satânica da tentação, convencendo-os de que deviam deixar crescer os cabelos da sua revolta e da sua sofreguidão? (B., 17 abr. 1893, p.1)

A convicção de que as sucessivas quarteladas e o governo militar de Floriano arrasaram o país fez que Bilac escarnecesse de projeto apresentado à Câmara dos Deputados em favor da elegibilidade dos militares (Fantasio, 27 jun. 1893, p.1), proposta que fora defendida pelo jornal situacionista *O País*, cujos principais redatores eram militares.

Quando os rumores a respeito de um novo golpe de Estado liderado por Custódio se tornavam mais fortes, Bilac deixou a *Cidade do Rio*. No mês de julho, não publicou nenhuma crônica, talvez por motivo de doença, pois com essa justificativa faltou a compromisso assumido com seu amigo Artur Azevedo de publicar em *O Álbum* “esboço biográfico” de Luís Murat (A., jul. 1893, p.201). Seu deodorismo impedia-o de defender Floriano; sua repugnância pela ingerência dos militares na política não lhe permitia apoiar a aventura golpista de Custódio, cujo desrespeito pelas leis tanto criticara. Sem alternativas, portanto, abandonou, em agosto de 1893, o jornal de Patrocínio, que escolhera combater Floriano a todo custo,<sup>4</sup>

---

4 A redação assinalou a defecção sofrida nestes termos: “Temos a grande mágoa de comunicar aos nossos leitores que estamos privados da fulgurante prosa

para abrigar-se na moderada *Gazeta de Notícias*, na qual publicou sua primeira crônica no dia 22 do mesmo mês. A mudança foi assim saudada por Artur Azevedo:

O ilustre poeta [Olavo Bilac] trocou a *Cidade do Rio* pela vizinha da esquerda, e eu não tive pena porque – francamente – a política e ele não foram feitos um para o outro. Prefiro-o ali, porque ali o acho mais à vontade, mais alegre, mais espontâneo [...] (idem, ago. 1893, p.274)

Em 24 de outubro de 1893, desafiando a censura do governo, combatido pela esquadrada sublevada desde 6 de setembro, a *Cidade do Rio* estampou o manifesto de Custódio José de Melo, líder da Revolta. A ousadia custou caro ao jornal; todos os exemplares foram confiscados, a publicação foi suspensa e seus principais jornalistas pediram asilo em navios estrangeiros fundeados na baía.

Segundo vagas informações de Raimundo Magalhães Jr. (1974, p.156), Bilac teria sido preso logo depois. Como dessa vez a detenção não foi longa, uma vez que no início de novembro o poeta exilar-se-ia em Minas Gerais, pode-se presumir que as autoridades não conseguiram apurar nenhuma participação do poeta na edição confiscada. No mesmo dia 24, saíra na *Gazeta de Notícias* uma crônica em que Bilac registrava diálogo mantido com um velho boêmio no cabaré Éden Concert. Embora pudesse ser fruto da imaginação e haver sido redigido com bastante antecedência, o texto era um álibi perfeito, pois relatava acontecimentos da noite anterior, quando a *Cidade do Rio* fora composta.

Fazendo largo uso do humor e da ironia, Bilac esboçou caricaturas de Custódio e principalmente de Floriano que, nas suas crônicas

---

de Olavo Bilac. Não se quebram porém a nossa solidariedade política, nem a nossa amizade. / Acreditamos mesmo que o impedimento do nosso ilustre amigo não será longo e que teremos o ensejo de anunciar aos nossos leitores que a *Cidade do Rio* ainda se ufanará de vê-lo ocupando o lugar, que ele tanto elevou pelo seu primoroso talento e pela sua inquebrantabilidade cívica” (Olavo..., 10 ag. 1893, p.1).

e sátiras, é Fausto, antropófago, menino de colégio, sultão, Tartufo e Hamlet. Ridicularizar Floriano era uma maneira de negar ao “usurpador” a reverência a que somente fazem jus os presidentes legítimos. Atribuir a Floriano – justa ou injustamente, não importa – defeitos de caráter como indecisão constante, falsidade, oportunismo, ambição e falta de compostura corroía a imagem de homem íntegro do Marechal de Ferro.

## Artífice da regeneração nacional

Após deixar a sua amada Sebastianópolis em procura de abrigo entre as montanhas de Minas,<sup>5</sup> Bilac estabeleceu-se em Ouro Preto, cidade que também recebeu outros exilados como o dramaturgo e artista plástico Emílio Rouéde. Na então capital mineira, Bilac contou com o amparo de políticos deodoristas como Cesário Alvim e o deputado federal João da Mata Machado e com a amizade de Afonso Arinos, professor de História do Brasil no Ginásio Mineiro e de Direito Penal na Faculdade Livre de Direito.

Como já demonstrou Antonio Dimas (2000, v.1, p.64-79), o autoexílio proporcionou a Bilac um fortalecimento de seu nacionalismo e de sua esperança na modernização do país. Muitos anos depois, recepcionando Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, Bilac recordou nostalgicamente as pesquisas que juntos fizeram, flanando por Ouro Preto ou encerrados no Arquivo Público Mineiro, mal instalado no rés-do-chão do Palácio de Governo. Sugestionados pela contemplação de ruínas e monumentos antigos

---

5 No romance-folhetim *Sanatorium*, publicado na *Gazeta de Notícias* de 11 de novembro a 12 de dezembro de 1894 sob o pseudônimo Jaime de Ataíde, explicar-se-ia o êxodo: “[...] muitos que nem o calor nem as granadas obrigariam a fugir, apontados pelas suas doutrinas suspeitas, pelas suas simpatias e antipatias livremente manifestadas, saíram do Rio açodadamente, demandando sítios menos agitados, em que não fosse delito pensar e falar com independência”. Essa narrativa, escrita a quatro mãos por Olavo Bilac e Carlos Magalhães de Azeredo (1872-1963), foi publicada em volume pelo Clube do Livro de São Paulo em 1977.

e pela leitura de documentos da história colonial, os dois amigos viviam mergulhados no passado, conversando com espectros.<sup>6</sup>

Do ponto de vista literário, foi fecundo o autoexílio em Minas, onde Bilac escreveu muitos textos, dos quais alguns foram recolhidos em *Crônicas e novelas* (1894) e na primeira parte de *Crítica e fantasia* (1904). Muito provavelmente, a incursão pelo passado nacional presidiu a concepção do poemeto épico *O caçador de esmeraldas*, recolhido na segunda edição de *Poesias* (1902) com o subtítulo “Episódio da epopeia sertanista no XVIIº século”.

Em Ouro Preto, o jornalista Bilac também encontrou uma tribuna à sua disposição. Para manter-se politicamente vivo, Cesário Alvim, que fora destituído do governo de Minas Gerais por Floriano, fundou em janeiro de 1894 a *Opinião Mineira*. Nas páginas desse jornal oposicionista, Bilac publicou artigos, crônicas e poemas como “Primavera” (7 jan. 1894) e “Tédio” (1º fev. 1894), recolhidos mais tarde em *Alma inquieta* (1902).

Entre os seus artigos, contavam-se alguns interessantes como “A nova capital”, em que sugeria abertura de concorrência pública para a realização das obras no antigo Curral del Rei (1º fev. 1894), e “Uma liteira”, que foi motivado por um móvel abandonado no cemitério da igreja do Carmo (7 fev. 1894). Dando asas à fantasia, o poeta sonhou com as belas donzelas que a liteira certamente transportara.

Mas de todos os textos escritos para a *Opinião Mineira* o mais importante talvez fosse o publicado logo no início de sua colaboração no jornal. Estampado na primeira página do dia 3 de janeiro de 1894, recebeu um título sugestivo: “Uma campanha”.

O artigo apresentava um diagnóstico sombrio do país e formulava algumas propostas para enfrentar certas mazelas nacionais. O principal problema apontado era a indiferença pela história nacional, que associada a problemas de outra natureza colocava em risco a sobrevivência da própria nacionalidade brasileira.

---

6 Na Academia Brasileira. Discurso pronunciado na sessão solene de recepção do Sr. Afonso Arinos. Esse texto encerra o livro *Crítica e fantasia* (1904) (Bilac, 1996, p.531-4).

Um dos reflexos do desprezo dos brasileiros por seu passado seria a demolição de prédios antigos de evidente valor histórico. Exemplo citado pelo poeta foi a demolição do chafariz das Marrecas, posto abaixo para permitir a reconstrução do “hediondo quartel dos Barbonos” nas proximidades do Passeio Público. Para que fossem construídos “trambolhos sem arte, sem solidez, sem beleza”, soterrava-se, segundo o poeta, “a última lembrança dos que, bem ou mal, na medida do que puderam, assentaram, suando e penando, na terra virgem do Brasil os alicerces da nossa nacionalidade” (Bilac, 3 jan. 1894, p.1).

Talvez possa causar espanto que o incansável defensor do Bota-Abaixo de Pereira Passos protestasse contra demolições. Observe-se, no entanto, que em Minas, o poeta criticava a “modernização inconsiderada” e lamentava que o arrasamento das construções se fizesse para encher “as algibeiras de mestres de obras sem inteligência nem escrúpulo” e não para, no local criado, “se erguerem edifícios em que se não ofend[essem] as leis da higiene e da arquitetura” (ibidem, p.1). Ora, a Regeneração criou avenidas modernas ladeadas de suntuosos e higiênicos palácios de ferro, mármore e cristal...

Nas artes, embora identificasse vários avanços recentes como a poesia (parnasiana), que em sua opinião combinava forma perfeita e “ardor tropical de inspiração”, o desenvolvimento da música brasileira, a Escola de Belas Artes, o moderno romance nacional (realista/naturalista) e realizações brilhantes no conto e na crítica, o poeta lamentava que poucos se houvessem dedicado à história da literatura brasileira, que contava com apenas “um ou dois livros incompletos” (ibidem, p.1).

Quanto à produção literária contemporânea, aliás, verificava que se perdia “o respeito à tradição”, adotando-se um “português de decadência”, que não seria compreendido por um Manoel Bernardes (ibidem, p.1). Além da admiração pela cultura europeia, que acarretava a assimilação de estrangeirismos, outro fator dessa deterioração seriam as sucessivas levas de imigrantes que se instalavam no país.

São Paulo italianiza-se sem resistência, perdendo tudo, desde o idioma até o próprio sentimento indígena, nessa submissão sem luta a uma raça absorvente. No sul, o quebro suave da formosa língua portuguesa desaparece, abafado pelo vozear gutural dos colonos alemães. (ibidem, p.1)

A luta pela preservação da língua portuguesa afigurava-se ao poeta decisiva para a nacionalidade brasileira, que não era a dos milhares de falantes das línguas adventícias.

Apesar de panorama tão preocupante, o poeta conseguiu renovar suas esperanças em Minas, estado que por preservar as tradições brasileiras deveria “dar o sinal de alarma em prol da nossa nacionalidade ameaçada” e apresentar ao país “o exemplo da regeneração” (ibidem, p.1).

As propostas apresentadas no artigo “Uma campanha” eram as mais simples. A primeira delas seria a criação de um museu em que se abrigassem os objetos de arte e de valor histórico que se encontravam espalhados por toda a região mineira. A segunda seria a organização do Arquivo Público, cujos livros e documentos eram mutilados e roubados pelos consulentes.

O poeta encerrou seu artigo afirmando que tais iniciativas seriam “um belo serviço prestado à nossa história” e um “meio heroico de, ao menos, salvar do olvido a nossa nacionalidade se de todo se não pude[sse] salvá-la da morte” (ibidem, p.1).

Alceu Amoroso Lima atribuiu a Afonso Arinos, em biografia desse autor, a ideia da fundação de um Arquivo Público em Minas, criado efetivamente em 1895 pelo historiador José Pedro Xavier da Veiga (1846-1900) (cf. Dimas, 2000, v.1, p.68-9). Entretanto, o artigo de Bilac, se não lhe assegurava a real paternidade da ideia, colocava-o, no mínimo, entre os primeiros defensores da proposta.

Faz-se necessário reconhecer que para tantos problemas levantados no artigo, o poeta apresentava poucas e modestas soluções. No entanto, é possível encontrar nas suas ações e obras posteriores esforços para sanar os problemas apontados.

Como, de acordo com sua visão, a língua portuguesa, último baluarte da nacionalidade, corria o risco de corromper-se definitivamente, Bilac, nas crônicas que escreveu até o fim de sua carreira jornalística (1908), exigiu reiteradamente das autoridades a extensão da alfabetização a todas as regiões e camadas sociais, pois a Escola poderia atuar decisivamente ao impor um padrão linguístico que fosse observado por todos os brasileiros.

Para salvar a língua portuguesa e com ela a nacionalidade brasileira, Bilac não se restringiu aos protestos e reivindicações pela imprensa, mas se entregou, ora em parceria com o romancista Coelho Neto, ora com o educador Manuel Bonfim, à realização de uma obra didática que fornecesse aos alunos brasileiros modelos de civismo e de “correto” emprego da língua portuguesa. Com esse objetivo escreveu *Contos pátrios* (1894), *A terra fluminense* (1898), *Prática da Língua Portuguesa* (1899), *Poesias infantis* (1904), *Teatro infantil* (1905), *Através do Brasil* (1910) e *A pátria brasileira* (1911), além de ampliar a *Gramática elementar e lições progressivas de composição*, de Hilário Ribeiro.

Para Bilac, nem mesmo aqueles que cultivavam a arte literária respeitavam a Língua Portuguesa; por isso, ofereceu a seus contemporâneos regras de bem escrever no *Tratado de versificação* (1905), elaborado com Guimarães Passos (1867-1909).

Como, segundo sua opinião, a história da literatura brasileira não recebia a devida atenção dos intelectuais, apresentou no *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901), escrito a quatro mãos com Manuel Bonfim, o elenco dos autores “modernos” que julgava dignos de serem lidos e imitados pelos alunos.

Para combater o desprezo por nossa história, ampliou a *Pequena história do Brasil*, de Joaquim Maria de Lacerda, e atualizou as *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* (1918), de Joaquim Manuel de Macedo.

Como, ainda segundo Bilac, a nacionalidade brasileira estava ameaçada por raças absorventes, saiu pelo país perorando em favor da regeneração cívica brasileira e do Serviço Militar Obrigatório e liderou, de 1915 até sua morte, a Liga de Defesa Nacional.

É bem verdade que hoje não se aceita sem protesto a imposição de uma norma linguística única a toda uma sociedade e nem mesmo se observam os preceitos estéticos acatados por Bilac, que foram historicamente superados. Da mesma forma, já não se admitem pacificamente lições de civismo e muito menos propostas de redenção nacional a partir das casernas. Reconhece-se, no entanto, a necessidade imperiosa de preservar o patrimônio histórico e artístico nacional, que ainda hoje se encontra ameaçado pela incúria governamental. De qualquer modo, não se pode negar às obras e iniciativas de Olavo Bilac coerência e sinceridade e nem mesmo deixar de reconhecer a persistência com que se dedicou às suas campanhas.

## Uma trajetória coerente

Quando se viu colocado diante do rolo compressor florianista, Bilac não se furtou a criar empecilhos que pudessem sustar a sua marcha irresistível – o que lhe custou a prisão e o exílio. Se oscilasse como pluma ao vento, não lhe seria difícil acompanhar seus amigos Patrocínio e Murat na aventura custodista da *Cidade do Rio*. Bilac preferiu, no entanto, preservar a sua coerência ideológica transferindo-se para a *Gazeta de Notícias*, na qual não seria constrangido a apoiar atentados às instituições democráticas e ao Estado de Direito. A experiência traumática da repressão talvez explique em parte a aversão que, a partir de seu retorno definitivo ao Rio de Janeiro em julho de 1894, o cronista manifestaria pelos políticos da Primeira República, sempre movidos, segundo ele, por interesses escusos ou mesquinhos e sempre dispostos a tudo para permanecer no poder.

Impedido de expressar-se livremente e permanentemente ameaçado de nova prisão ou castigo ainda pior, Bilac refugiou-se em Minas, cujas tradições e monumentos veneráveis fizeram-no esquecer por momentos a convulsionada capital federal e refletir sobre os destinos do país. Na *Opinião Mineira*, lançou uma campanha pela regeneração nacional à qual se dedicou até os últimos dias de vida.

## 5

### POESIA PARNASIANA E PUBLICIDADE<sup>1</sup>

Na virada do século XIX para o XX, muitos intelectuais garantiam sua sobrevivência colaborando na imprensa, para a qual escreviam editoriais, artigos de fundo, notícias, contos, poemas, folhetins... em suma, o que fosse necessário.

A atividade jornalística proporcionava uma relativa popularidade aos escritores, que logo descobriram outra fonte de renda: os anúncios publicitários. Acreditavam candidamente os comerciantes que a assinatura de um conhecido poeta no anúncio de seu estabelecimento tivesse o condão de incrementar suas vendas. Ávidos por uma fonte de renda extra, muitos escritores dedicaram-se com afinco à nova atividade. Bastos Tigre, por exemplo, chegou a viver das peças publicitárias que criava, tornando-se uma espécie de protpublicitário brasileiro.

Olavo Bilac, o poeta mais popular daquele momento, não perdeu a oportunidade de lucrar com o trabalho “fácil” de exaltar as qualidades supostas ou verdadeiras de diversos produtos ou

---

1 O sétimo volume (1999) da extinta revista *Pós-História*, criada por alunos da pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp), contém a primeira versão deste ensaio.

estabelecimentos. O poeta chegou até a tabelar os seus serviços, estipulando preços diferentes para as quadrinhas com ou sem a sua assinatura.

O poeta – que em 1888 abriu o seu primeiro livro, *Poesias*, com uma defesa enfática da Arte pela Arte e da dedicação desinteressada do poeta à construção artesanal do poema – chegou à virada do século apondo a sua prestigiada assinatura a anúncios dos mais prosaicos produtos. Ao fazer a sua “Profissão de fé”, Bilac prometera cair vibrando a lança em prol do estilo, mas iniciou o século XX utilizando seus dotes de artífice do verso para louvar a eficácia terapêutica dos produtos da Casa Werneck.

A traição à musa parnasiana não se daria sem uma sensível dose de ironia. A peça publicitária “O século XIX e a Casa Werneck”, transcrita a seguir, foi motivada pela passagem de século, efeméride que geralmente se presta a divagações místicas ou surtos otimistas.

*O século XIX e a Casa Werneck*

Às portas da morte, o Século,  
Coitado! entra em agonia...  
Já vem perto o último dia,  
Perto a última hora já vem.  
E como o José Veríssimo  
Lhe contou a história em prosa,  
– Vou essa história famosa  
Contar em verso também.

I

Sobre o nariz ponho os óculos,  
Seguro a pena entre os dedos;  
Vou desvendar os segredos  
Da História toda... Atenção!

.....

E eis que logo um nome célebre  
Sobre o papel aparece:

Ouvis? A terra estremece...  
[...]<sup>2</sup> É Napoleão!

Ei-lo no Egito. As pirâmides  
Ficam tristes e mesquinhas.  
As esfinges, de gatinhas,  
Encolhem-se de pavor...  
Marengo! rende-se a Itália!  
Austerlitz! a Áustria baqueia!  
E a França, de boca cheia,  
Grita: "Viva o Imperador!"

Que homem! que assombro! que gênio!  
Nada às previsões lhe escapa...  
Mete na cadeia o Papa,  
Faz o código civil,  
Reina, casa, divorcia-se,  
Pinta o caneco na Espanha,  
E empurra (grande façanha!)  
Dom João Sexto p'ra o Brasil!

Mas, já toda a Europa, em cólicas,  
Acha dura a caçoada;  
Vem a Inglaterra, e, escamada,  
Dá-lhe um tombo em Waterloo...  
Caiu o carvalho esplêndido!  
E o povo francês, afoito,  
Atarraxou Luiz Dezoito  
No trono do seu avô...

## II

Mas, ó musa, precipita-te!  
Chamam-te os outros países,

---

2 Aqui as reticências correspondem a trecho mutilado do jornal.

Uns felizes, infelizes  
Os outros... Vamos! voar!  
Já disse o preclaro Hipócrates  
Que a arte é longa e a vida é breve!  
Não tem descanso quem deve  
Todo um século contar!

Lembra-te bem! Cá na América,  
De novas cenas teatro,  
Houve logo o diabo a quatro.  
Que bate-barbas! que horror!  
Levantam-se o Chile e o México,  
E mandam a Espanha à fava,  
Porque, enfim, só gente escrava  
É que respeita o Senhor!

Vamos! A Grécia liberta-se...  
A Rússia, num belo dia,  
Tosa o pelo da Turquia,  
Prega uma peça ao Sultão...  
Na velha Itália, que escândalo!  
O Papa grita de balde!  
Entra em Roma Garibaldi,  
Mastigando macarrão!

Polvo de cem mil tentáculos,  
Vai a manhosa Inglaterra  
Tomando conta da terra,  
Tomando conta do mar.  
Entra em cena a Norte-América:  
Diz que tem pena de Cuba,  
E o jugo espanhol derruba,  
E deixa a Espanha a chorar.

O Japão, – gente bravíssima, –  
Deu uma tunda na China;

Ó China! sorte mofina,  
 Aquela que assim te pôs!  
 Nunca, no correr do século,  
 A gente viu tanto bicho  
 Fugir, torcendo o rabicho,  
 Pedindo um pouco de arroz!

No Brasil houve a República,  
 Nova lei e nova gente,  
 Muito barão descontente,  
 Uma questão com o Inglês,  
 Muitos estados – de sítio,  
 Motins, barulhos, revoltas,  
 E, nessas reviravoltas,  
 Muita gente no xadrez...

No resto do mundo, pílulas!  
 Nasce gente, gente morre,  
 E o tempo impassível corre  
 Sem nunca voltar atrás.  
 Lá temos a guerra na África...  
 Se a Inglaterra facilita,  
 O leão do Transvaal se irrita,  
 E, é fogo – viste, zás-trás!

### III

Mas nem somente a Política  
 Deve merecer cuidado...  
 O mundo civilizado  
 Quer de outras cousas saber.  
 Quanto progresso na Ciência...  
 Ó Ciência! se não te cansas,  
 Inda hás de fazer crianças  
 Sem ninguém as conceber!

Vede... O vapor e o telégrafo!  
O pensamento galopa!  
Eu aqui... você na Europa...  
Numa palestra ideal!...  
E, num instante célere,  
Abraço o rei da Suécia,  
E troco a minha facécia  
Com o Rei de Portugal!

Mas não é tudo. E o fonógrafo?  
A gente escolhe um assunto,  
E conversa com um defunto  
A troco de dez tostões!  
Gemidos, risadas, óperas,  
Põem-se em conserva, ó milagre!  
Como se põem em vinagre  
Pimentas e pimentões!

E mais!... O Cinematógrafo!  
Isso é que é obra! que caso!  
– Morre uma avó por acaso?  
O neto, cheio de dó,  
Mesmo depois da catástrofe,  
Pode, nuns poucos momentos,  
Ver todos os movimentos  
Da senhora sua avó!

Que século! que prodígio!  
O Serum, o telefone,  
O telégrafo Marconi,  
Todos os novos metais,  
As dinamites, o ar líquido.  
As Mauser, e... Com efeito,  
Quem não ficar satisfeito,  
Peça mais, porque inda há mais!

## IV

Mas... Grave musa da História!  
 Calça os coturnos agora!  
 Emboca a tuba canora,  
 Prepara a altíssima voz!  
 Vem ao meu lado, ó Calíope!  
 Sobre maravilha tanta,  
 Outro valor se levanta  
 Na asa da Fama veloz!

Às portas da morte, o Século  
 Coitado, entra em agonia...  
 Já vem perto o último dia,  
 Perto... Calíope, vês?  
 É tempo, de em claro mármore,  
 No alvor de límpida lousa,  
 Pôr a memória da cousa  
 Mais bela das que ele fez!

## V

Camões! esse estro fortíssimo  
 Empresta-me! Ó Pátria, exulta!  
 Toda a humanidade culta,  
 Atenda, e tome este xequê!

.....

– Teu nome, ó glorioso Século!  
 Será, por mais que o recuses,  
 Nunca Século das Luzes,  
 Porém *da Casa Werneck!*

Quem ali entra... que alívio!  
 Entra sem força, entra exausto  
 E sai, como o doutor Fausto,  
 Remoçado de uma vez...  
 Queres um dia ser Hércules?

Não hesites, não te esquives!  
 Vai à rua dos Ourives,  
 Número setenta e três!

Acharás o *Fenol-Sódico*,  
 Vinho iodo-fosfatado,  
 E o *Sabão de Sublimado*,  
 Melhor que o Sabão de Utrech!  
 Terás o *Elixir Eupéptico*,  
 O *Elixir de Somatose*,  
 E, ó glória! ó apoteose!  
 A *Kresolina Werneck*!

A *Kresolina*! A este século,  
 Bastava tamanha glória:  
 Ter entrado para a História,  
 Envolto com altivez  
 Neste manto majestático,  
 Cheio desta luz divina!  
 (Onde se acha a *Kresolina*?  
 Ourives, setenta e três!)

Terás *Peitoral Balsâmico*,  
 Terás *Cola Fosfatada*,  
 Terás *Cáscara Sagrada*!  
 Levanta-te calhambeque,  
 Terás o *Vinho de Quinium*  
 Todos os *Sais de Quinino*,  
 E terás a *Kresolina*,  
 A *Kresolina Werneck*!

Creio até que Mefistófeles,  
 Esse prodígio profundo,  
 Que faz, dêz que o mundo é mundo,  
 Feitiços a dous por três,

Foi quem, por Arte Diabólica,  
 Achou na sua oficina  
 A ideia da *Kresolina*  
 (Ourives, setenta e três!)

A *Kresolina*! Ó Bubônica!  
 Com este desinfetante,  
 Vacilas, e, agonisante,  
 Tombas, e abaixas o beque!  
 Não há miasmas nos pântanos,  
 Que à força quase divina  
 Resistam da *Kresolina*,  
 Da *Kresolina Werneck*!

Ó tu, que amas a Existência,  
 Tu que tens filhos, atende,  
 Com os meus conselhos aprende  
 A guardar a robustez!  
 Despreza os outros remédios!  
 O teu receio domina,  
 E atira-te à *Kresolina*!  
 (Ourives, setenta e três!)

Ó *Kresolina* Santíssima!  
 Doce dádiva celeste!  
 Salvarás sempre da Peste,  
 A quem teu auxílio impregue!  
 Ó maravilha do Século!  
 Ó prodígio desta idade,  
 Saúde e felicidade!  
 Ó *Kresolina Werneck*!

Esse longo texto, publicado no rodapé da segunda página da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, no primeiro dia de janeiro de 1900, revela a sua natureza paródica a partir do próprio título. Ao longo do ano anterior, José Veríssimo, crítico literário prestigiado, publicara no mesmo jornal uma série de longos artigos sob a rubrica “O século XIX”, em que procurara contar a história do período.

A paródia, segundo uma definição de Linda Hutcheon (1989, p.17), “é repetição com distância crítica, que marca a diferença em vez da semelhança”. Na repetição em versos da história de Veríssimo, a diferença começa pelo título. O acréscimo “e a Casa Werneck” indica tratar-se de uma peça publicitária e, mais do que isso, inicia a linguagem hiperbólica que acaba por predominar no texto. Afinal, que *lógica* poderia sustentar a relação de paralelismo entre o século XIX e uma casa farmacêutica?

O texto divide-se em cinco partes e uma introdução, na qual o caráter paródico é afirmado explicitamente. A “história em verso” do século XIX, proposta nessa introdução, resume-se propriamente às duas primeiras partes, nas quais a paródia está mais próxima ao texto parodiado. Na terceira parte, ganham destaque as conquistas tecnológicas do século, que foram mencionadas apenas de passagem por Veríssimo. A quarta parte é uma invocação a Calíope; nessa passagem, a paródia às convenções da épica é evidente. Iniciando-se com uma invocação a Camões, a quinta e última parte é o texto publicitário propriamente dito, com o elogio aos produtos da Casa Werneck, em especial da Kresolina.

Os quatro primeiros versos da primeira parte, com os verbos na primeira pessoa, chamam a atenção para o sujeito da enunciação, Puck, uma personagem que muitas vezes assinava os textos satíricos de Olavo Bilac. Puck propõe-se a contar a “História toda”. A pretensão explicitamente assumida serve para satirizar a de Veríssimo, que pretendeu contar em artigos de jornal *tudo* o que acontecera durante *tudo* o século XIX *em todos* os países. A maneira apressada de Puck contar a história (“Não tem descanso quem deve / Todo um século contar!”), prendendo-se aos fatos superficiais, satiriza o projeto ambicioso de Veríssimo, que muitas vezes se restringe a uma

história factual, em que a análise e a interpretação dos fatos históricos ficam em segundo plano.

O destaque que Puck dá aos feitos napoleônicos encontra paralelo nos artigos de Veríssimo, que valorizam sobremaneira a figura de Napoleão como construtor da história. A diferença é que Puck descreve o militar francês com ironia: “Que homem! que assombro! que gênio!” Coerentemente, a linguagem empregada por Puck não é grandiloquente, mas coloquial, como podemos perceber nas expressões: “de gatinhas”, “baqueia”, “de boca cheia”, “mete na cadeia”, “pinta o caneco”, “em cólicas”, “çaçoadá”, “escamada” e “atarraxou”.

Na segunda parte, prossegue o relato apressado da história do século. Dos inúmeros fatos históricos narrados por Veríssimo, Puck vai escolhendo aleatoriamente um ou outro, compondo um quadro mais ou menos caótico. O fio condutor de Veríssimo, que escolhera a difusão dos ideais filosóficos da Revolução de 1789 e da civilização ocidental como característica marcante do século XIX, desaparece na paródia. Nesta, vemos uma mera sucessão de guerras e revoluções. Seria indevido ler nesse aspecto da paródia uma crítica à busca de um único sentido para a história? Um sentido eurocêntrico, diga-se de passagem.

Curioso é que Puck, ao relatar a história brasileira, elida a Independência e destaque apenas a República, com suas revoltas e motins subsequentes. Entre a muita gente que nesses barulhos foi para o xadrez, contava-se Olavo Bilac, encarcerado por ordem de Floriano Peixoto. A omissão do processo de independência, consagrado pelo Grito do Ipiranga, talvez pretendesse ressaltar a República como o verdadeiro momento de libertação nacional, quando se expulsa do território brasileiro o imperador D. Pedro, que pertencia à dinastia dos Braganças.

A terceira parte, embora ainda inspirada pelo texto de Veríssimo, é a que mais se afasta do texto parodiado. A descrição embasbacada das invenções tecnológicas do século (note-se a abundância das exclamações) não corresponde à sóbria menção do avanço científico daquele tempo e do nome dos principais cientistas feita por Veríssimo. Todavia, o espanto de Puck não é isento de ironia, pois,

para ele, o telégrafo seria veículo de gracejos e o fonógrafo serviria para “conversar com defuntos” ou “pôr em conserva” gemidos e risadas. Essa parte cria um contexto para a introdução dos produtos da Casa Werneck, colocados assim dentro do paradigma das grandes invenções do século.

A quarta parte parodia as convenções e clichês da poesia épica, como “musa”, “tuba canora” e “altíssima voz”. Essa passagem alude ao épico português com referências a seus versos – “Outro valor se levanta / Na asa da fama veloz!” – e com a invocação a Calíope. Como se sabe, a invocação é uma súplica do poeta para que a divindade favoreça o seu trabalho.

O que em Camões era uma convenção veneranda legada pelos antigos, no texto de Puck visa apenas a efeitos humorísticos. É um exagero evidente pedir à musa da poesia épica que seja propícia ao elogio da Kresolina Werneck ou, para o mesmo fim, pedir emprestado o estro camonianiano. Puck procura imitar Camões invocando Calíope e também deslocando a invocação do início (onde a colocava o modelo antigo) para o meio. Com apenas esses artifícios limitados, pretende jocosamente ter colocado sua paródia em pé de igualdade com *Os Lusíadas*.

No início da quinta parte, Camões é convidado a emprestar seu “estro fortíssimo” a Puck, para que este dê um novo epíteto ao século XIX, que passaria a ser conhecido como o século da Casa Werneck. Nessa parte, encontramos uma relação dos medicamentos encontrados na farmácia, com destaque especial para a Kresolina Werneck, um desinfetante poderoso apropriado para combater a peste bubônica que, entre outras doenças, flagelava a população do Rio de Janeiro no início do século.

A paródia da poesia épica não procura atingir a respeitabilidade de suas convenções. Embora marcada pela ironia, a repetição crítica de um componente retórico das epopeias, a invocação, ajuda a compor o estilo hiperbólico do texto. A linguagem publicitária é marcada pela exaltação encomiástica das mercadorias, característica essa que Puck intensifica, apresentando a Casa Werneck e sua Kresolina como as grandes maravilhas do século XIX.

No entanto, a comparação é tão evidentemente despropositada que o tiro sai pela culatra. Um texto que se assume desde o início como paródia, satirizando o texto de fundo, que utiliza inadvertidamente as convenções e clichês da poesia épica e que invoca o sagrado nome de Camões *em vão* fica contaminado pela ironia e sua linguagem deixa de ser *bona fide*.

A linguagem “exagerada” que predomina em “O século XIX e a Casa Werneck” é um sinal de alerta estilístico para o caráter irônico do enunciado. Percebendo a ironia como figura privilegiada do texto, o leitor passa então a buscar um código subjacente. Para a ambiguidade da parte especificamente publicitária colaboram as imagens humorísticas criadas por Puck, como a do doente saindo da farmácia remoçado como o doutor Fausto e a de Mefistófiles inventando a Kresolina Werneck. Pode-se mencionar também a expressão coloquial “abaixar o beque”.

Puck, por ter utilizado ironicamente as exclamações nas outras partes do texto, compromete a eficácia publicitária das que deveriam soar autênticas: “que alívio!”, “ó glória! ó apoteose!”, “Ó Kresolina Santíssima! / Doce dádiva celeste!”, “Ó maravilha do Século!”.

A publicidade irônica criada por Olavo Bilac pode ser interpretada como uma pequena vingança do poeta da “Profissão de fé”, que por razões econômicas se viu obrigado a colocar sua técnica versificatória, então considerada perfeita, a serviço da propaganda de prosaicos produtos farmacêuticos. A ironia que impregna o texto contraria os interesses comerciais do anunciante, pois não se pode convencer o consumidor das qualidades supostamente inquestionáveis de um produto com uma linguagem ambígua.

Além disso, a paródia criada por Bilac expõe ao ridículo uma concepção positivista de história, esposada por José Veríssimo, que valoriza as ações individuais dos grandes heróis, se restringe ao mero registro dos fatos históricos e praticamente ignora as implicações históricas do avanço tecnológico.

Não obstante, a paródia principal desse texto parece ser aos rodapés literários, tradição dos jornais cariocas. A diagramação de “O século XIX e a Casa Werneck” imita a dos folhetins, que

costumavam ocupar o espaço por ele utilizado – a porção inferior da página, separada por uma barra horizontal. A ambiguidade que compromete a propaganda pode estar vingando a literatura, que teve seu espaço tradicional invadido, e denunciando por meio dessa invasão a presença ubíqua da publicidade e a mercantilização da arte literária.

Diga-se também, de passagem, que a suprema ironia de Puck talvez tenha sido publicar no primeiro dia de um novo século – data aberta a todos os otimismoes possíveis e até aos descabidos – o anúncio publicitário de um desinfetante apropriado para combater a transmissão de diversas moléstias conhecidas pela população do Rio de Janeiro: febre amarela, tuberculose, cólera, tifo, escarlatina e especialmente peste bubônica, naqueles tempos em plena expansão.

## 6

# A "CRÔNICA" DE BILAC EM *A BRUXA*<sup>1</sup>

*A Cigarra* e *A Bruxa*, duas publicações ilustradas semanais, foram ousados empreendimentos editoriais do poeta parnasiano Olavo Bilac e do ilustrador português Julião Machado. Bilac esteve à frente da redação de *A Cigarra* de maio até outubro de 1895, quando dela se afastou provavelmente por desentender-se com o proprietário, Manuel Ribeiro (cf. Magalhães Jr., 1974, p.190-1). No ano seguinte, em virtude do fim desse primeiro periódico, Machado e Bilac colocaram-se à frente de *A Bruxa*, que circulou no Rio de Janeiro de fevereiro de 1896 a junho de 1897, sempre às sextas-feiras.

Como tradicional seção fixa de periódicos, também havia na nova revista hebdomadária uma coluna de crônicas. Bilac assinava esses textos com diversos pseudônimos e Julião Machado ilustrava-os com vinhetas góticas: bruxas, corujas, monstros, gatos pretos, entidades infernais etc. Apesar do acabamento gráfico refinado, que não era comum, pretende-se aqui demonstrar que a "Crônica" de *A Bruxa* confirmava a tendência do gênero no Brasil ao humor e à ironia e contribuía para que a crônica brasileira fosse muito mais

---

1 Este ensaio foi originalmente publicado na *Revista da ANPOLL* (v.38, 1º sem. 2015).

expressão literária de uma subjetividade do que seção jornalística meramente destinada ao comentário dos principais fatos da semana. Acrescente-se que o periódico contava ainda com “O Carrilhão da Bruxa”, crônica de caráter fragmentário, e uma seção dedicada à “Política”, ambas confiadas a Bilac. Dos textos da seção “Crônica”, sete encontram-se hoje transcritos no segundo volume de *Bilac, o jornalista*, de Antonio Dimas.<sup>2</sup>

## A crônica semanal

A propósito da especificidade desses textos, considere-se o trabalho realizado por Bilac a partir de março de 1897, quando foi convidado por Ferreira de Araújo a substituir Machado de Assis na crônica semanal da *Gazeta de Notícias*. Assim como o demissionário, o novo cronista fez de sua coluna o comentário *quase* obrigatório dos principais fatos ocorridos na semana anterior, escolhidos de acordo com sua relevância ou com a repercussão alcançada. De modo geral, a “Crônica” era extensa (duas ou três colunas) e colocada na primeira página. O poeta assumia a função de comentar os principais fatos recentes, o que nem sempre se fazia sem algum sacrifício:

Para fazer uma ideia justa da facilidade com que se esquecem, nas grandes cidades, os mais recentes acontecimentos, – é preciso ter esta obrigação de, ao cabo de todas as semanas, exumar os dias mortos, galvanizá-los, ressuscitá-los, pô-los de pé como Lázarus redivivos, e apurá-los em revista de mostra, diante do público.

Folheiam-se as coleções dos jornais, pesam-se os fatos, contemplam-se a frio os escândalos, e com a mesma indiferença se examina tudo quanto despertou o riso e tudo quanto despertou a piedade. E que difícil arrancar dessa massa confusa de banalidades uma página,

---

2 São as crônicas datadas de 12 de junho, 24 de julho, 9 de outubro, 13 de novembro e 11 de dezembro de 1896, de janeiro (n.49) e 14 de maio de 1897.

uma coluna, uma simples nota! O que consola é que, assim como se esquecem as cousas da semana, também se esquecem as crônicas.

O cronista que, ao fim de dez anos de prática do ofício, se dispusesse a reunir e reler toda a sua obra, morreria de tédio e de horror, vendo-se pai de tão feia e desgraçada tribo de sensaborias. Ai! vida errada! e lembrar-se a gente de que toda a existência é isso mesmo, – e de que, na hora da morte, cada homem deve reconhecer que nada ganhou em ter vivido tanto, – como, na hora do exame de consciência, cada cronista reconheceria que nada lucrou com tanto haver escrito! (Bilac, 4 dez. 1898, p.1)

Se nessa crônica Bilac encena retoricamente certa insatisfação com o trabalho de cronista, que lhe parece inútil por estar fadado ao esquecimento, exalta em outra a sua função ao compará-la com a dos jornalistas que apenas noticiam os fatos:

Os noticiaristas registram; os cronistas comentam. O noticiarista retira da mina a ganga de quartzo, em que o ouro dorme, sem brilho e sem préstimo; o cronista separa o metal precioso da matéria bruta que o abriga, e faz esplendor ao sol a pepita rutilante. (idem, 21 jun. 1903, p.1)

Como se pode imaginar, o material reunido por esse trabalho de garimpo seria naturalmente heterogêneo. Por isso, a crônica dominical caracterizava-se pelos comentários dos mais diversos fatos, reunidos em um único texto apenas por acontecerem em uma mesma semana. Era, de fato, uma manta de retalhos que se cosia aos sábados (idem, 19 jul. 1903, p.1). Machado, mestre na arte da transição, saía-se muito bem da dificuldade que Bilac enfrentava toda semana de esvoaçar de assunto a assunto. Note-se como Bilac certa vez registrou a necessidade de realizar uma transição brusca: “Passar da morte para eleições não é fácil. Mas nós, cronistas, já estamos habituados às dificuldades da acrobacia. Não há pescoço de cronista que se torça num desses maravilhosos saltos” (idem, 29 jan. 1899, p.1).

Em outra crônica, Bilac comparou o seu trabalho com o dos caixeiros viajantes, que carregam às costas, dentro dos seus baús, os mais diversos produtos. Na qualidade de “caixa” de assuntos, a crônica misturaria “coisas desencontradas e opostas”, assim como a vida:

É impossível deixar de misturar, esta resenha da semana, o profano com o sagrado. Os cronistas são como os bufarinheiros, que levam, dentro de suas caixas, rosários e alfinetes, fazendas e botões, sabonetes e sapatos, louças e agulhas, imagens de santos e baralhos de cartas, remédios para a alma e remédios para os calos, breves e pomadas, elixires e dedais. De tudo há de conter um pouco, esta caixa da Crônica: sortimento para gente séria e sortimento para gente fútil, um pouco de política para quem só lê os resumos dos debates do Congresso, e um pouco de carnaval para quem só acha prazer na leitura das seções carnavalescas.

Aqui está a caixa do bufarinheiro, leitor amigo: mete dentro dela a tua mão e serve-te à vontade. Não fui eu quem a encheu de tantas coisas desencontradas e opostas. Eu sou apenas o retalhista, o varejista dos assuntos. Quem me enche a caixa é a Vida, a fornecedora dos cronistas, – a Vida que nunca foi coerente nem metódica, – a Vida que tem sempre um milhão de contradições em um só minuto do seu curso acidentado e contraditório. (idem, 7 fev. 1904, p.1)

De certa maneira, a crônica dos domingos pertencia mais ao jornal do que ao cronista – daí talvez a possibilidade de apresentar jocosamente esse trabalho como uma obrigação incontornável e tediosa. Fosse Machado ou Bilac, para a *Gazeta de Notícias* o importante era que algum escritor de prestígio enfeixasse num comentário bem escrito e agradável os principais acontecimentos noticiados durante a semana. Se, por um lado, faltava unidade à crônica semanal, ela assegurava, por outro, a unidade do jornal no intervalo de sete dias. Por isso, passaram os cronistas, mas a coluna da crônica dominical permaneceu incólume. Quando Bilac abandonou a função, encarregou-se dela Paulo Barreto (João do Rio), que publicaria na *Gazeta de Notícias* a coluna “Cinematógrafo” sob o pseudônimo de Joe.

## Pseudônimos e cronistas-personagens

Em *A Bruxa*, hebdomadário cuja parte literária dirigia, o poeta da *Via Láctea* sentiu-se à vontade para ir além das então vigentes convenções da crônica e, acentuando a ambiguidade própria desse gênero, que se coloca entre o jornalismo e a literatura (v. Dimas, 1974, p.46-51), aproximá-lo decisivamente das formas tradicionais de expressão literária.

Se na crônica da *Gazeta de Notícias*, assim como fizera o mestre Machado de Assis, Bilac escondia-se a princípio sob o anonimato, passando a assinar os textos com as iniciais O. B. somente em 7 de junho de 1903, em *A Bruxa* o cronista assinava todos os textos. Começou empregando as iniciais O. B. e, a partir do número 11, de 24 de abril de 1896, passou a utilizar também pseudônimos, principalmente nomes de entidades infernais como Belzebuth, Belial, Mefisto etc. Era talvez uma forma de ajustar-se ao estilo “gótico” das ilustrações. Bilac empregou inclusive, algumas vezes, o auto-derrisório pseudônimo O Diabo Vesgo, com o qual aludia ao seu notório defeito físico. Cabe ressaltar que o poeta da *Via Láctea* cedeu ocasionalmente a sua seção de crônicas semanais a Guimarães Passos (Fortúnio) e Coelho Neto (Furfur e provavelmente Lusbel).<sup>3</sup>

Deve-se assinalar que os pseudônimos de Olavo Bilac representavam mais do que a obliqua assunção da autoria,<sup>4</sup> pois, especialmente

3 Em *Bilac, o jornalista*, Antonio Dimas (2006, v.3, p.39-40) refere-se a um índice de *A Bruxa* que fora elaborado por Carlos Drummond de Andrade. Nesse documento, que pertencia a José Mindlin, o poeta modernista atribuía o pseudônimo Furfur ao autor de *A conquista*. Pelo menos 53 crônicas da revista saíram da pena de Bilac. Não se pode chegar a um número exato porque não foi possível consultar o número 63.

4 Segundo Bilac, a adoção do pseudônimo não significava uma tentativa leviana de eximir-se de compromissos ou penalidades: “O uso do pseudônimo não quer dizer que o escritor não queira assumir a responsabilidade do que escreve: todo o mundo sabe, por exemplo, que Patrocínio é Proudhomme e que Proudhomme é Patrocínio. Mas, na produção intelectual de um jornalista, como na de um artista, há sempre a parte séria a que o escritor dá o seu verdadeiro nome, e a parte leve, humorística, que bem pode correr por conta de um pseudônimo transparente. / Para cada estilo, cada assinatura” (Bilac, 25 jul. 1897, p.1).

no caso dos *infernais*, articulavam-se com situações ficcionais de enunciação. Em outras palavras, mais do que uma assinatura, os pseudônimos eram a identificação de uma personagem que fazia as vezes de cronista. Em 10 de julho de 1896, O Diabo Coxo declarou ter lançado mão de seus poderes sobrenaturais para comparecer invisível a almoço oferecido pelo ministério das Relações Exteriores a diplomatas estrangeiros. Já Mefisto, em 27 de novembro de 1896 (p.2), irritado com a gestão da economia, exclamou: “Pelos chavelhos de Satã meu pai!”. E em 11 de dezembro de 1896, O Diabo Vesgo criou o seguinte nariz de cera ou “divagação oca de exórdio”<sup>5</sup> para abordar o extraordinário caso de Antônio Conselheiro, o fanático que arrastava milhares de seguidores no sertão da Bahia:

Confesso que nunca entendo bem as cousas que se passam aqui. Tenho viajado tanto, que não há canto da terra que os meus pés de cabra não tenham calcado, nem recanto de horizonte em que não tenham pousado os meus olhos satânicos: e tenho, em todas as terras, entendido tudo; aqui, porém, o mais insignificante caso se reveste de tão extraordinárias circunstâncias e se complica de tão singulares episódios, que a minha pobre cabeça de diabo, com as ideias baralhadas, se perde, delira, ensandece... (O Diabo Vesgo, 11 dez. 1896, p.2)

Os pés de cabra do Diabo Vesgo, assim como o privilégio da invisibilidade do Diabo Coxo, colocavam a crônica no âmbito da ficção, amenizando a aridez ou gravidade dos assuntos a serem abordados e garantindo a leveza que se atribui ao gênero (cf. Candido, 1992, p.15-6).

Fantasio, pseudônimo da predileção de Bilac, que com ele firmou textos ao longo de toda a sua carreira jornalística,<sup>6</sup> figurou

---

5 Expressão usada na crônica de 14 de agosto de 1896.

6 Conserva-se esse pseudônimo sem acento gráfico, da maneira como figurava à época, pois pode derivar do verbo *fantasiar* ou referir-se ao protagonista de peça homônima de Alfred de Musset.

várias vezes em *A Bruxa*, assinando crônicas em versos e textos de natureza metalinguística. Ao noticiar em crônica que se procurava um substituto para o carrasco de Madri, então falecido, Fantasio (22 maio 1896, p.2) esclareceu ao seu virtual interlocutor:

É justamente dessa sucessão comovedora que vamos tratar, leitor amigo – eu e tu, arredados do mundo, nesta coluna calma, onde, como sobre um tapete de circo, a minha fantasia costuma cabriolar para gáudio da galeria.

Dessa forma jocosa, comparou-se o cronista a um acrobata que se arriscava com manobras perigosas para entreter o público pouco sofisticado de um circo. Na crônica de 31 de julho de 1896, referiu-se ao trabalho realizado na semana anterior como se fosse uma exaustiva atividade manual qualquer: “Esta benta mão tinha ficado, por três horas a fio, correndo sobre tiras de papel, ganhando, com o suor negro de uma pena Soënnecken, o pão amargo do trabalho...” (idem, 31 jul. 1896, p.2). Em 18 de dezembro de 1896, por estar em vilegiatura na cidade de Petrópolis, Fantasio sentiu-se na obrigação de justificar com o seu público o não cumprimento de sua função de cronista:

Observar-me-á talvez, irmão carioca, que pouco te importa saber se estou em Petrópolis ou no saco do Alferes, na rua do Ouvidor ou na China... Mas que querias tu? Querias encontrar aqui o comentário do que houve durante a semana? Querias aqui achar as cousas que mais são do teu gosto, a política, a maledicência, a intriga? Ora, contenta-te com o que te dou, e vai dormir! (idem, 18 dez. 1896)

A despeito dos efeitos humorísticos pretendidos por essa ríspida conversa com o leitor, o fragmento deixava claro que ainda se concebia a crônica como o comentário dos fatos da semana, da mesma forma como o pioneiro José de Alencar os enfeixava *ao correr da pena* e, ainda antes dele, Francisco Otaviano os reunia sob a rubrica “Folhetim da Semana”. Para Fantasio, escrever crônicas seria um

*ofício* assemelhado ao trabalho manual, que deveria ser executado com regularidade e segundo determinados padrões de produtividade, mas sem prejuízo da graça e da verve – as *cabriolas* destinadas a conquistar a atenção do público.

## Unidade temática

Apesar de ser o diretor da parte literária da revista ilustrada *A Bruxa* e poder portanto usufruir de relativa autonomia, Bilac curvava-se às principais convenções do gênero então vigentes. Mas em vez de costurar uma manta de retalhos com assuntos desencontrados, como faria na *Gazeta de Notícias* por mais de dez anos (1897-1908), permitia-se na revista ilustrada selecionar um único assunto a abordar. Segundo Afrânio Coutinho (1997, v.6, p.117-43), Bilac inovou a crônica brasileira justamente ao “concentrar os seus comentários em determinado fato, acontecimento ou ideia, o que concorreu para dar a algumas de suas crônicas a feição de ensaios”. Na maioria das crônicas do *hebdomadário A Bruxa*, teciam-se comentários em torno de efemérides e *fait divers*, como a notícia de que uma moça despertara após ficar em coma por 22 meses (Fantasio, 3 jul. 1896, p.2). Tais comentários pretendiam tirar conclusões gerais de casos particulares a fim de edificar, esclarecer ou doutrinar o público. Esse caso da moça *renascida*, por exemplo, deu margem para que Fantasio alardeasse o seu pessimismo: “Não seria melhor, para ela, ficar assim, passar sem consciência da vida para a morte? Nascer uma vez já é uma desgraça tão grande, que não se compreende a desgraça de nascer duas vezes” (ibidem).

Em algumas ocasiões, o cronista valeu-se das experiências pessoais, deixando de lado o noticiário das folhas, que ficou, portanto, sem comentário. Assim, relatou uma conversa de dois marinheiros ouvida na barca de Niterói (28 fev. 1896), um passeio às Paineiras (6 mar. 1896), uma visita a um consultório médico (8 maio 1896), uma noite no teatro (4 dez. 1896) e uma viagem a Petrópolis (18 dez. 1896).

## Jornalismo e vida literária

Em certas ocasiões, o noticiário fornecia ao cronista pretexto para que pudesse tratar da imprensa ou da atuação dos escritores, assunto que não teria acolhimento nas seções jornalísticas meramente informativas. Logo no segundo número da revista, de 14 de fevereiro de 1896, Bilac criticou asperamente seus colegas jornalistas por explorarem sem critério ou pudor o caso de uma moça que se matou por não mais poder encontrar-se com uma amiga em consequência da incontornável oposição da família desta. Alguns jornalistas chegaram a insinuar que se tratava de uma frustrada paixão lésbica, o que levou o cronista a condenar a indiscreta e obscena invasão de privacidade por parte da imprensa e lembrar que tais atitudes poderiam resultar em “danos particulares consideráveis” e “desastres domésticos sem conta” (Bilac, 14 fev. 1896, p.2).

Em novembro do mesmo ano, Mefisto (27 nov. 1896, p.2) zombou da reputação contraditória que sua atuação independente lhe proporcionava junto aos colegas da imprensa:

Para o *Liberdade*,<sup>7</sup> sou um jacobino catapultuoso, que tem por hábito comer ao almoço dez maragatos em fricassê, e ao jantar quarenta sebastianistas em molho pardo; para o *República* serei, naturalmente, um sebastianista manhoso [...]; para os jornais políticos, terei talvez o defeito de ser um neutro mole; para os jornais neutros, cometerei talvez o crime de ser um partidário extremado...

Crítico imparcial da imprensa, Bilac, no entanto, não hesitava em defendê-la quando a sentia ameaçada ou desprestigiada pelo poder constituído. Em 10 de abril de 1896, elogiou ironicamente a *brandura* da lei de imprensa de Portugal, que vinha sendo criticada pelos jornais cariocas: “Depois dela, o jornalista português já sabe que, ao assinar o seu artigo, se não está fazendo jus a um lugar

---

7 Trata-se de jornal ligado à Igreja Católica e criptomonarquista.

no Pantheon, está sempre fazendo jus a um lugar no Limoeiro”.<sup>8</sup> O objetivo do cronista era contrastar a lei monárquica com a instituída pelo republicano Barbosa Lima no estado que governava:

Em Pernambuco, a lei de imprensa tem esta singularidade preciosa: cria novas penas, e graus maiores e menores de penalidade, que variam conforme a importância, a prosperidade, a fortuna das empresas que se tornam réis do crime de abuso de imprensa. Se o jornal se vende a vintém, paga cem mil réis, e o seu diretor tem um mês de cadeia; se se vende a cem réis, paga um conto, e o seu diretor se delicia com um ano de penitenciária. (Bilac, 10 abr. 1896, p.2)

O cronista pretendia, assim, combater as perseguições a jornalistas e as restrições à liberdade de imprensa, que tão bem conhecia.

Em 18 de setembro de 1896, Mefisto (18 set. 1896, p.2) acusou o presidente Prudente de Moraes de “ostensivamente, escandalosamente, às escâncaras, mostrar um desdém soberano pela imprensa do seu país”. Tal disposição seria, em sua opinião, manifestada pelo fato de nenhum jornalista ter sido convidado para as festas que então se ofereceram a oficiais da marinha argentina em visita ao Rio. Para o cronista, não era apenas desdém, mas principalmente ingratidão, considerando-se o modo favorável como a imprensa tratara o primeiro presidente civil no início de seu mandato.

A iminente inauguração da estátua de José de Alencar motivou Fantasio a dizer em janeiro de 1897 (n.49) que, na verdade, poucos realmente conheciam o romancista homenageado. No Brasil, onde o analfabetismo imperava, a “classe dos homens de letras” permanecia “desconhecida e pobre”, o que a fragilizava na luta por seus interesses: “Abandonada do público, a classe não tem como reagir contra os editores que a exploram”. O cronista apresentou como exemplos a serem seguidos por seus pares Aluísio Azevedo, que processou o livreiro Garnier por impor-lhe um contrato

---

8 Cabe esclarecer que Limoeiro era o nome popularmente atribuído à Cadeia Central de Lisboa.

draconiano, e Francisque Sarcey, que levou o *Petit Journal* à barra dos tribunais parisienses pela maneira acintosa por que o demitira. Segundo Fantasio (jan. 1897, p.2), o romancista brasileiro e o crítico francês indicavam aos escritores o caminho a percorrer: “Respeitando-nos a nós mesmos, conquistaremos o respeito do público. E, quando tivermos conquistado isso, os que nos exploram, os que especulam com o nosso trabalho hão de ir com menos sede ao pote”. Há, em *A Bruxa*, toda uma série de artigos que tratam de direitos autorais e da relação dos escritores com as empresas editoriais e jornalísticas.<sup>9</sup>

## A importância da ironia

Sendo a crônica compreendida como uma conversa amena entre amigos (Arrigucci Jr., 1987, p.43) ou, nas palavras de Antonio Candido (1992, p.17), “conversa aparentemente fiada”, não há nela lugar para uma linguagem enfática, contundente ou franca quando se trata de formular críticas e acusações ou expressar indignação. Nesses casos, a arma escolhida por Bilac foi a ironia, que mantendo o humor característico da crônica e preservando o seu característico “tom de informalidade, de proximidade e de familiaridade” (Dimas, 2006, v.3, p.127), lhe permitia atacar os erros e os vícios da sociedade.

Logo no número inaugural de *A Bruxa* (7 fev. 1896), o cronista abordou um sério problema de ética científica. No hospital de São Sebastião, pacientes de febre amarela eram submetidos a um tratamento experimental que não havia sido testado em animais. Tal procedimento não respeitava a praxe que o próprio Bilac conhecera quando estudante de Medicina. Naquele tempo (década de 1880) os experimentos, inclusive vivisseções, eram realizados em cães apanhados à rua. Sendo pobres, os pacientes eram submetidos à nova terapia pela mesma razão por que se arrastavam os animais aos anfiteatros: “Cão sem coleira e homem sem apólices – não podem fazer

---

9 Sobre a questão, v. Dimas (2006, v.3, p.54-63).

jus à consideração social”. Com ironia, o cronista procurou evidenciar o caráter socialmente odioso das experiências, que ocorriam com o beneplácito do Instituto Sanitário, responsável pela fiscalização:

Compreende-se bem que os ricos, assaltados pela febre amarela, não se prestariam a representar esse papel de cães de laboratório: a riqueza dá imunidades. Mas havia os homens pobres, os cães humanos, essa escória social, essa multidão que vive do seu trabalho, que veste mal, que come pouco, que sua muito, que é feia, que é reles, que é ignóbil... (B., 7 fev. 1896, p.3)

Como se suspeitava de que o tratamento acabasse por matar alguns dos pacientes, Bilac fez um irônico elogio dos responsáveis:

Sujeitando-os a experiências fatais, [...] os inventores do processo e o Instituto realizam, ao mesmo tempo, dois benefícios: prestam um serviço à Ciência Universal, verificando hipóteses terapêuticas, e um serviço, ainda maior, à Economia Pública, desembaraçando o Hospital de S. Sebastião e o orbe terráqueo de sujeitos que, não servindo para produzir, apenas servem para consumir. (ibidem, p.3)

Em 20 de novembro de 1896, alguns dias após a fundação da Academia Brasileira de Letras, Fantasio afirmou, surpreendentemente, que o grande acontecimento daquela semana tinha sido a concomitante criação da Sociedade Protetora dos Animais, cujo presidente honorário era o próprio prefeito municipal, Furquim Werneck. O cronista manifestou exacerbado otimismo com a nova associação:

A presença do Sr. Prefeito na Presidência Honorária indica que vamos ter o saneamento do solo, e a lavagem dos esgotos, e a limpeza das ruas, para que os burros, os cachorros, e os gatos não mais sucumbam, como até agora, vitimados pela febre amarela, pelo tifo, e por todas essas hediondas pirexias que tão bem se dão na porcaria de Sebastianópolis. (Fantasio, 20 nov. 1896, p.2)

Considere-se a contundência subjacente ao humor superficial. Sabia-se que a febre amarela não atingia animais; esse era um motivo para que, com a gravidade dos surtos dessa doença, um remédio experimental fosse precipitadamente posto à prova em seres humanos. Naquele tempo, quando o mecanismo de transmissão da febre amarela ainda não era plenamente conhecido, acreditava-se que a sujeira e as precárias condições sanitárias da cidade fossem responsáveis pelo surgimento e amplitude das epidemias. Com humor, Fantasio contrastou a suposta sensibilidade do prefeito para com o sofrimento dos animais e sua notória indiferença acerca de velhos problemas que ameaçavam a vida dos cidadãos cariocas.

A adesão de Furquim Werneck à Sociedade Protetora dos Animais deu ainda ocasião para que o cronista aludisse a outra renitente mazela da cidade: o abastecimento de carnes verdes (frescas). Se de início se tomara a adesão do prefeito à causa dos animais como motivo de esperança, no final do texto tal posicionamento já era apontado como nova causa de problemas:

[...] no começo desta crônica, pratiquei uma revoltante injustiça. Disse eu que não sei que cavalo, que boi, que cão tenham já melhorado de sorte com a criação da *Protetora*... Mas quem me diz a mim que a falta de carne de boi no mercado não é já uma intervenção oficial do Sr. Furquim Werneck em favor do pacífico e laborioso animal, que a crueldade humana teima, há tantos séculos, em retalhar em *beefs*? (ibidem, p.2)

Nessa mesma crônica, Fantasio justificava o fato de não lembrar aos políticos e literatos que aderiram à nova Sociedade o sofrimento de homens, mulheres e crianças por ter medo de “quebrar a linha” de sua “folha alegre”, caracterizada pela *ironia*, que segundo ele, “sempre dói tanto a quem a dirige como a quem a recebe” (ibidem, p.2).

Em 26 de fevereiro de 1897, diante das então recentes notícias do bombardeio imposto pela Turquia à cidade de Caneia, então

chamada Cânea, na ilha de Creta, do qual resultou a morte de centenas de cristãos gregos, e diante principalmente da ambiguidade das potências europeias, que se mantinham impassíveis com o massacre, Lúcifer abandonou a ironia do início de seu texto, quando declarara não se ter indignado com a notícia do bombardeio, atribuíra a França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Rússia o cálculo de deixar a Turquia desgastar-se com o conflito com os gregos, matando-os à vontade, para depois invadir e dividir o seu império, e aprovara essa estratégia: “Que importa que, para conseguir esse fim altamente civilizador, morram alguns milhões de Cristãos inocentes?” Mas o caso era tão revoltante que não foi possível para o cronista sustentar até o fim a “linha” da revista:

Ah! não haver palavras, – pobre pena minha, que não podes já conservar esse tom de ironia imbecil! – não haver palavras de fogo que possam gravar na face da Europa o ferrete da ignomínia, indelével e terrível! Nunca a humanidade viu tamanha covardia! Chega-se a ter vergonha de ser homem! E como pude escrever, sem cair fulminado, que não me indignou o bombardeamento de Cânea? Não! Fora a ironia! Fora o sarcasmo! Que cada período ruja, prenhe de ódio e furor, contra a civilização que apoia a Selvageria contra a sua própria mãe! Ainda que a Alemanha e a Inglaterra ferissem de morte a Grécia, abrindo-lhe a pontapés e a couce de armas o ventre fecundo, – a minh’alma de latino poderia compreendê-lo sem o desculpar. Mas a França! Mas a Itália! Maldição sobre as filhas degeneradas, que, por amor do dinheiro, cospem o insulto e a morte sobre a face de quem lhes deu o ser! (Lúcifer, 26 fev. 1897, p.2)

Programática ou ocasional, imbecil ou não, a ironia percorre toda a seção “Crônica”. Para que fosse de fato uma arma de combate eficaz, era necessário que o leitor da época não ignorasse as abundantes pistas de que os textos eram irônicos como, por exemplo, a inusitada aproximação entre cães sem dono e homens pobres. Com efeito, o público deveria: a) concluir que o autor “seria estúpido (ou desumano) se não fosse irônico” (Booth, 1974, p.52-3);

b) conceber o cronista como alguém que seguisse determinadas normas consensuais, geralmente não verbalizadas; c) considerar o poeta parnasiano como alguém sensível à sorte dos desvalidos e adversário do preconceito social e d) atribuir-lhe profundas convicções a respeito dos principais problemas da cidade e intolerância com medidas populistas.

Graças ao combate do modernismo triunfante a partir de 1922 contra os “mestres do passado”, tornou-se relativamente difícil ao leitor atual reconhecer a ironia das crônicas bilaquianas. Para o modernista Sérgio Milliet (1981, v.2, p.140), Bilac e seus contemporâneos eram indiferentes aos problemas do país:

[...] o que caracteriza esses literatos boêmios do início da República é o seu total isolamento da vida da nação, o seu exaltado bovarismo. Vivem no mundo da lua, mais em Paris que no Brasil, e alheios aos fatos nacionais.

A campanha do poeta das *Panópias* pelo alistamento militar obrigatório (1915-1918) e as posteriores homenagens do Exército à sua memória suscitaram sua associação ao conservadorismo político, o que se acentuou ainda mais após o golpe militar de 1964. Em 1965, por exemplo, Otto Maria Carpeaux ficou alarmado com as opiniões favoráveis a Bilac colhidas por reportagem-inquérito promovida por Walmir Ayala. Colocando em segundo plano o fato de que então se comemorava o centenário de nascimento do poeta, o crítico austríaco tomava os elogios a ele como sintoma da decadência do país:

A aceitação é tranquila, sem restrições e sem reticências, parece tudo esquecido; como se já não vivêssemos no país de Bandeira e Drummond. Mas será que ainda vivemos no país de Bandeira e Drummond?

Não. O recuo é geral. O mau gosto está triunfando. Como não? A poesia e o gosto poético, mesmo quando aparentemente afastados das “realidades”, são os sinais mais seguros da situação da realidade. Voltamos, em muitos casos, à República Velha. Também

voltamos ao “*poet laureate*” da República Velha. A volta de Bilac é um sinal – entre outros sinais – do retrocesso. (Carpeaux, 1965, p.11)

Para que se reconheçam os sinais de ironia nas crônicas de Olavo Bilac é preciso lembrar que, no final do século XIX, foi propagandista da República, combateu o regime ditatorial de Floriano Peixoto, sendo por ele perseguido e encarcerado, e liderou uma campanha sem trêguas pelo saneamento da cidade do Rio de Janeiro, além de criticar a carestia, a corrupção, as eleições fraudulentas e a ineficiência policial (v. Simões Jr., 2007).

## Conclusão

Como cronista da revista ilustrada *A Bruxa*, Bilac desobrigou-se de tratar dos principais assuntos de cada semana. Com grande margem de liberdade, orientando-se por suas idiossincrasias ou obsessões particulares, escolheu sempre um único assunto para em torno dele tecer comentários de caráter pessoal. Às vezes, desprezou completamente o noticiário para discorrer sobre experiências pessoais ou fatos da vida literária, que eram de seu especial interesse. Tratou, assim, de direitos autorais, da conflituosa relação entre escritores e editoras ou empresas jornalísticas, de abusos cometidos pela imprensa e de ameaças contra o exercício da profissão de jornalista. Acentuando o caráter literário de sua seção, vestiu fantasias de demônios ou fingiu ser o tresloucado Fantasio. Incapaz de calar-se diante dos problemas de seu tempo, adotou a ironia como arma privilegiada de combate, mas preservando, justamente graças a ela, o humor e a leveza que acabaram por ser características essenciais da crônica brasileira, assim como o lirismo, que faz da crônica no Brasil expressão privilegiada de uma individualidade e “conversa aparentemente fiada”. No universo factual e pretensamente objetivo e impessoal do jornalismo informativo, a crônica procura diferenciar-se “como se fosse uma visitante ilustre num país bruto, inculto e insensível” (Roncari, 1985, p.9-16).

## 7

# CLEÓPATRA PROSTITUÍDA OU A EVOCAÇÃO HISTÓRICA A SERVIÇO DA SÁTIRA<sup>1</sup>

Um dos aspectos mais notáveis da poesia de Olavo Bilac é a evocação de personagens e episódios históricos ou míticos da Antiguidade. Em *Panóplias* e *Sarças de fogo*, de 1888, acolhem-se Nero, Marco Antônio, Páris, Helena, Messalina, Cipião Emiliano e Asdrúbal; em *As viagens*, de 1902, há sonetos dedicados a Alexandre e César; o livro póstumo *Tarde* (1919) abriga uma verdadeira galeria de personagens antigas: Prometeu, Hércules, Édipo, Aspásia de Mileto, Orfeu etc. O poeta brasileiro seguia os passos do mestre do parnasianismo francês, Leconte de Lisle, que exaltava as formas do pensamento e da beleza da Grécia Antiga e manifestava grande insatisfação com a sociedade moderna em geral e particularmente com a religião cristã.

A recordação dos heróis antigos talvez contribuisse para a popularidade de Bilac, que celebrava em sonetos as histórias venerandas que os leitores brasileiros aprendiam a admirar na escola.

De acordo com a visão modernista, a obsessão pela Antiguidade comprometia o vigor, a atualidade e a autenticidade da poesia parnasiana. Para Afonso Arinos de Melo Franco (1939, p.9),

---

1 Encontra-se versão anterior deste ensaio publicada na *Revista de Letras*, v.27 (2005), vinculada à Universidade Federal do Ceará.

por exemplo, os “episódios de uma História gongórica e heroica” seriam um dos motivos mortos da voluntariamente impassível poesia parnasiana, que “mumificou cadáveres, vestiu e perfumou defuntos, colocando-os assim, hirtos e gélidos, nos sarcófagos de cristal dos alexandrinos”.<sup>2</sup>

Segundo Virgínius da Gama e Melo, defensor da estética parnasiana, a fuga para o passado explicaria um aspecto da poesia de Olavo Bilac deplorado pelo modernista Sérgio Milliet (1981, v.2, p.140): seu suposto desinteresse pelos “fatos nacionais”. Por não viver *no tempo*, o poeta também não viveria o *em torno* (Gama e Melo, 1965, p.58).

Como o próprio Gama e Melo ressaltou, sua explicação seria apropriada apenas para a poesia parnasiana. Com efeito, a crônica e a sátira bilaquianas voltaram-se para os problemas de seu tempo e de sua cidade. Em sua obra, Bilac demarcou fronteiras entre dois estilos perfeitamente distintos: de um lado, o estilo sério dos poemas parnasianos, das conferências e de certas crônicas, dedicados ao belo e ao sublime, e, de outro, o estilo leve das sátiras e das crônicas descontraídas ou irreverentes, que tratavam das mazelas contemporâneas. Seguidor de uma estética neoclássica, Bilac de certa maneira restabeleceu a regra clássica da separação de estilos, segundo a qual

[...] a realidade quotidiana e prática só poderia ter seu lugar na literatura no campo de uma espécie estilística baixa ou média, isto é, só de forma grotescamente cômica ou como entretenimento agradável, leve, colorido e elegante. (Auerbach, 1998, p.500)

Em “Cleópatra”, poema satírico publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1896, Bilac, sob a pele de Fantasio, estendeu ao estilo leve a evocação histórica, que via de regra ficava restrita ao estilo sério da poesia parnasiana.

---

2 V. também Bueno (1996, p.17).

*Cleópatra*  
(Ode moderna)

I

Aquela egípcia encantadora e bela,  
 Flor do Nilo Sagrado,  
 Que foi o encanto de uma Idade, – aquela  
 Que, aos seus pés prosternado,  
 Viu o amoroso Antônio,  
 E do César cruel dormiu nos braços,  
 – Veio um dia, por artes do Demônio,  
 Morar na rua do Senhor dos Passos...

II

Já não era a Cleópatra orgulhosa,  
 Que, no sorrir jocundo  
 Dos lábios cor de rosa,  
 Tinha a sorte do mundo.  
 Já não vivia agora, como de antes,  
 Entre escravas solícitas, deitada,  
 Refrescando com leques de diamantes  
 A carne perfumada...  
 Já sobre um toro de ébano luzente,  
 Ao brando murmúrio  
 Dos abanos, – olhando a água corrente  
 Do misterioso rio, –  
 Toda abrasada da amorosa chama  
 Que abate as forças e a paixão aviva,  
 – Não tinha à beira da cheirosa cama  
 A Charmion cativa...  
 Já nem mesmo bebia  
 Pérolas dissolvidas em vinagre...

## III

Vestia chitas ralas, e comia  
 Carne seca e toucinho, arroz e bagre,  
     A mísera rainha,  
 De cuja fama antiga me recordo.  
 Já nem ao menos tinha  
 O aspecto das madamas de alto bordo.  
     Já não ia ao teatro,  
 Não ria, não ceava:  
 Por três mil réis ou quatro,  
 Pecava... e repecava.

## IV

Ai! Cleópatra linda,  
 À sombra das pirâmides nascida!  
 Não tinhas – pobre! – suportado ainda  
 Todas as amarguras desta vida,  
     Quando, longe dos braços  
     Do teu formoso Antônio,  
 À nossa rua do Senhor dos Passos  
 Vieste parar, por artes do demônio!

## V

Bartolomeu feroz, saneando a rua,  
     Já sem teto te deixa,  
 – Soltando, sem resposta, à luz da lua,  
     A merencória queixa.  
 Esta é a causa da tua desventura:  
     Bartolomeu, furioso,  
 Te quer na rua clássica e segura  
     Da polícia... e do gozo...  
 – Contenta o delegado!

## VI

Rua do Lavradio! – abre os teus braços,  
 Abre o teu casto seio sossegado  
 À foragida do Senhor dos Passos!

Fantasio

A sátira atacava o delegado da quarta circunscrição do Rio de Janeiro, que iniciara uma campanha de repressão ao baixo mere-trício da praça Tiradentes e das ruas do Senhor dos Passos e Sete de Setembro. Durante as diligências policiais, as messalinas cariocas eram expulsas à viva força de suas casas, cujas portas eram tranca-das e lacradas. Sem alternativa, muitas mudaram-se para o bairro de Estácio de Sá e para os subúrbios.

O assomo moralizador de Luís Bartolomeu era uma resposta às críticas do jornal *O País*, que diariamente clamava contra a pros-tituição com a indefectível epígrafe “A podridão do vício”. Já a *Gazeta de Notícias*, na qual Bilac publicava suas sátiras e crôni-cas, empenhava-se na defesa de um projeto de lei do deputado Érico Coelho, que pretendia instituir o divórcio no Brasil. A “ode moderna” poderia, portanto, ser uma provocação bem-humorada da folha liberal de Ferreira de Araújo às posições conservadoras do concorrente. Ambas as folhas, no entanto, utilizavam suas cam-panhas para sustentar o interesse do público leitor e consequente-mente incrementar as vendas de exemplares avulsos e assinaturas.

A campanha policial pretendia “higienizar” as ruas do Cen-tro, ou seja, livrá-las de uma abstrata sujeira moral. Na sociedade carioca da virada do século, invocava-se a Higiene para perseguir e reprimir tudo e todos que não correspondessem à imagem que a elite fazia de si mesma. Decretaram-se, por exemplo, inúmeras medidas administrativas, policiais e sanitárias para expulsar das áreas centrais da cidade o feio, o sujo, o malvestido, o malandro, o pobre, o negro ou mestiço etc. As reformas urbanísticas promovi-das no início do século XX pelo prefeito Pereira Passos pretendiam reservar o Centro para usufruto quase exclusivo da elite carioca.

O poeta, que colocou a célebre rainha egípcia entre as mais baixas *janeleiras* cariocas, empregava o nome próprio Cleópatra como sinônimo de prostituta. Em crônica para *A Bruxa*, revista ilustrada que dirigia com o desenhista Julião Machado, como mencionado, Bilac chamou o delegado Bartolomeu de “propinador de *virgulina* moral às avariadas Cleópatras de sexta classe” (Astaroth, 8 maio 1896, p.7). A propósito, deve-se assinalar que *Virgulina* era um medicamento muito acreditado no combate às “doenças profissionais” das prostitutas. O poeta empregava o epíteto talvez porque considerasse que, de certa maneira, Cleópatra se prostituía ao utilizar a sua beleza física para, primeiramente, conquistar o apoio de Júlio César contra o seu irmão, Ptolomeu Aulete, com quem disputava o trono egípcio, e, posteriormente, para obter o perdão e a aliança de um dos triúmviros que digladiavam pelo direito de suceder César. Com Marco Antônio, a egípcia dominou a porção oriental do império romano. Assim como Bilac, que no quarto verso da terceira estrofe dizia recordar-se da “fama antiga” da rainha, o leitor da *Gazeta* provavelmente conhecia desde a infância os célebres ardis empregados por Cleópatra para conquistar o coração dos imperadores romanos.

O poeta adotou a forma da ode para exaltar ironicamente a rainha prostituída. Os 56 versos da sátira foram irregularmente divididos por seis estrofes pindáricas. São 21 decassílabos heroicos, 25 heroicos quebrados e dez decassílabos sáficos. O predomínio do acento na sexta sílaba poética deu ao texto uma acentuada regularidade rítmica, o que era condizente com o gosto parnasiano.

A personagem celebrada, Cleópatra ressurgida como prostituta reles, não estava à altura da celebração poética. Por isso, Bilac classificou o seu texto como “ode moderna” – como era *moderna* uma variante do jogo do bicho, como eram *modernas* certas práticas sexuais, como *moderno* era tudo que pudesse ser associado à suposta decadência daquele fim de século. Vejam-se, a propósito, as múltiplas acepções em que é empregado o adjetivo “moderno” no *Dicionário moderno*, de Bock (apêndice de Preti, 1983).

O poeta contrastou comicadamente a grandiosidade e o esplendor antigos, dignos de serem representados de acordo com o estilo sério,

com a vulgaridade e a indigência contemporâneas. Assim, opôs os leques de diamantes e as pérolas dissolvidas em vinagre da rainha antiga (segunda estrofe) às chitas ralas e à carne seca da loureira carioca (terceira estrofe). Para a neoclássica estética parnasiana, não era possível utilizar a forma nobre e o estilo elevado para tratar da sujeira realista, que deveria ficar confinada ao estilo baixo da sátira. Obedecendo à separação de estilos, o poeta exaltara a sedutora beleza da rainha do Egito no poema “O sonho de Marco Antônio”, publicado nas *Panóplias (Poesias, 1888)*. Anos depois, um soneto do livro póstumo *Tarde* (1919) também seria dedicado à vaidosa amante de Júlio César.

O ápice da decadência da reencarnada rainha ocorreu quando o delegado higienista a expulsou de casa (quinta estrofe). O poeta atribuiu ao “Bartolomeu feroz” uma maliciosa intenção implícita. Se a Rua do Lavradio, onde ficava a sede da polícia, continuava impune-mente a ser o endereço de muitas profissionais do sexo, tornava-se possível a uma prostituta abrigar-se na vizinhança de seu perseguidor. Como Cleópatra no passado já saíra de situações embaraçosas graças ao seu poder de sedução, não lhe seria difícil conquistar a simpatia do complacente delegado... Convém lembrar, a esse respeito, que o Bilac satírico foi um crítico impiedoso das *debilidades morais* da polícia carioca, cuja cúpula era nomeada de acordo com conveniências políticas e cuja base era formada por elementos das então chamadas “classes perigosas”, que na época apropriada transformavam-se em valentes e valiosos cabos eleitorais.

A equiparação da rainha antiga às mais desgraçadas meretrizes cariocas era propositadamente despropositada e visava provocar o riso no leitor. Havia no texto uma boa dose de escárnio dirigida contra as vítimas da repressão policial. No entanto, o grande alvo da sátira era o delegado e sua extemporânea ação “higienizadora” contra o que então se considerava “sujeira moral”. A polícia, que recebia propina de certas messalinas cariocas, perseguia as miseráveis da Rua Senhor dos Passos, mas deixava em paz as “madamas de alto bordo” (terceira estrofe) – *cupletistas*, atrizes e *cocottes* – que trabalhavam em hotéis, nos jardins dos teatros e na própria Rua

do Lavradio, e também fazia vista grossa ao jogo do bicho, que se alastrava irresistivelmente pela cidade. O poeta considerava a perseguição injusta por punir mulheres indefesas simplesmente para acalmar os pruridos moralistas de um jornal que, para vender-se, perseguia as que se vendiam por quaisquer 3 mil réis, uma vez que já não estavam ao alcance de sua decadente beleza o teatro e as ceias escandalosas.

Mesmo quando empregada em chave paródica para fins satíricos, a evocação da Antiguidade, lugar-comum do parnasianismo cultivado por franceses e brasileiros, revelava certo inconformismo, certa insatisfação, certo desencanto com a vida moderna. No estilo sério, a exaltação dos heróis antigos expressava uma nostalgia (convencional ou apenas eventualmente sincera) de tempos supostamente mais nobres, mais aprazíveis, mais felizes. No estilo leve, a pretensa elevação estética ou ética do mundo antigo acentuava por contraste cômico uma suposta decadência moral e intelectual da sociedade contemporânea.

## 8

### JOGO DOS BICHOS E POESIA NEFELIBATA: EM TORNO DE UMA SÁTIRA DE OLAVO BILAC

O que se pretende modestamente neste capítulo é compartilhar, por meio da leitura de um texto publicado originalmente em jornal, parte do conhecimento adquirido mediante pesquisas em periódicos portugueses e brasileiros a respeito da recepção inicial de obras de poesia decadentista-simbolista no período de 1890 a 1893. De jornais e revistas do Porto, Coimbra e Lisboa, reuniu-se cerca de meio milhar de textos de vária natureza sobre as obras de Eugénio de Castro, António de Oliveira Soares, Alberto de Oliveira, António Nobre e Guerra Junqueiro, entre outros. Da imprensa brasileira, recolheram-se centenas de textos sobre os portugueses citados, certos franceses e também sobre os *novos* escritores brasileiros de então, entre os quais se incluía Cruz e Sousa. A descoberta do texto que aqui se analisa foi o fato desencadeador do empreendimento de pesquisa relativamente insensato.

Na década de 1890, quando o decadentismo-simbolismo surgia com uma proposta de renovação da poesia brasileira, o parnasianismo contava com o apoio da crítica e a aprovação do público leitor. No Brasil, os novos poetas de então não conseguiram impor-se e, dessa forma, o parnasianismo e o decadentismo-simbolismo conviveram durante muito tempo sem que a nova tendência suplantasse completamente a antiga. Verificou-se inclusive

um curioso sincretismo entre as duas. A sociologia da literatura ajuda a compreender esse fenômeno. Enquanto os simbolistas mantinham-se fiéis ao ideal da arte pela arte, formando pequenos grupos de escritores que se dirigiam a um restrito público de iniciados, os parnasianos participavam ativamente da vida política e social do país e colaboravam intensamente na imprensa, constituindo vínculos estreitos com um público leitor mais amplo e diversificado. Nessa posição privilegiada, os parnasianos acompanharam o nascimento do decadentismo-simbolismo. Pode-se supor que não acolheram com entusiasmo a novidade e que envia-ram esforços para desprestigiá-la com os textos que escreviam para os grandes jornais da época. Não obstante, as pesquisas em andamento revelam que não apenas brasileiros como Coelho Neto, Artur Azevedo e Carlos Magalhães de Azeredo contribuíram para desacreditar o decadentismo-simbolismo, mas também portugueses como Pinheiro Chagas e Maria Amália Vaz de Carvalho, que colaboravam regularmente na imprensa carioca como correspondentes estrangeiros.

Segundo Antonio Candido (1983, p.IX), Nestor Vitor, favorável à nova estética, acreditava piamente haver “uma conspiração conscientemente montada pelos parnasianos, articulados com as potências do mundo, para abafar a glória dos simbolistas”. Considerando-se o que efetivamente se encontra nos jornais cariocas, não se pode atribuir essa ideia apenas a um surto paranoico do crítico, editor e grande amigo de Cruz e Sousa.

Um dos documentos mais interessantes e significativos da recepção do decadentismo-simbolismo no Brasil é uma crônica que Olavo Bilac publicou no matutino carioca *Gazeta de Notícias* em 5 de abril de 1895 sob o título de “Um poema”. Com o pseudônimo Fantasio, o cronista mencionava logo de início uma prática costumeira dos jovens poetas de então, que enviavam seus textos aos jornais com a expectativa de vê-los publicados ou comentados por escritores conhecidos. Decidira abrir uma exceção à sua costumeira prática de fazer ouvidos de mercador e de não divulgar esses versos em favor de Jaime de Ataíde, que havia publicado na própria *Gazeta*

o romance-folhetim *Sanatorium* de 11 de novembro a 12 de dezembro de 1894.

O poeta que era alvo de tanta consideração não existia, pois Jaime de Ataíde era um pseudônimo naquela ocasião adotado em parceria por Carlos Magalhães de Azeredo e pelo próprio Bilac. Antes de transcrever o poema, Fantasio esclareceu que era “vazado nos moldes da escola decadista”, em que então se destacava o português Guerra Junqueiro com *Os simples* (1892).<sup>1</sup> Posta à venda na livraria Garnier, a obra de poesia lírica do conhecido satírico de *A morte de D. João* (1874) e *A velhice do Padre Eterno* (1885) foi anunciada nos principais jornais cariocas, que a ela dedicaram notícias e resenhas. Coincidência ou não, *Os simples* passaram a ser considerados no Brasil a principal obra decadentista-simbolista, em detrimento do pioneirismo de *Oaristos* (1890) e *Horas* (1891), de Eugênio de Castro, e da superior qualidade estética do *Só* (1892), de Antônio Nobre, publicado dois meses antes do livro de Junqueiro. Não era, portanto, casual que Bilac tomasse os versos alegóricos do famoso satírico português como paradigma da nova estética decadentista-simbolista. Baseava-se o parnasiano brasileiro principalmente no “Prelúdio”, parte inicial do livro, em que figuravam personagens alegóricas como “O Lavrador”, “Uma Velhinha” e “O Peregrino”, por exemplo, que dialogavam entre si.

Reproduzindo a costumeira crítica contra a obscuridade ou mesmo falta de sentido dos versos decadentistas-simbolistas, que se colocariam propositalmente fora do alcance do entendimento do leitor comum, o cronista manifestou certa apreensão quanto à capacidade de seus leitores para apreciar a nova poesia; caso não entendessem, não haveria surpresa porque os depreciativamente chamados *nefelibatas*, que viviam nas nuvens, escreviam para “um grupo limitadíssimo de iniciados”. Cabe lembrar que a designação “nefelibata” fora empregada por Eugênio de Castro (1891, p.VI)

---

1 Segundo Andrade Muricy (1987, v.1, p.22), “a primaridade cultural do meio [brasileiro] permitiu que críticos e publicistas em geral escrevessem ‘decadismo’ por Decadentismo – expressão lançada contra a nova arte, em França, e que [Jean] Moréas teve a altivez de aceitar, como um desafio”.

no preâmbulo de *Horas*, no qual atribuiu a si próprio um “altivo desdém de nefelibata”, que o protegia dos “inscientes apupos” dos “bárbaros”. De imediato, boa parte da imprensa portuguesa – os “bárbaros” em questão – adotou sarcasticamente o termo para referir-se à jovem geração de poetas.

A crônica era uma sátira a João Batista Viana Drummond, o barão de Drummond, que criou o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, onde em 1892 instituiu o “sorteio dos bichos” a fim de custear o empreendimento. Todas as manhãs, o barão colocava um quadro com o desenho e o nome de um bicho em uma caixa que suspendia ao alto de um poste, onde ficava o dia inteiro à vista de todos até que, às cinco horas da tarde, ele próprio apanhasse a caixa e exibisse aos presentes o quadro que identificava o bicho escolhido. A jogatina desenfreada em que se transformara o sorteio causava pruridos moralistas na imprensa, que cobrava providências do poder público.

Em 18 de março de 1895, a polícia invadiu uma casa na Rua da Gratidão, na Tijuca, pois descobriu que nela agia uma quadrilha especializada em “aprofundar o mistério da caixinha do Sr. Drummond”, adivinhando o bicho a ser premiado. A lista dos objetos apreendidos é das mais curiosas:

[...] 2 grandes rosários denominados “lágrimas de N. Senhora”, 1 feixe de ervas secas desconhecidas, imagem de Santo Onofre em gesso, [...] 1 tigela com duas moedas [...] com sangue de galinha, 1 tigela com azeite de dendê, [...] 1 pequeno copo com um líquido branco, tendo dentro 25 papéis dobrados com os nomes dos 25 bichos do jardim, [...] 1 colar com muitas medalhas de metal com um patuá de pano preto cozido, 1 folheto de oração do Anjo da Guarda, uma reza “A Magnífica”, [...] alguns guizos de metal amarelado [...]. (Jardim Zoológico, 21 mar. 1895, p.1)

Essa reportagem, publicada no *Diário de Notícias*, reunia dois alvos diletos da imprensa: o jogo e a “feitiçaria”, termo preconceituoso com que se referiam os jornalistas a certas crenças populares. O caso revelava também que desde os primeiros jogadores,

acreditava-se que o “palpite” vitorioso poderia advir do acaso, dos sonhos e até mesmo do Além, por sugestão dos mortos. O barão abria as portas do misticismo logo de saída, quando identificou arbitrariamente 25 bichos a 25 números. Cada um desses números, por sua vez, “clientelizava” outros quatro, constituindo-se, assim, toda uma centena de algarismos. Dado o simbolismo associado aos bichos em várias culturas, foi praticamente imediata a transformação de todo o universo visível e invisível em fonte de palpites para o jogo dos bichos. Como declarou magistralmente um apostador inveterado cem anos depois, “tudo tem a ver com tudo” (cf. Damatta; Soárez, 1999, p.190) – palavras que traduzem em registro prosaico toda uma teoria das correspondências.

Ao denunciar a acelerada difusão do jogo, a imprensa clamava por providências repressivas das autoridades. Sob o pseudônimo de Fantasio, Bilac colocou mais lenha na fogueira ao narrar na *Gazeta de Notícias* uma visita que fizera ao Jardim Zoológico, em cuja portaria se acotovelava, para fazer suas apostas, uma verdadeira multidão, envolta em uma “nuvem de poeira que cheirava mal”. Aos bichos expostos nas jaulas, ninguém incomodava. A crônica, publicada em 30 de março de 1895 com o título de “Drummondologia”, apresentava o perfil dos apostadores, que ficavam pelo Jardim à espera do sorteio:

Sobre a relva, mulheres pretas e pardas, de chinelinho de couro vermelho e xales mirabolantes, – a fina flor da bilontragem dos arrabaldes, – comiam empadas, como num convescote pacífico, namorando *cabras* janotas, de chapéu de palha atirada para a nuca e ponta de cigarro atrás da orelha. (Fantasio, 30 mar. 1895, p.14)

Com suas observações pretensamente humorísticas, o cronista associava o jogo dos bichos às então chamadas “classes perigosas”, constituídas de negros e mestiços, e assim ataçava contra a nova diversão popular o preconceito social e racial da elite carioca.

No dia 2 de abril de 1895, *O País* declarava enfaticamente: “A lepra do jogo dos bichos contagia toda a cidade”. Na *Gazeta de*

*Notícias*, em 4 de abril de 1895, Lulu Sênior, pseudônimo do diretor Ferreira de Araújo, um dos mais influentes jornalistas daquele período, responsabilizava o jogo dos bichos pela “fome” e as “misérrimas” dos jogadores, que cometeriam “infâmias” para conseguir o dinheiro necessário às apostas.<sup>2</sup>

A despeito da indignação geral, um jornal como o *Diário de Notícias*, useiro e vezeiro em protestar contra a jogatina, divulgava placidamente, todos os dias, o resultado do sorteio sob a rubrica “Jardim Zoológico”.

Em 29 de março de 1895, entraria em discussão no Conselho Municipal projeto do intendente Milcíades Mário de Sá Freire autorizando o prefeito Furquim Werneck a rescindir o contrato da prefeitura com o Jardim Zoológico sob a alegação, entre outras, de que o concessionário desvirtuara uma autorização do contrato com a Prefeitura para promover “jogos públicos”. Com rapidez impressionante, o projeto foi aprovado por unanimidade. No dia seguinte à aprovação, a *Gazeta de Notícias* publicou o texto que continha os versos atribuídos a Jaime de Ataíde. A despeito do evidente propósito satírico, o início da crônica ficcionalizava *uma circunstância da vida literária* quando fazia de Jaime de Ataíde um poeta desconhecido que, ávido por publicidade, procurava obter a proteção de um cronista famoso. Sendo *novo*, era tacitamente seguidor de Mallarmé ou Verlaine. Os versos transcritos sugeriam que tão importante quanto a crítica ao barão, que explorava a boa-fé dos cariocas, era a paródia à poesia simbolista, admirada e praticada por vários *novos*.

---

2 Zut na *Revista Ilustrada* noticiou em versos a entrada de Ferreira de Araújo na polêmica em torno do jogo dos bichos: “Andam hoje a ferro e fogo / Lulu Sênior e o Barão. / Fez-se azeda a discussão, / Andam hoje a ferro e fogo. / O Barão defende o jogo / Com quatro pedras na mão”. Com bom humor, o poeta satírico tomou a ocasião como mais uma oportunidade para alimentar o vício: “Hoje apostar é da moda / E eu aposto no Lulu” (Zut, abr, 1895, p.6). Sua *aposta* revelava também a convicção de que as causas apoiadas por Ferreira de Araújo tendiam a ser vitoriosas.

*Um poema*

Não tenho querido até hoje abrir esta coluna às produções dos jovens poetas que me têm enviado as suas rimas. Faço hoje uma exceção em favor do Sr. Jaime de Ataíde, moço escritor que os leitores da *Gazeta* já conhecem pelo seu romance *Sanatorium*, aqui publicado há três meses. O Sr. Jaime de Ataíde envia-me um pequeno e belo poema, vazado nos moldes da escola decadista. São versos sugestivos, que lembram a nova *maneira* de Guerra Junqueiro no volume dos *Simples*.

Em carta particular, reservadíssima, diz-me o poeta que esses versos “são a antevisão daquilo que, dentro em poucos dias, se vai passar nas alamedas do Jardim Zoológico”. Não sei se os leitores apreciarão devidamente o perfume de originalidade e de graça dessas estrofes. Se as não compreenderem, paciência! Lembrem-se de que os nefelibatas escrevem para um grupo limitadíssimo de iniciados.

Aqui vai a preciosa produção:

(Um jardim mystico.<sup>3</sup> Na lívida noite idealizadora, um barão pálido sobraça a caixa dos vinte e cinco desejos. Esbatem-se no céu merencório rosários de Meias-Tintas e de Sub-Sugestões. Luas de gelo escorrem por franças lúridas de casuarinas trágicas. Em jaulas trevosas, em que mora o Espanto, bichos truculentos uivam. A Terra-Mãe floresce em açucenas e gangrenas, em lyrios e martyrios. E o barão pálido, pálido como os Bradamantes dos vitrais góticos, cisma, na lívida noite espiritualizada, entre os soluços brancos do luar:)

Ao luzir de Alva, venho ao jardim...  
Encho de bichos estes cortiços...  
Ó que feitiços de compromissos!

---

3 Mantiveram-se os yy nesse poema porque provavelmente ironizavam o apego dos simbolistas por essa letra (v. Luso, 1983, p.286-8).

Ai! que rico jardim! ai! que rico jardim!

Ao lusco-fusco, venho ao pomar...

Encho de contos as algibeiras...

Ó cordilheiras de pechincheiras!

Ai! que rico pomar! ai! que rico pomar!

Nossa Senhora da Aparecida,

Com anjos alvos presos ao manto,

Viu as tristezas da minha vida,

Viu os meus olhos cheios de pranto...

Ai! que rica Senhora! ai! que rica Senhora!

Vendo-me em prantos, ao vir a aurora,

Em voz me disse

Trêmula e baixa:

– Toma estas *poules*! toma esta caixa,

Semeador!

Há pelo mundo tanta tolice,

Semeador!

Toma esta caixa, vai semeando

Bichos e *poules*, *poules* e bichos,

Semeador!

Fui semeando... fui engordando...

Vi satisfeitos os meus caprichos...

Ai! que rica Senhora! ai! que rica Senhora!

Mas um prefeito, mais-que-prefeito,

Matou as flores do meu jardim

E sete espadas cravou-me ao peito...

Ai! meu pobre jardim! ai! meu pobre jardim!

E os conselheiros do município

Cortam-me as rendas inda em princípio,

Matando as *poules* do meu pomar...

Nossa Senhora da Aparecida!

Choro e soluço como o luar...

Que vai ser feito da minha vida?

Ai! meu pobre pomar! ai! meu pobre pomar!

Nas algibeiras, que desconsolos!

Pelos canteiros, que carrapichos!  
 Se ainda há bichos, não há mais tolos...  
 Não há mais tolos e ainda há bichos!  
 Ao luzir de alva, vindo ao jardim,  
 Só vejo bichos nestes cortiços...  
 Ó meus feitiços! ó compromissos!  
 Ao lusco-fusco, vindo ao pomar,  
 Ó desventuras! ó quebradeiras!  
 Não acho contos nas algibeiras...  
     Pobre jardim!  
     Seco pomar...

(E o barão, pálido, pálido como os soluços do luar, abre desoladamente os braços na mudez da lívida e trágica noite. Dentro da caixa dos vinte e cinco desejos, vinte e cinco bichos uivam truculentamente. E no céu merencório, sobre o lençol claro da Via Láctea, as onze mil virgens têm suspiros hystéricos...)

Agora, mais duas linhas de prosa pífia para que o meu nome não fique assinando esta obra-prima.

Fantasio  
 (idem, 5 abr. 1895, p.1)

Segundo Linda Hutcheon (1985, p.83-4), sátira e paródia são gêneros distintos que podem associar-se como ocorre em *A Modest Proposal*, de Jonathan Swift, texto que é, ao mesmo tempo, denúncia da miséria em que viviam os irlandeses sob o jugo inglês e paródia dos discursos aparentemente racionais de economistas ou parlamentares. O que facilita a simbiose entre esses gêneros é a utilização comum da ironia contra pessoas, instituições ou comportamentos, no caso da sátira, e contra determinados textos, no caso da paródia.

Muitas vezes a paródia é mero veículo da sátira, pois não se ridiculariza o texto parodiado, uma vez que o objetivo maior é corrigir o homem ou a sociedade. O próprio Bilac criou paródias de episódios

de *Os lusíadas* que não pretendiam diminuir a veneração geral pela obra de Camões; destinavam-se, acima de tudo, a ridicularizar determinados habitantes do Rio de Janeiro, a saber, o célebre estelionatoário Afonso Coelho (Flamínio, 1898, p.2)<sup>4</sup> e uma quitandeira chamada Inês de Castro, que também era viciada na *drummondologia* (B., 1898, p.2). Nesses casos, os textos são *sátiras paródicas*.

Na crônica “Um poema”, o *propósito satírico* de criticar o comportamento do barão de Drummond não era mais importante do que a *intenção paródica* de ridicularizar certos traços característicos da nova poesia decadentista-simbolista.

O poema atribuído a Jaime de Ataíde é, à maneira inaugurada por Guerra Junqueiro em *Os simples*, um monólogo do Barão introduzido e encerrado por rubricas destinadas a definir a *atmosfera* em que se move a personagem. Nessas rubricas, há alusões ao espiritualismo simbolista na qualificação do jardim, que é “místico”,<sup>5</sup> e da noite, que é “idealizadora” e “espiritualizada”, e na menção ao céu e às estrelas da Via Láctea. Nos versos, destaca-se a referência a Nossa Senhora da Aparecida. Como corolário desse espiritualismo de matriz católica, há também “anjos” no manto da santa. Tais elementos, adequados à preocupação dos novos poetas de então “com as realidades suprassensíveis e metafísicas, com a grande poesia cosmológica” (Muricy, 1987, v.1, p.44), eram, no entanto, incompatíveis com o interesse puramente materialista do barão pelos contos de réis que poderia perder.

Na primeira rubrica, os “rosários de Meias-Tintas e de Sub-Sugestões” aludem certamente ao gosto decadentista-simbolista pela liturgia dos ritos católicos, mas também parodiam a prática dos poetas novos de elevar determinados objetos à categoria de símbolos mediante o emprego de iniciais maiúsculas. O procedimento repete-se com “Espanto” e “Terra-Mãe”, que talvez simbolizem, respectivamente, o caráter nefasto do ambiente e a força vital da terra.

4 Em torno da personagem Afonso Coelho, Ely Carneiro de Paiva escreveu o romance histórico *O homem do cavalo branco* (2012).

5 Segundo A. Muricy (1987, v.2, p.1296), estudioso do simbolismo, místico é “talvez o vocábulo mais definidor da tendência espiritualista do movimento”.

A “caixa dos vinte e cinco desejos”, mesmo sem maiúsculas, seria também um símbolo. Mas não faria sentido tentar alcançar uma coerência que não se encontra no texto, haja vista que Bilac procura justamente ridicularizar a suposta falta de sentido dos poemas decadentistas-simbolistas, a respeito da qual a crítica jornalística já construíra um relativo consenso. Da perspectiva parnasiana, usar as palavras com imprecisão ou evocar um objeto para revelar ou sugerir um estado de alma (ibidem, p.38) seria uma prática abusiva dos simbolistas, que empregariam “rosários”, isto é, séries ininterruptas ou sequências intermináveis de “Meias-Tintas e de Sub-Sugestões”. Note-se que estes termos são empregados pejorativamente, o que se nota com o uso irônico da palavra “rosário”, desvinculada do seu contexto piedoso. Ao contrário de Mallarmé, não julgavam os parnasianos preferível *sugerir* um objeto a *nomeá-lo*.<sup>6</sup>

Ainda no que respeita ao liturgicismo dos simbolistas, deve-se observar que as repetições de versos e palavras lembram as litânias da Igreja, mas não almejam perdão pelos pecados. Ao barão interessava continuar pecando e enchendo as algibeiras a despeito dos “lyrios e martyrios” do jardim que, no entanto, deveriam inspirar-lhe arrependimento. O *lírio*, um dos vocábulos mais empregados pelos simbolistas (idem, 1987, v.2, p.1295), é símbolo de pureza, e o martírio, também conhecido por coroa-de-cristo, representa o sacrifício de Jesus pela humanidade corrupta.

Como símbolo de pureza, o lírio dos simbolistas é, por força, branco. Nas rubricas e nos versos há outras palavras que transmitem ideia de brancura, tais como “luares de gelo”, “soluços brancos do luar”, “anjos alvos” (do manto de Nossa Senhora) e “lençol claro da Via Láctea”. O branco era para os simbolistas, segundo Mas-saud Moisés (1967, p.41), uma “verdadeira obsessão” por traduzir o ideal de arte desses poetas: “a vaguidão, o mistério, a languidez, a espiritualidade, a pureza, o etéreo, o oculto etc.”. No sintagma

---

6 Transcreve-se aqui a conhecida declaração de Mallarmé a Jules Huret (1891, p.60): “*Nommer un objet, c’est supprimer les trois quarts de la jouissance du poème qui est faite du bonheur de deviner peu à peu; le suggérer, voilà le rêve*”.

“soluços brancos do luar”, em que se nota a fusão de impressões auditivas e visuais, verifica-se outro traço característico dos simbolistas, que é a sinestesia.

Em “luares de gelo”, “soluços brancos do luar” e “lençol claro da Via Láctea”, assim como em “lívida noite”, a brancura combina-se à luminosidade, que traduz à perfeição o espiritualismo dos simbolistas, sua aspiração à transcendência ou sua ânsia de absoluto. Tais preocupações seriam totalmente estranhas ao barão, preso à terra e atemorizado com as recentes medidas moralizadoras dos vereadores (conselheiros) e do prefeito. No entanto, todo o “misticismo” ostensivo aludia provavelmente às crenças dos apostadores em “palpites” sugeridos por sonhos ou visões.

A iluminação da cena, indicada nas rubricas e nos versos – a penumbra da alva –, corresponde a uma preferência dos simbolistas pelo crepúsculo ou pela aurora, momentos do dia em que a luz vacilante permite distinguir os objetos, mas prejudica a visão das cores e dos contornos, o que satisfaz o gosto dos novos poetas de então pelo vago, impreciso ou indefinível e procura expressar melancolia. De que Bilac ridiculariza tal pretensão não há dúvida, pois também emprega para designar essa iluminação especial o grotesco e antieu-fônico “lusco-fusco”.

Bilac parodia a linguagem decadentista-simbolista ao empregar *yy*, o arcaísmo “franças” e certas palavras no plural para obter certa imprecisão, como se verifica, por exemplo, em “pechincheiras”, “compromissos”, “desventuras” e “quebradeiras”. Destituídas de seus propósitos estéticos originais, tais práticas tornam-se ridículas pelo maneirismo que encerram.

Quanto à metrificação, Jaime de Ataíde combina versos de quatro (sete ocorrências), nove e doze sílabas (seis ocorrências), com predomínio dos de nove. Observe-se que os versos eneassílabos do monólogo são acentuados regularmente na quarta e nona sílabas poéticas. Os decadentistas-simbolistas preferiam variar a posição das tônicas no interior dos versos.

O barão queixa-se do prefeito, que no peito lhe cravara “sete espadas”. Por que sete e não seis ou oito? Trata-se provavelmente

de zombeteira alusão ao esoterismo dos simbolistas por ser o sete número cabalístico, presente nas tradições da Igreja: sete sacramentos, sete pecados capitais etc.

Na última rubrica, emprega-se outro número primo, o onze. A propósito, seria o caso de perguntar que “onze mil virgens” – até então não mencionadas<sup>7</sup> – seriam essas, que “têm suspiros hystéricos”, mas seria ocioso tentar associá-las à lenda de Santa Úrsula, que morreu em cheiro de santidade na companhia de onze mil virgens trucidadas pelos hunos. Com elas, o parnasiano Bilac provavelmente aludia com delicioso sarcasmo ao característico hermetismo simbolista e talvez à sublimação do impulso amoroso que se verificava na obra dos novos poetas de então.

O texto “Um poema” demonstra cabalmente que Bilac possuía em 1895, pouco tempo depois da publicação de *Missal e Broquéis*, de Cruz e Sousa, minucioso conhecimento da estética decadentista-simbolista e atribuía aos seus seguidores determinados vícios que se tornariam evidentes nos epígonos: afetação de atitude espiritual, liturgicismo oco, emprego abusivo de locuções típicas, declamação dramática (não é casual que o barão produza um monólogo), cacoetes estilísticos e hermetismo sem chave de decifração (cf. Muricy, 1987, v.1, p.47). As duas linhas finais, que Fantasio emprega para não assinar a “obra-prima”, são o toque final de ironia de quem não reconhecia valor literário naquelas *novidades* poéticas. O mais grave é que o texto parecia sugerir que a associação da estética simbolista ao barão de Drummond tornou-se viável porque, da perspectiva parnasiana, os nefelibatas estariam, assim como o criador do jogo dos bichos, empenhados na cínica exploração da boa fé do distinto público.

Nesse texto de jornal, o parnasiano Bilac golpeia francamente seus adversários no campo literário. Segundo Nestor Vitor (apud Moisés, 1967, p.62), a regra geral seria, no entanto, a indiferença olímpica:

---

7 Note-se que são “as onze mil virgens”; o artigo definido indica que elas seriam conhecidas.

Foi uma luta surda, mas no íntimo apaixonadíssima, essa dos nossos simbolistas com os naturalistas e parnasianos, mas luta quase sempre de bastidores, pois mal podiam os novos, então, fazer-se ouvir na imprensa, quase toda açambarcada pelos outros. Estes mal deixavam transparecer aqui fora, por tática, a paixão que contra os dissidentes importunos os dominava.

A paixão, entretanto, às vezes transbordava. É nas páginas de antigos periódicos que se encontram os vestígios dessa guerra incruenta. Com sua crônica, Bilac visava claramente a atingir Guerra Junqueiro e provavelmente também a Eugénio de Castro, que em *Oaristos* (1890) dedicara poema à “lilial Virgem Maria”, que em outro poema do mesmo livro enxertara trechos da arquiconhecida oração à Virgem Maria, que nas *Horas* (1891) empregara termos litúrgicos e mimetizara as ladainhas e que nos dois livros citados praticara a heterometria. Porém, seria o caso de perguntar se, com mais sutileza, não dirigia sua zombaria também a Cruz e Sousa, em cujos livros, *Missal* e *Broquéis*, termos como lírio, branco, luar, místico, espiritual, alvo e aurora, com seus cognatos, são bastante contraditórios. Em ambos os livros do poeta brasileiro também se emprega o plural para alcançar a tão almejada *sugestão*.

## 9 A BELLE ÉPOQUE NO "REGISTRO" DE BILAC

### Justiça ainda que tardia

No texto "A vida ao rés-do-chão", que foi originalmente prefácio do quinto volume da série Para Gostar de Ler, Antonio Candido (1992, p.15) afirmou que, no Brasil, a crônica originou-se do rodapé ou folhetim, artigo sobre as questões do dia, que fora gradualmente encolhendo de tamanho e adquirindo certa gratuidade. Essas palavras resumem um processo longo e complexo que, segundo o autor da *Formação da literatura brasileira*, se consolidaria somente na década de 1930 com os cronistas do modernismo (Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade) (ibidem, p.17). A contribuição de Bilac é lembrada no âmbito da linguagem, que o parnasiano haveria livrado da grandiloquência e tornado mais lírica e humorística (ibidem, p.16). Segundo Afrânio Coutinho (1997, p.127), entretanto, "a novidade que Bilac introduziu foi concentrar os seus comentários em determinado fato, acontecimento ou ideia, o que concorreu para dar a algumas de suas crônicas a feição de ensaios". Dado o caráter sumário dessas considerações, pretende-se aqui delimitar de forma mais detalhada a real contribuição do autor da *Via Láctea* para a crônica brasileira a fim de que se possa aferir o que representou

a publicação da coluna diária “Registro” no vespertino carioca *A Notícia* de 1900 a 1908.<sup>1</sup>

Um segundo objetivo seria combater a opinião modernista quanto ao absenteísmo de Olavo Bilac. Em 6 de maio de 1944, registrando no seu *Diário crítico* o aparecimento do livro *A vida exuberante de Olavo Bilac*, de Eloy Pontes, o modernista Sérgio Milliet (1981, p.140) foi impiedoso com a geração boêmia de Olavo Bilac e José do Patrocínio:

[...] o que caracteriza esses literatos boêmios do início da República é o seu total isolamento da vida da nação, o seu exaltado bovarismo. Vivem no mundo da lua, mais em Paris que no Brasil, e alheios aos fatos nacionais. Cultivam com carinhos absurdos uma planta de estufa em meio ao carrascal e à miséria do país. Transplantam para o Rio, numa cópia servil, a boemia parisiense, com seu espírito, suas preocupações mundanas, suas lutas literárias.

Uma análise superficial da atividade política e jornalística de Bilac desmentiria completamente essas acusações. Bilac ingressou no jornalismo em 1887, quando se mudou para São Paulo com a finalidade de cursar Direito. Na capital paulista, colaborou no *Diário Mercantil* e dirigiu a *Vida Semanária*, empenhando-se na propaganda abolicionista e republicana. De volta ao Rio de Janeiro em 1888, trabalhou na *Cidade do Rio* e fundou *A Rua* (1889) e *O Combate* (1892), jornais em que, respectivamente, defendeu os ideais republicanos e combateu o governo de Floriano Peixoto, que o encarcerou por mais de três meses. Em 1893, após ser preso pela segunda vez, exilou-se em Ouro Preto, onde colaborou na *Opinião Mineira*. Em 1894, já colaborava no matutino *Gazeta de Notícias* e no vespertino *A Notícia*, nos quais se posicionou a favor de reformas urbanas e sanitárias para o Rio de Janeiro. Considera-se aqui a

---

1 Este texto foi publicado como introdução da obra *Registro*, compilação de parte das crônicas da referida seção (Editora da Unicamp, 2011).

participação do cronista nesse processo para demonstrar seu envolvimento nas questões políticas e sociais do país.

## A crônica semanal da *Gazeta de Notícias*<sup>2</sup>

A *Gazeta de Notícias* era um jornal popular para os padrões do final do século XIX; foi a pioneira da venda avulsa, iniciativa que a colocou ao alcance de todos os bolsos. Sua tiragem de 40 mil exemplares era bastante respeitável. Embora fosse moderada em suas posições, mais de uma vez desafiou os interesses do poder constituído. Nas “Balas de estalo” (primeira série, 1883-1886), por exemplo, coluna de crônicas impregnadas de ironia, o imperador Pedro II tornava-se alvo preferencial de críticas e zombarias. Atribuía-se ao diretor e principal editorialista do jornal, Ferreira de Araújo, o condão de orientar a opinião pública. Colaboraram nesse jornal influente escritores do porte de Machado de Assis, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Aluísio Azevedo, Raul Pompeia, Coelho Neto, Artur Azevedo e José Veríssimo, entre outros. Escrever para a *Gazeta* consagrava um escritor.

Durante muitos anos, a folha de Ferreira de Araújo possuiu apenas quatro páginas, mas cada página trazia oito colunas largas impressas em tipos pequenos. Não havia manchetes ou títulos; muitas vezes, as notícias eram separadas apenas por travessões. Em alguns casos, os textos eram introduzidos por rubricas genéricas como “Suicídio”, “Envenenamento”, “Antônio Conselheiro”, “Obras do porto” etc., as quais se mantinham às vezes por dias a fio, enquanto o assunto estivesse na ordem do dia. As notícias de outras praças, nacionais ou estrangeiras, eram publicadas na seção “Telegramas”. A *Gazeta* divulgava também editais, anúncios classificados e publicidade, notadamente de remédios.

---

2 Sobre essa produção, v. *Bilac, o jornalista*, obra em três volumes organizada por Antonio Dimas (2006).

No final do século XIX, a *Gazeta* destacou-se como o jornal que mais espaço dava à literatura. No seu rodapé abrigavam-se romances-folhetins, crônicas e contos. Nas suas colunas, muitos poemas famosos de nossa literatura foram lidos pela primeira vez pelo grande público. Além disso, muitos autores hoje canônicos publicaram crônicas na folha de Ferreira de Araújo.

No dia 7 de março de 1897, esse editor atribuiu a Olavo Bilac a incumbência altamente honrosa de substituir Machado de Assis – então considerado o maior escritor brasileiro – na crônica semanal, a coluna de maior prestígio do periódico. Bilac, que considerava o cronista da coluna “A Semana” o seu mestre, lamentou, logo em uma de suas primeiras crônicas dominicais, que Machado, por estar adoentado, não pudesse narrar o trágico fracasso da segunda expedição contra Canudos, comandada pelo coronel Moreira César. O poeta das *Panóplias* não se sentia à altura dos acontecimentos: “[...] o mestre descansa, doente. E quem vem substituí-lo sai das baixas e fúteis regiões do Rodapé, em que é permitido ser prolixo e inconsequente, leviano e paradoxal” (Bilac, 14 mar. 1897, p.1).

Herdando o padrão de Machado, a crônica dominical de Olavo Bilac representava o comentário quase obrigatório dos principais fatos ocorridos na semana anterior, escolhidos de acordo com sua relevância ou com a repercussão alcançada. De modo geral, o texto era extenso e colocado na primeira página. O cronista assumia o papel de historiador, que nem sempre se desvencilhava de suas obrigações sem algum sacrifício:

Para fazer uma ideia justa da facilidade com que se esquecem, nas grandes cidades, os mais recentes acontecimentos, – é preciso ter esta obrigação de, ao cabo de todas as semanas, exumar os dias mortos, galvanizá-los, ressuscitá-los, pô-los de pé como Lázarus redivivos, e aprumá-los em revista de mostra, diante do público.

Folheiam-se as coleções dos jornais, pesam-se os fatos, contemplam-se a frio os escândalos, e com a mesma indiferença se examina tudo quanto despertou o riso e tudo quanto despertou a piedade. E que difícil arrancar dessa massa confusa de banalidades

uma página, uma coluna, uma simples nota! O que consola é que, assim como se esquecem as coisas da semana, também se esquecem as crônicas.

O cronista que, ao fim de dez anos de prática do ofício, se dispusesse a reunir e reler toda a sua obra, morreria de tédio e de horror, vendo-se pai de tão feia e desgraçada tribo de sensaborias. Ai! vida errada! e lembrar-se a gente de que toda a existência é isso mesmo, – e de que, na hora da morte, cada homem deve reconhecer que nada ganhou em ter vivido tanto, – como, na hora do exame de consciência, cada cronista reconheceria que nada lucrou com tanto haver escrito! (idem, 4 dez. 1898, p.1)

Como se pode imaginar, o material reunido por esse trabalho de garimpo seria naturalmente heterogêneo. Por isso, a crônica dominical caracterizava-se pelos comentários dos mais diversos fatos, reunidos em um único texto apenas por acontecerem numa mesma semana. Era, de fato, uma manta de retalhos que se cosia aos sábados (idem, 19 jul 1903, p.1). Machado, mestre na arte da transição, saía-se muito bem da dificuldade que Bilac enfrentava toda semana de esvoaçar de assunto a assunto. Note-se como Bilac certa vez registrou a necessidade de realizar uma transição brusca: “Passar da morte para eleições não é fácil. Mas nós, cronistas, já estamos habituados às dificuldades da acrobacia. Não há pescoço de cronista que se torça num desses maravilhosos saltos” (idem, 29 jan. 1899, p.1).

Em outra crônica, Bilac comparou o seu trabalho com o dos caixeiros viajantes, que carregam às costas, dentro dos seus baús, os mais diversos produtos. Na qualidade de “caixa” de assuntos, a crônica misturava “coisas desencontradas e opostas” assim como a vida:

É impossível deixar de misturar, esta resenha da semana, o profano com o sagrado. Os cronistas são como os bufarinheiros, que levam dentro de suas caixas, rosários e alfinetes, fazendas e botões, sabonetes e sapatos, louças e agulhas, imagens de santos e baralhos de cartas, remédios para a alma e remédios para os calos, breves e

pomadas, elixires e dedais. De tudo há de conter um pouco, esta caixa da Crônica: sortimento para gente séria e sortimento para gente fútil, um pouco de política para quem só lê os resumos dos debates do Congresso, e um pouco de carnaval para quem só acha prazer na leitura das seções carnavalescas.

Aqui está a caixa do bufarinheiro, leitor amigo: mete dentro dela a tua mão e serve-te à vontade. Não fui eu quem a encheu de tantas coisas desconstruídas e opostas. Eu sou apenas o retalhista, o varejista dos assuntos. Quem me enche a caixa é a Vida, a fornecedora dos cronistas, – a Vida que nunca foi coerente nem metódica, – a Vida que tem sempre um milhão de contradições em um só minuto do seu curso acidentado e contraditório. (idem, 7 fev. 1904, p.1)

De certa maneira, a crônica dos domingos pertencia mais ao jornal do que ao cronista – daí talvez a percepção deste trabalho como uma obrigação incontornável e tediosa. Fosse Machado ou Bilac, para a *Gazeta de Notícias* o importante era que algum escritor de prestígio enfeixasse num comentário bem escrito e agradável os principais acontecimentos noticiados durante a semana. Se, por um lado, faltava unidade à crônica semanal, ela assegurava, por outro, a unidade do jornal no intervalo de sete dias. Por isso, passaram os cronistas, mas a coluna da crônica dominical permaneceu incólume. Quando Bilac abandonou a função, encarregou-se dela João do Rio, que publicaria a coluna “Cinematógrafo” sob o pseudônimo de Joe.

Na sua coluna dominical, Bilac combateria as péssimas condições higiênicas e sanitárias do Rio de Janeiro e a convivência das autoridades municipais com a imundície. A capital federal sofria por endemias como a febre amarela, a tuberculose, a febre tifoide e o beribéri e por epidemias de cólera e varíola. Na sua cruzada, Bilac contou com aliados que anteriormente haviam conseguido “importantes” vitórias: pôr fim aos chapéus imensos usados pelas senhoras no Lírco e proscrever por algum tempo dos jornais o verbo “suicidar-se”, substituído pelo eufemismo “morrer inesperadamente”. Mas contra a sujeira e a insalubridade da capital federal o poeta reconhecia a impotência do seu exército:

Ai! amigos da imprensa! já todos nós estamos cansados de pedir que se limpe esta cidade da peste, dando-lhe um pouco menos de política e um pouco mais de vassouras, um pouco menos de boatos e um pouco mais de ácido fênico... De dia em dia, mais asquerosa fica a sujeira das ruas; mais relaxados ficam todos os serviços municipais; mais empestados ficam os bairros. Não se desinfectam casas em que morrem cinco e seis doentes de febre amarela; os bueiros dos esgotos fedem como sentinas mal lavadas; os encanamentos de água não têm uma gota; e tudo é uma infecção, uma porcaria, um nojo, um horror! (idem, 3 jul. 1898)

Bilac não admitia que o combate às doenças do Rio de Janeiro fosse dissociado das reformas urbanas. Por isso, quando no final de março de 1903 os jornais noticiaram a iminente ida do recém-nomeado diretor da Saúde Pública, Osvaldo Cruz, a Cuba para estudar o processo empregado pelos norte-americanos para extinguir a febre amarela na ilha, o poeta indignou-se com a inutilidade da viagem e defendeu na sua crônica dominical um verdadeiro programa de saneamento para a cidade:

Para extinguir a febre amarela, e para extinguir com ela a nossa desonra, é preciso não medir sacrifícios, não contar vinténs nem milhões, e sacrificar o bem estar de alguns anos à prosperidade futura; é preciso modificar quanto está feito, arrasar quarteirões inteiros, rasgar avenidas, revolver e purificar o solo, obrigar toda a população à prática do asseio, contrariar mil interesses, transpor mil barreiras, desgostar meio mundo, tapar o ouvido às reclamações do egoísmo prejudicado, castigar os recalcitrantes, e caminhar para a frente sem olhar para trás, sem medo, sem hesitação, sem desfalecimento. (idem, 29 mar. 1903, p.1)

A campanha de Bilac e outros intelectuais contra os buracos, o mato e o lixo das ruas estreitas e tortuosas deve haver contribuído para o apoio da opinião pública à reforma urbanística do Rio de Janeiro, promovida pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Antes

mesmo de chegar às ruas, a Regeneração da cidade era um projeto perfeitamente delineado em alguns jornais, que construíram um “consenso” favorável ao “despotismo sanitário” do diretor-geral da Saúde Pública, o citado Osvaldo Cruz, e à autoritária administração do prefeito “biônico” Pereira Passos, que arrasou quarteirões *literalmente*, derrubando construções antigas e de provável valor histórico e aterrando mangues para corrigir o traçado das ruas, que não passavam, segundo a visão do poeta parnasiano, de “vielhas coloniais, estreitas, tortuosas, escuras, com declives acentuadíssimos” (Sevcenko, 1993, p.40), e abrir largas avenidas como a Central, a Rodrigues Alves e a Beira-Mar. A golpes de picaretas, o Rio, enfim, civilizava-se.

## A crônica diária do vespertino *A Notícia*

*A Notícia* surgiu em 1894 como o primeiro vespertino a publicar matéria totalmente original, saindo da dependência das folhas da manhã. Com suas notícias frescas, procurava atender àqueles leitores exigentes que não suportavam esperar pelo jornal do dia seguinte para ficarem bem informados. A folha da tarde fazia da moderação a sua principal característica, evitando envolver-se em polêmicas. Traduzindo simbolicamente sua linha editorial, *A Notícia* passou, a partir do segundo ano, a ser impressa em fino papel cor-de-rosa. A diagramação do vespertino era peculiar, pois o texto distribuía-se por seis colunas em que se utilizavam tipos maiores do que os empregados pela *Gazeta*.

Bilac manteve uma colaboração regular no período de 1894 a 1898 e sustentou colunas diárias de 1899 a 1908. Para o vespertino, o poeta criou diversas seções de crônicas.

A coluna “Fantasia”, assinada pelas iniciais O. B., foi publicada três vezes por semana, em dias variados, de 7 de agosto de 1895 a 18 de fevereiro de 1897. Nela, o poeta expressava uma visão muito subjetiva da paisagem urbana do Rio de Janeiro.

De 9 de junho de 1897 a 27 de julho de 1898, Bilac enfeixou seus textos, assinados geralmente com o pseudônimo Flaminio

e publicados no rodapé da segunda página, sob a epígrafe “Crônica”. Tratava-se da reunião de notas diversas sobre acontecimentos da semana, mas a seleção dos assuntos era estritamente pessoal, ou seja, o cronista não se sentia obrigado a tratar dos fatos de maior repercussão.

Durante um ano e um dia, de 5 de junho de 1899 a 5 de junho de 1900, o poeta tornou-se um pertinaz consulente de velhos alfarábios (B., 27 jun. 1899, p.2), dos quais retirava matéria-prima para escrever a sua seção diária “A data”, publicada na primeira coluna da segunda página e assinada com a inicial B. A tarefa do cronista era rememorar fatos históricos ocorridos na data de cada edição. Mas muitas vezes essa visita ao passado servia de pretexto para tratar dos problemas do presente. A fórmula agradou ao público leitor (Raras..., 6 jun. 1900).

No dia 6 de agosto de 1900, teve início uma coluna diária, assinada com a inicial B., que seria mantida regularmente na primeira coluna da segunda página até 12 de novembro de 1908. As frequentes viagens do poeta a São Paulo, estâncias hidrominerais de Minas Gerais, Buenos Aires e cidades da Europa não interromperam o cotidiano “Registro”; já a crônica dominical da *Gazeta de Notícias* foi nessas ocasiões assumida por outros autores.

O “Registro” era uma espécie de diário pessoal em que se expressavam emoções vividas, fatos testemunhados, recordações, leituras realizadas etc. Registro, como rezam os dicionários, é um nome transitivo: faz-se o registro de alguma coisa. O título da coluna manifestava, portanto, certa indeterminação temática, que possibilitou ao poeta tratar dos mais variados assuntos e incorporar à sua crônica os mais diversos gêneros: a narrativa, a dissertação, o diálogo dramático etc. No entanto, a coluna de *A Notícia* permitiu a Bilac manter a unidade temática em cada texto, o que só era possível na *Gazeta de Notícias* por meio de algum expediente retórico.

A coluna representava um projeto pessoal, pois fora concebida por Bilac, que a manteve por mais de oito anos, a despeito de viagens e doenças. Na véspera de viajar para a Europa em 1904, o poeta comprometeu-se com seus leitores a enviar de onde estivesse a sua

crônica diária: “Este Registro foi sempre o meu ‘diário’, todos os dias aberto, todos os dias escrito, fixando as impressões dos meus olhos, do meu espírito, da minha inquieta curiosidade. Não haveria motivo para que o ‘diário’ fosse interrompido agora” (B., 9 abr. 1904, p.2).<sup>3</sup>

Com efeito, nota-se na coluna de *A Notícia* um caráter mais subjetivo, impressionista, muitas vezes descontraído – em suma, um lirismo difuso. O cronista expressava seu ponto de vista estritamente pessoal; por isso, às vezes havia nos textos a presença de verbos na primeira pessoa do singular. Ao enviar crônica da capital francesa, por exemplo, Bilac fez questão de tratar de suas experiências e impressões pessoais:

Saí do Hotel de Orsay, atravessei o Sena e o Jardim das Tulherias, fartei os olhos na contemplação encantada da praça da Concorde e dos Campos Elísios, segui até a Madeleine, e entrei nos grandes *boulevards*, – como um glóbulo de sangue perdido na circulação dessa larga artéria de Paris. (idem, 13 jun. 1904, p.2)<sup>4</sup>

Como consequência da informalidade adotada, algumas crônicas incorporam até mesmo o leitor como interlocutor explícito. Leia-se, por exemplo, o penúltimo parágrafo da crônica de despedida já citada anteriormente:

Não nos há de a viagem separar, amigo leitor. Tu irás comigo, como meu confidente e camarada, pelos mares e pelas terras, vendo e ouvindo o que eu vir e ouvir por esse mundo em fora. Farei o possível para te não aborrecer; e, armado de tolerância e pachorra, tu continuarás a ouvir as minhas confidências, concordando ou não comigo, mas sempre reconhecendo (assim o espero) que te falo

---

3 De 6 de maio a 30 de setembro de 1904, o “Registro” recolheria as impressões de viagem de Bilac.

4 V. também o “Registro” de 8 jul., 6 set. e 18 out. 1901, 6 jan. 1902, 8 jan. e 18 maio 1903, 4 fev. 1904 e 28 jan. 1905.

com o coração perto da boca, sem mentira e sem hipocrisia. (idem, 9 abr. 1904, p.2)<sup>5</sup>

Com esse recurso retórico, Bilac fazia que seus textos adquirissem muitas vezes o tom de conversa amena e despreocupada entre antigos camaradas. Um atributo comum contribuía para aproximar intimamente leitor e cronista: a identidade carioca. Ao contrário da *Gazeta*, de cuja tiragem uma parte significativa seguia para os estados, *A Notícia* circulava principalmente na cidade do Rio de Janeiro, o que quase impunha uma preocupação primordial com os problemas locais. Em crônica a respeito do aniversário da cidade, Bilac definiu o “Registro” como “uma casa carioca como poucas, carioca da gema, carioca desde os alicerces até as telhas” (idem, 20 jan. 1905, p.2).

Para assinar o “Registro”, o poeta das *Panóplas* utilizou a inicial B., que se não revelava de imediato o sobrenome do cronista, não equivalia ao costumeiro disfarce da autoria assegurado pelo emprego de um pseudônimo. Talvez houvesse algumas razões para que Bilac assumisse, mesmo que discretamente, a autoria do “Registro”. Nas outras colunas de crônicas que escrevera para a *Cidade do Rio* e mesmo para *A Notícia* e também na que então escrevia, *sob anonimato*, para a *Gazeta de Notícias*, desempenhava uma função determinada pelos jornais que, geralmente aos domingos, publicavam crônicas em que se comentavam os principais acontecimentos da semana decorrida. Por mais criativo que fosse o cronista, era necessário dar conta da empreitada. A prática vinha das origens da crônica brasileira, pois o patriarca José de Alencar já reunia assuntos que se destacaram na semana anterior na seção “Ao correr da pena”, publicada sob a rubrica “Páginas menores” em 1854 e 1855 no *Correio Mercantil*.

O nome da coluna suscita algumas outras considerações. Segundo o *Houaiss*, registrar é, entre outras acepções, “colocar na

---

5 V. também as crônicas de 8 ag. 1900, 27 abr. 1901, 20 mar. 1902, 12 nov. 1903, 24 out. 1904 e 17 set. 1906.

memória, na lembrança” e “pôr (algo) em destaque, marcar, assinalar” (Houaiss; Villar, 2001, p.2416). Assim, pode-se concluir que Bilac concebia sua coluna como uma espécie de diário destinado a preservar do esquecimento fatos importantes. Ora, tal concepção contrapõe-se à fugacidade atribuída pelo poeta ao trabalho jornalístico que, segundo ele, “se desfaz e desaparece mais facilmente do que as pegadas de um caminhante sobre a neve” (Bilac, 2 ago. 1903, p.2).

Entretanto, o esquecimento do texto jornalístico não seria jamais absoluto. Em crônica da *Gazeta* em que comentava uma série de equívocos cometidos pela imprensa, Bilac saudou o então recente emprego da fotografia nos jornais que, segundo sua opinião, anunciava uma verdadeira revolução. Em tom de blague, reconheceu que o futuro jornal-animatógrafo, constituído unicamente por fotografias e outras ilustrações, apresentaria, malgrado pôr em risco o emprego dos que escreviam nos jornais, uma vantagem considerável:

[...] o jornal-animatógrafo terá a utilidade de evitar que as nossas opiniões fiquem, como atualmente ficam, fixadas e conservadas eternamente, para gáudio dos inimigos... Qual de vós, irmãos, não escreve todos os dias quatro ou cinco tolices, que desejaria ver apagadas e extintas? Mas, ai! de nós! não há morte para as nossas tolices! nas bibliotecas e nos escritórios dos jornais, elas ficam – as pérfidas! – catalogadas: e lá vem um dia em que um perverso qualquer, abrindo um daqueles abomináveis cartapácios, exuma as malditas e arroja-as à face apalermada de quem as escreveu... (idem, 13 jan. 1901, p.1)

Não obstante o efeito humorístico visado por essa crônica, nota-se que Bilac reconhecia no texto jornalístico a qualidade de documento histórico, cujo valor poderia ser reconhecido por um pesquisador, ou melhor, um *perverso* qualquer.

Desse modo, pode-se concluir que, ao batizar sua coluna diária de “Registro”, Bilac atribuía a ela uma função imediata de destacar com a devida ênfase fatos relevantes que poderiam passar

despercebidos e outra função, talvez mais nobre, de impedir, ao inscrevê-los nos “cartapácios” de *A Notícia*, que fossem irremediavelmente esquecidos.

De 1900 a 1908, período em que Bilac manteve seu “Registro”, o Rio de Janeiro passou por uma radical reforma urbana. Partidário extremado da assim chamada Regeneração, o cronista apoiou todas as medidas da prefeitura,<sup>6</sup> mesmo quando estas assumiam nítido caráter discricionário. Encantado com o ritmo febril das obras, confessou no dia 4 de agosto de 1906 não conseguir dar a elas a devida atenção:

Decididamente, já se vai tornando impossível o registro dos melhoramentos da cidade. Não há dia que não traga uma surpresa agradável; e, para que todas essas surpresas tivessem o comentário desta seção, seria preciso que a todos os outros assuntos se recusasse aqui a hospitalidade que pedem e merecem... (B., 4 ago. 1906, p.2)

Mais do que confirmar o compromisso do cronista com a Regeneração, esse fragmento revela certa percepção da velocidade com que se sucediam os acontecimentos na cidade. Na crônica que inaugurou a coluna, Bilac comparou-se a um viajante de trem que, do seu *wagon*, observa regaladamente a sucessão de paisagens e faz breves anotações em seu canhenho. Observe-se que, com a imagem sugerida, o cronista reconhecia a velocidade como fator determinante de seu trabalho, que deveria ser ágil para conseguir registrar fatos fugidios. Além disso, o cronista deveria submeter-se a circunstâncias adversas à elaboração literária do texto, que se constituía de apontamentos apressados.

Uma coluna *diária* como o “Registro” seria, a princípio, mais adequada para contrapor-se à “facilidade com que se esquecem, nas grandes cidades, os mais recentes acontecimentos”.

---

6 Deve-se observar que a administração municipal apenas executava um projeto que fora concebido e viabilizado financeiramente pelo governo federal.

Do ponto de vista formal, o “Registro”, por sua brevidade, seu “ar de coisa sem necessidade”, seu tom ligeiro e seu aspecto de conversa despretensiosa e bem-humorada, coloca Bilac como precursor da crônica contemporânea (Candido, 1992, p.15).

Quanto ao compromisso ideológico, o “Registro” destinava-se a acudir aos imperdoáveis e danosos lapsos de memória da cidade que, em última instância, comprometiam os esforços de constituição de uma civilização (europeizada) no Brasil. A Regeneração era o aspecto mais visível desse projeto civilizador.<sup>7</sup> Registrar, na coluna diária, as fases da súbita transformação por que passava o Rio de Janeiro significava impedir que o cidadão, familiarizado com o canteiro de obras em que o governo republicano transformara a cidade, deixasse de perceber e valorizar o caráter supostamente redentor das reformas, que atacavam cada mazela supostamente ou de fato herdada do período monárquico. Legar aos historiadores documentos da Regeneração, que seriam preservados nas coleções de *A Notícia*, representava um esforço para assegurar que no futuro a história do período fosse narrada da perspectiva dos defensores e beneficiários das reformas.

## O registro das reformas

Logo no dia 5 de fevereiro de 1903, quando a administração Pereira Passos ainda mal começava, o cronista mostrou-se eufórico com a notícia de que a cidade seria dotada de uma grande avenida graças a entendimentos que ocorriam entre prefeitura e governo federal. Demonstrou então confiança na veracidade da informação porque já notava mudanças positivas no Rio de Janeiro:

Cada dia que corre traz um novo indício de regeneração. Ajudam-se as praças, arborizam-se as ruas, deitam-se abaixo os

---

7 O caráter excludente e racista de tal projeto é inquestionável. A propósito, v. Simões Jr. (2007).

pardieiros. E já é lícito, sem correr o risco de passar por visionário, prever que dentro de um curto decênio, a cidade, saneada pela abertura de uma grande avenida e pelos trabalhos do porto, estará livre das epidemias que só medram onde não há limpeza. (B., 5 fev. 1903, p.2)

Quando a dimensão audaciosa dos planos de reforma urbanística tornou-se conhecida, começaram a surgir na cidade críticas aos gastos excessivos e ao endividamento público deles decorrente. Em 12 de março de 1903, o cronista rebateu tais objeções argumentando que “quando se trata de salvar um doente, não é razoável estar discutindo o preço do remédio: a moléstia não quer saber se o doente é pobre ou rico, e vai prosseguindo inexoravelmente na sua obra de devastação...”. Considerando que a medida era, segundo sua opinião, acertada e eficaz no combate às doenças da cidade, a soma vultosa necessária às obras não deveria causar preocupação:

Quanto pode o Brasil gastar com a reabilitação do Rio de Janeiro? cem mil contos? duzentos mil? trezentos mil? Porém muito mais do que isso temos enterrado durante cinquenta anos em serviços de higiene mal atamancada, em paliativos inúteis, em medidas parciais que até agora não conseguiram diminuir sequer a proporcão das vítimas de uma só das epidemias que nos afligem. (idem, 12 mar. 1903, p.2)

Além disso, lembrava o cronista que a guerra civil de 1893 consumira mais de quinhentos mil contos, que aplicados no saneamento teriam feito do Rio de Janeiro um “paraíso”.

Pouco mais de um mês depois, em 17 de abril de 1903, Bilac testemunhava na cidade obras viárias que impunham a derrubada de velhos prédios. Era já o Bota-Abaixo em curso:

O prolongamento da rua do Sacramento é o primeiro passo para a realização de atos grandes e nobres: e quem ama o Rio de Janeiro sente dentro do coração repercutir, como uma nota de um hino

triumfal, o som de cada um daqueles golpes de picareta. (idem, 17 abr. 1903, p.2)

Na mesma crônica, Bilac previu que as reformas enfrentariam a resistência dos proprietários dos pardieiros, representados pela figura alegórica do carrancismo:

Agora mesmo, tentou ele [o carrancismo] opor-se à demolição daqueles pardieiros... Mas, que importa isso? O progresso há de saber afastar do seu caminho esse animal pesado: – e, refugian-do-se sucessivamente nas ruas centrais da cidade, nas alforjas da Gamboa, nas betesgas da Saúde, nos becos imundos da Pedra do Sal, do João Homem e do Jogo da Bola, e de toda a parte repellido, o Carrancismo há de morrer, babado de raiva, escabujando impo-tente! (ibidem, p.2)

Confiante no êxito das reformas, a despeito de alguns protes-tos isolados, Bilac encerrou a crônica de modo triunfal, exortando as picaretas da prefeitura – símbolos do implacável e irreversível projeto de regeneração da cidade – a prosseguirem no seu trabalho:

Vibrai, feri, exterminai, demoli, trabalhai e cantai sem descanso, picaretas sagradas! cada golpe dos vossos é uma benção e uma redenção! abri caminho à luz, rasgai estradas no ar, arrasai os par-dieiros em que se alaparda a nossa vergonha! – e benditas sejais, por toda a eternidade, picaretas implacáveis, exterminadoras do nosso opróbrio! (ibidem)

Não tardaria para o cronista registrar com satisfação os primei-ros sinais do acerto das medidas adotadas para o saneamento do Rio de Janeiro. Em 4 de fevereiro de 1904 notava que o verão che-gara, mas, pela primeira vez em décadas, não viera acompanhado da febre amarela. Por esse fato inusitado, sugeria, com certa prudência, ser “razoável admitir a eficácia das medidas postas em prática pelo governo para acautelar a saúde pública”. Não supunha, entretanto,

que a vitória sobre a doença seria devida apenas às medidas de combate ao mosquito transmissor. Considerava fatores decisivos a limpeza da cidade, a abertura de avenidas e a modernização do porto.

Essa mesma crônica continha palavras que hoje soam como “absolvição prévia” do governo pela sangrenta repressão às manifestações populares que, no final daquele mesmo ano, ocorreriam contra a vacinação obrigatória antivariólica:

A verdade é que o governo atual, por mais violências e por mais crimes que ainda possa vir a cometer, – sempre ficará com a glória admirável de ter atacado de frente a origem da mais funesta das desgraças que têm afligido a nação. Foi este o primeiro governo que soube ver na imundície, nas más condições sanitárias do Rio de Janeiro a fonte de toda a desmoralização do Brasil. (idem, 4 fev. 1904, p.2)

A violência e os crimes, cuja possibilidade o cronista admitiu retoricamente, foram *de fato* cometidos quando os principais prejudicados pelo Bota-Abaixo e pelo “despotismo sanitário” resolveram protestar. Nesse momento decisivo Bilac encarregou-se de defender o poder público nos jornais *Gazeta de Notícias* e *A Notícia*.

## O cronista e a Revolta da Vacina

A reforma urbana do Rio de Janeiro custou muito caro para as classes populares, que foram praticamente expulsas do centro e viram-se obrigadas a arcar com despesas de transporte e aluguéis mais caros. Cerca de 20 mil pessoas ficaram desalojadas com a demolição de cerca de 1.800 prédios. Quando o governo republicano apresentou projeto de vacinação obrigatória contra a varíola, boa parte da população expressou seu descontentamento em *meetings* que foram violentamente reprimidos pela polícia. Políticos de oposição procuraram potencializar a insatisfação popular dizendo que a lei previa arrombamento das casas dos recalcitrantes

e impunha o desnudamento de senhoras e senhoritas para que seus braços ou nádegas ficassem à mercê das seringas.

Logo que surgiram as primeiras manifestações populares contra a vacinação obrigatória, Bilac alinhou-se incondicionalmente ao governo e criticou, no “Registro” de 11 de novembro de 1904, os que estimulavam, “de modo irritante e perverso, o ódio da multidão”. Segundo ele, o governo submetia o regulamento da vacinação obrigatória à apreciação de “homens competentes”; a imprensa, por sua vez, começava a analisar criticamente a proposta. Diante disso, condenava os primeiros distúrbios populares contra o regulamento e, mais uma vez, absolvía previamente o governo:

Essas cousas não se podem estudar nem discutir no meio da rua, aos berros.

Se houver motins de certa gravidade, a quem caberá a responsabilidade deles? ao governo que calmamente procura obter sobre o seu regulamento a opinião da gente que sabe onde tem o nariz? ou àqueles que vão logo apelando para a rebelião e para a desordem? (idem, 11 nov. 1904, p.2)

Quando a revolta já estava afogada em sangue, Bilac, na sua crônica dominical da *Gazeta*, lamentou apenas a destruição dos equipamentos da recém-inaugurada Avenida Central e adjacências, *consagrando aos objetos a piedade que negava aos homens*:

O que primeiro me entristeceu, naquela amargurada manhã de 14, quando já estava armado o motim criminoso, foi o aspecto da Avenida. Por ali viera, num tropel destruidor, o bando dos Pratas Pretas e dos Troviscos, ao serviço dos ambiciosos e dos retóricos, levando tudo de roldão diante da sua estúpida fúria.

Passando pela rua Senador Dantas, a alcateia arrancara, torcera, espezinhara, destruíra todas as pobres árvores pequeninas, que ainda fracas e humildes, dentro das suas frágeis grades de ferro, só pediam, para crescer e dar sombra, um pouco de sol ao céu, um pouco de umidade à terra e um pouco de carinho aos homens.

Já com essa brutalidade sem nome, o bando feroz mostrara bem claramente a natureza do seu instinto e das suas intenções... Na Avenida, as suas vítimas foram os postes de iluminação elétrica. Árvores e luz, para quê? para purificar e perfumar a atmosfera? para auxiliar, iluminar, animar o trabalho? mas o pântano só quer a podridão e a alfurja só quer a treva: abaixo as árvores, e extinga-se a luz! (ibidem, p.2)

No “Registro” de 29 de novembro de 1904, o cronista destilou seu sarcasmo contra os rebelados sobreviventes que seriam desterrados para o longínquo Acre. Procurou então apontar os supostos benefícios que adviriam da remoção forçada:

[...] dentro de pouco tempo, o espetáculo sempre novo e sempre belo da Natureza, o exemplo fecundo do trabalho incessante que agita as entranhas da terra, as lições de bondade e de amor que há na vida das plantas, e na vida das aves, a influência do ar e do sol, – tudo isso acalmará, nos penitentes, as revoltas do sangue e do espírito; e virá, primeiro, a paz; e virá, depois, o remorso de ter perdido no vício tantos anos de vida; e, depois, a consciência moral; e, depois, o desejo de melhorar; e, finalmente, a felicidade completa que só pode ser dada aos homens pela satisfação da tarefa bem cumprida. [...]

O trato da Terra vai converter esses corpos e essas almas à grande religião do Trabalho e da Bondade. (idem, 29 nov. 1904, p.2)

Bilac pode ser criticado por suas posições elitistas e por seu apoio incondicional a um governo antipopular. Entretanto, não pode ser acusado de “bovarismo” ou de alheamento aos “fatos nacionais”. Muito pelo contrário, o poeta parnasiano viveu intensamente as principais crises políticas de seu tempo, tomando posições bem definidas e, às vezes, corajosas.



# 10

## BILAC E A LÍNGUA PORTUGUESA<sup>1</sup>

*A pátria não é o solo, nem a propriedade, nem a posição social: é a tradição, é a índole, é o passado, é o gênio da raça, – e tudo isto reside no idioma nacional.*

Olavo Bilac

### Envolvimento com a educação

Em novembro de 1893, Olavo Bilac viu-se obrigado a deixar às pressas o Rio de Janeiro por seus vínculos com o jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, que estava em rota de colisão com o governo de Floriano Peixoto. Com a eclosão da Revolta da Armada em 6 de setembro daquele ano, o presidente havia decretado estado de sítio e prendia seus adversários políticos indiscriminadamente. Tendo já conhecido por dentro as prisões de Floriano em 1892, o

---

1 Este ensaio foi selecionado para integrar o livro *Ultrapassando fronteiras: estudos de literatura e cultura lusófonas* (2012), organizado por Ana Luísa Vilela, Elisa Nunes Esteves e Maria João Marçalo, que nele reuniram os melhores apresentados em Évora durante o II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (Simelp) (2009).

poeta resolveu abrigar-se em Minas Gerais, colocando-se fora do alcance da repressão.

Ao retornar ao Rio em 1894, Bilac enfrentaria sérias dificuldades financeiras. Disposto a ajudá-lo, Coelho Neto comprometeu-se com o livreiro Francisco Alves a escrever em parceria com o poeta parnasiano um livro de contos escolares. Desse esforço conjunto resultaram os *Contos pátrios*.

Iniciada por razões pecuniárias, a incursão de Bilac no âmbito da literatura paradidática ainda renderia muitos frutos. De sua autoria são as *Poesias infantis* (1904); em coautoria com Manuel Bonfim, escreveu *Através do Brasil* (1910), *Livro de leitura para o Curso Complementar das escolas primárias* (1901) e *Prática da língua portuguesa* (1899); com Coelho Neto, *Contos pátrios* (1894), *A pátria brasileira* (1911), *Teatro infantil* (1905) e *A terra fluminense* (1898). Talvez o poeta pretendesse oferecer alternativas às escolas, pois notava que os livros didáticos brasileiros eram “de uma banalidade desesperadora” e às vezes chegavam a “revoltar a gente pela sua futilidade” (B., 20 mar. 1902, p.2).

Manuel Bonfim foi responsável por uma maior integração de Bilac ao ambiente escolar ao nomeá-lo seu substituto interino na direção do Pedagogium quando, em 1898, dela afastou-se para exercer a função de diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro. Nesta importante posição, Bonfim obteve do prefeito Cesário Alvim a criação do cargo de inspetor escolar. Um dos primeiros nomeados para o posto foi justamente Olavo Bilac.<sup>2</sup>

Como se pretende demonstrar aqui, o envolvimento do poeta parnasiano com a educação foi muito além da mera obrigação profissional ou do aproveitamento de oportunidades para obtenção de recursos financeiros. Todas as dimensões de sua atuação pública integraram-se harmoniosamente em prol de um mesmo objetivo: a instrução primária pública, gratuita e universal, que se tornou o grande ideal do autor de vários livros, do jornalista de publicações

---

2 A nomeação ocorreu em 13 de outubro de 1899. Para obter informações mais detalhadas sobre a biografia de Olavo Bilac, v. Simões Jr. (2007, p.46-66).

importantes, do funcionário público e do cidadão que colaborou com a propaganda republicana, combateu o governo ditatorial de Floriano Peixoto e defendeu o saneamento do Rio de Janeiro.

## **“Registro”: tribuna contra o analfabetismo**

No “Registro”, Bilac procurou impor à atenção da opinião pública e do Estado a necessidade de eleger-se a luta contra o analfabetismo como prioridade nacional. É muito significativo o fato de o “Registro” ter-se transformado em tribuna a favor da instrução primária pública, universal e gratuita, pois essa seção de *A Notícia* diferenciava-se de outras seções de crônicas do mesmo vespertino e também das de outros jornais por apresentar aspectos muito específicos. Enquanto outras seções seguiam a tradição estabelecida em meados do século XIX por Francisco Otaviano e José de Alencar, que conceberam a crônica como resenha semanal dos fatos jornalísticos mais relevantes, ou melhor, como uma espécie de revista bem-humorada e relativamente subjetiva dos acontecimentos da semana, Bilac fez da sua coluna um diário pessoal dirigido ao leitor de forma íntima e cordial. Assim, o cronista sentia-se livre para tratar de todo e qualquer assunto, mesmo que este não estivesse na “ordem do dia”. Se, então, a luta contra o analfabetismo tornou-se uma das “músicas prediletas” de seu “realejo” (1º nov. 1906, p.2), foi provavelmente porque Bilac estava sincera e plenamente envolvido com a questão.

Como se pode constatar no valioso “Índice de sumários”, que se encontra no final do segundo volume da obra monumental *Bilac, o jornalista*, de Antonio Dimas, de 1900 a 1908 o poeta parnasiano tratou do analfabetismo e do ensino primário seis vezes no jornal *Gazeta de Notícias* e duas vezes na revista mensal *Kosmos*. Esses números revelam que Bilac privilegiou a coluna de *A Notícia* para desenvolver sua campanha em prol da instrução primária,<sup>3</sup> pois do “Registro” o analfabetismo era assunto frequente.

---

3 V. na *Kosmos* a “Crônica” dos meses de novembro de 1904 e janeiro de 1905; na *Gazeta de Notícias* a “Crônica” dos dias 27 de janeiro de 1907 e 13 de outubro

O panorama com que se deparava o cronista de *A Notícia* era angustiante, pois o número de alfabetizados no Brasil era simplesmente irrisório. Nem mesmo a maior cidade do país, então capital federal, estava em condições aceitáveis, como Bilac assinalou em uma crônica:

O Rio de Janeiro é uma cidade de analfabetos; desses homens que fazem por aí o serviço de carregador, de carroceiro, de trabalhador braçal, são raros os que conhecem o alfabeto: os filhos vão pelo mesmo caminho, e de dia em dia aumenta a população de analfabetos. Mas se se observa isso na capital da República, imaginai o que haverá nos Estados! (B., 3 fev. 1902, p.2)

Como literato e jornalista, Bilac preocupava-se intensamente com as consequências do analfabetismo para a atividade editorial e para a própria vida intelectual brasileira. A inexistência de um público leitor significativo representava, em sua visão, um grande fator de atraso cultural: “Pobre país, habitado por [...] dez milhões de analfabetos! Como é que há de haver literatura, como é que há de haver arte no teu seio?”. Sem leitores, os literatos escreviam “para si mesmos, para os oficiais do mesmo ofício”, como se se entregassem “à prática de um prazer egoísta e solitário...” (idem, 11 fev. 1903, p.2).

Apesar do número de analfabetos, o Brasil contava desde 1897 com uma Academia de Letras, presidida por Machado de Assis. O cronista assinalava, no entanto, que nenhum dos chamados *imortais* “conseguiu viver exclusivamente do seu trabalho artístico, e nem um só dos seus livros logrou jamais alcançar uma tiragem de dez mil exemplares”. Até mesmo o prolífico Coelho Neto, autor de “mais de doze volumes de arte pura”, era obrigado, “para ganhar o pão

---

de 1907. No primeiro volume de *Bilac, o jornalista*, encontram-se transcritos os textos publicados na *Gazeta* nos dias 18 de junho de 1905 (p.717-9), 13 de maio de 1906 (p.789-92), 17 de junho de 1906 (799-801) e 5 de janeiro de 1908 (p.865-7). A propósito, registre-se que Antonio Dimas não pôde recolher na obra citada textos de Bilac publicados em *A Notícia*, pois, no período em que realizava a pesquisa, o jornal passava por processo de restauração e ainda não se encontrava microfilmado.

quotidiano”, a “desperdiçar o seu talento no esfalfante e duro mister de escrever coisinhas para os jornais” (idem, 13 nov. 1905, p.2).

Com poucas pessoas aptas a ler, o preço dos livros, revistas e jornais destinados ao público brasileiro era mais elevado do que o de publicações similares europeias. Na França, como explicou o cronista, alguns periódicos já atingiam tiragens de centenas de milhares de exemplares, o que implicava um preço baixo do número avulso. No Brasil, ao contrário, apesar do inevitável preço elevado das assinaturas e exemplares avulsos, o panorama era desolador: “não há [...] uma só empresa jornalística, que seja verdadeira e completamente próspera: se os jornais se vendessem a vintém, já todas essas empresas teriam estourado” (idem, 15 nov. 1905, p.2). No Rio de Janeiro, “cérebro do Brasil”, nenhum jornal alcançava a tiragem modesta de 50 mil exemplares, embora um terço dos exemplares fosse enviado aos estados (idem, 4 dez. 1903, p.2).

Com os livros, a situação não era melhor. Das obras editadas pela Garnier, apenas um romance e um livro de poesia “conseguiram ter *uma edição* esgotada *em pouco mais de um ano*” (ibidem, p.2).<sup>4</sup> Não era, com efeito, um resultado extraordinário, pois as publicações daquela casa editora não iam além de 2.200 exemplares.

No início do século XX, era voz corrente que a língua portuguesa era um tûmulo, pois quem nela escrevesse jamais gozaria de prestígio universal, ao contrário do que ocorria com autores de outras línguas como a inglesa, a espanhola e, principalmente, a francesa. Fazia-se tal afirmação porque se considerava que a língua portuguesa era falada e compreendida por pouca gente. Segundo o cronista, quem assim pensava estava equivocado, pois naquele tempo havia 20 milhões de falantes da língua portuguesa no Brasil, em Portugal e nas colônias portuguesas da África, da Ásia e da Oceania. Com esses leitores em potencial, os escritores portugueses e brasileiros já teriam “um público numeroso e compacto”. O problema seria, portanto, de outra natureza:

---

4 Bilac baseava-se em informações obtidas por João do Rio, que havia publicado na *Gazeta de Notícias* um artigo intitulado “O Brasil lê”.

Se a língua portuguesa é um túmulo, não é por falta de quem a entenda e fale: é por falta de quem a saiba ler. Daqueles vinte milhões de homens, que falam o português, mais de dez milhões vivem no Brasil: mas, desses, quantos sabem ler? (idem, 6 fev. 1904, p.2)

Por isso, concluía o cronista que “uma língua *lida* por um milhão de criaturas é muito mais viva, muito mais influente, e muito mais forte do que uma língua *falada* por cinco milhões” (ibidem, p.2, grifos do autor).

## O “perigo estrangeiro”

Se o analfabetismo já era suficientemente incômodo para o autor de diversos livros, colaborador de alguns dos principais periódicos do país, como o matutino *Gazeta de Notícias* e a revista ilustrada *Kosmos*, e principalmente integrante de uma geração de escritores que pretendeu viver exclusivamente das letras, era especialmente preocupante para o cidadão empenhado, que pugnara pela República, pela democracia e pelo saneamento urbano, em virtude da maciça imigração europeia promovida pelo governo e de suas consequências: “em São Paulo, em Minas, no Rio Grande, no Paraná, em Santa Catarina, criam-se escolas alemãs e italianas, mas ninguém trata de fundar novas escolas nossas” (ibidem, p.2).

Dias depois de explicar que a língua portuguesa era um túmulo em função do analfabetismo e de alertar para o perigo representado pela difusão no Brasil de outras línguas europeias, que ameaçavam a existência do idioma nacional, Bilac transcreveu trecho do discurso de posse de Frédéric Masson na Academia Francesa. Provavelmente o historiador francês estava antes preocupado em defender certas prerrogativas da instituição a que passava a pertencer, mas, para o cronista, suas palavras eram particularmente interessantes por virem corroborar suas reflexões: “A língua de um povo, (disse F. Masson) falada, é a própria vida desse povo; mas, escrita, é mais do que isso: é a sua imortalidade. É preciso, pois, tratar o idioma

nacional com um respeito religioso” (apud B., 26 fev. 1904, p.2). Assim, o Brasil estava sob sério risco com a imigração europeia, pois quando, no Brasil, “somente se falasse o inglês, o alemão, ou o italiano, – o Brasil poderia ser uma nação forte, mas já não seria precisamente o Brasil” (B., 26 fev. 1904, p.2), porque “o que forma a nacionalidade é, antes de tudo, a língua” (idem, 10 jan. 1905, p.2).

Para o cronista, mais do que de Marinha e de Exército poderosos, o Brasil necessitava de “boas escolas, boas e muitas”, pois para defender a sua “terra cobiçada”<sup>5</sup> os brasileiros precisavam apenas da “consciência da nacionalidade”, que somente seria obtida por quem soubesse “ler e escrever” (ibidem, p.2). Contra o processo de desnacionalização, as armas seriam completamente inúteis:

A conquista [do Brasil], se um dia se fizesse, far-se-ia pela absorção pacífica e lenta da nacionalidade brasileira. Levantar-se-ia o povo para repeli-la? Mas como, se já não houvesse povo brasileiro? – Isto é, se a maioria da população do Sul fosse uma gente falando alemão, escrevendo alemão, não falando, nem escrevendo, nem compreendendo o português? (ibidem, p.2)

Para Bilac, a luta contra o analfabetismo e contra a difusão das línguas estrangeiras era simplesmente vital, pois a língua portuguesa era o último baluarte da nacionalidade brasileira:

A pátria não é o solo, nem a propriedade, nem a posição social: é a tradição, é a índole, é o passado, é o gênio da raça, – e tudo isto reside no idioma nacional. Se nos tirarem as terras, os bens, os cargos oficiais, as alfândegas, as minas, – mas se nos deixarem a língua

---

5 No início do século XX, o imperialismo europeu já constituía uma ameaça para países que, como o Brasil, dispunham de muitas riquezas naturais. Significativamente, na última crônica da série “Registro”, Bilac afastava a possibilidade de uma conflagração europeia imediata porque, segundo sua compreensão, ainda havia, para os “monstruosos tubarões da Europa”, “muitos povos pequenos e fracos” que podiam “servir de opíparos almoços, lautos jantares e ceias pantagruélicas para a bulimia formidável da Inglaterra, da Alemanha, da França e da Rússia” (B., 12 nov. 1908, p.2).

que falamos, – continuaremos a ser brasileiros, conservaremos a alma da nossa raça, e mais cedo ou mais tarde renascemos para a liberdade e para a honra. Mas no dia em que se completar a absorção ou a eliminação do nosso idioma por idiomas estrangeiros, – nesse dia será completa e irremediável a nossa desnacionalização, – e poderemos ser proprietários, ou industriais, ou governantes no Brasil, mas já não seremos brasileiros; e conservaremos talvez a liberdade de ação, de trabalho, e de governo, – mas intelectualmente e moralmente seremos escravos, sem dignidade e sem a possibilidade de recuperar a liberdade perdida. (B., 1º nov. 1906, p.2)

Ao propor a criação de escolas primárias por identificar a nacionalidade brasileira com a língua portuguesa, Bilac procurava, talvez conscientemente, atingir um ponto que era vital para os colonos alemães estabelecidos no Brasil, conforme elucida Helena Bomeny (1999, p.157):

A *Heimat* de um teuto-brasileiro nascido em Blumenau, por exemplo, é esta cidade e será uma *Heimat* alemã se for mantida viva a cultura especificamente germânica pela utilização da língua alemã e até pela evocação da paisagem brasileira através de um *Lied*. A língua passou a se tornar, assim, a principal característica do nacionalismo alemão fora da Alemanha, mais até do que no interior de suas fronteiras, por ser o meio mais concreto de identificação étnica.

O então chamado “perigo estrangeiro” acentuava-se justamente porque o governo não investia na educação primária, especialmente no sul do Brasil. A propósito desse problema, o cronista reproduziu as reveladoras palavras de um imigrante alemão radicado em Joinville, que durante visita do presidente eleito Afonso Pena àquela cidade em 1906 queixou-se do que lia na imprensa:

Censuram-nos porque ensinamos aos nossos filhos a língua alemã, e não lhes ensinamos a língua portuguesa... Mas a culpa não é nossa: a culpa é dos governos que não procuram manter escolas

com bons professores, de maneira a atrair concorrentes pelo excelente programa. Os colonos pobres começam a vida com grande dificuldade e não têm recursos para manter os seus filhos nas escolas. Eles próprios ensinam o que sabem, e não lhes podem dar outra instrução... (apud B., 10 ago. 1906, p.2)

A modéstia desse imigrante era enganosa, pois, por volta de 1900, havia 308 escolas da imigração alemã do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, muito provavelmente, já se verificava situação semelhante. Como se sabe, produziram-se publicações pedagógicas e livros didáticos específicos para esses estabelecimentos de ensino e os professores teuto-brasileiros constituíram um fundo de pensão e aposentadoria e criaram a Associação Brasileira de Professores da Imigração Alemã. Dado esse grau de organização, as escolas da imigração alemã chegaram a ser 1.579 em 1937 (cf. Kreutz, 2003, p.356-7).

Embora mais modestamente, outros grupos de imigrantes também se preocuparam em organizar escolas primárias. Em 1930, havia no Brasil 167 escolas italianas. Dois anos depois, os japoneses já contavam com 178 estabelecimentos de ensino. Com crescimento acentuado nas primeiras décadas do século XX, as escolas polonesas chegaram a ser 349 em todo o Brasil em 1937 (ibidem, p.357-64).

Apesar de algumas medidas repressivas adotadas durante a Primeira Guerra Mundial, os governos estaduais, que não contavam com recursos suficientes para promover a alfabetização, responsabilidade deles, toleravam a expansão do ensino primário administrado pelos imigrantes. O Estado Novo (1937-1945), entretanto, começou a deter esse processo com legislação coibitiva. Em 1938, determinou a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa, exigiu que professores e diretores de escola fossem brasileiros natos, tornou obrigatório o ensino de história e geografia do Brasil, proibiu o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e instituiu o culto à bandeira nacional em dias festivos (ibidem, p.365-6).

Muito provavelmente, Bilac e outros jornalistas contribuíram para que o “perigo estrangeiro” fosse elevado ao estatuto de problema vital do país.

## A batalha pela obrigatoriedade do ensino

No início do século XX, já se notavam alguns avanços na expansão do ensino primário público e gratuito, mas a clientela atendida ainda era muito modesta. Em 1904, Bilac comemorou aumento no número de crianças matriculadas nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Em 1893, havia 11.199 matriculados; dez anos depois, já eram 26.707. Este número, entretanto, ficava muito aquém do universo a ser atingido (o Rio era habitado por cerca de 811 mil pessoas segundo o censo de 1906) (cf. Needell, 1993, p.279), como reconhecia o cronista: “Por mim, estou longe de me confessar altamente satisfeito com esse resultado. A minha satisfação seria completa, se em vez de 26.707, houvesse nas escolas públicas 50 ou 60 mil” (B., 5 abr. 1904, p.2).<sup>6</sup>

Bilac atribuiu parte dos tímidos avanços conseguidos no Rio de Janeiro ao empenho particular das professoras primárias, que após a jornada de trabalho percorriam os bairros do Rio de Janeiro “a arrebanhar alunos” e iam “de casa em casa admoestando, aconselhando, pedindo, exortando” (ibidem, p.2).

Muito embora reconhecesse que faltava dinheiro para investir maciçamente na construção e melhoria de escolas e na formação de professores, Bilac considerava que a principal saída para a expansão da alfabetização seria a decretação da obrigatoriedade do ensino. Para o cronista, se o Governo Provisório houvesse, em 1889, instituído a obrigatoriedade da “instrução primária”, o Brasil chegaria ao século XX com “uma imprensa dilatada e um comércio abundantíssimo de livros, porque toda uma geração, sabendo ler e escrever, teria brotado do seio dessa lei salvadora...” (idem, 26 fev. 1904). Se os revolucionários republicanos não adotaram medida tão salutar, teria sido provavelmente, segundo Bilac,

---

6 A cautela do cronista era muito sensata. Segundo dados fornecidos por Florestan Fernandes (1966, p.47) em *Educação e Sociedade no Brasil*, de 1900 a 1920 o número de pessoas aptas a ler e escrever no Brasil passou de 3.380.451 a 6.155.567. Percentualmente, entretanto, houve completa estagnação, pois ambos os números representavam apenas 35% de alfabetizados com relação ao total de habitantes.

por causa da “ridícula teoria positivista da liberdade de instrução” (idem, 6 fev. 1904, p.2).

Sem obrigatoriedade, não havia frequência e certas escolas chegavam a fechar por falta de alunos (cf. idem, 3 fev. 1902, p.2). As escolas públicas ficavam às moscas por desinteresse dos principais beneficiados: “o povo é relaxado, porque os marmanjos se dão bem com a sua ignorância, porque ninguém obriga a criança a ir à escola” (ibidem, p.2). Por isso, não seria admissível alguém invocar a “liberdade individual” para opor-se à obrigatoriedade do ensino. A propósito desse argumento, perguntava o cronista:

Tem alguém o direito de andar nu, pelas ruas? Ou de praticar atos indecentes na praça pública? Ou de esconder dentro do seu domicílio um caso de varíola ou de qualquer outra moléstia infecciosa? Pois o analfabetismo é também uma indecência, uma imoralidade, um perigo público. (ibidem, p.2)

Como se nota nas entrelinhas desse fragmento, Bilac identificava perfeitamente os adversários da obrigatoriedade do ensino; eram aqueles que também se opunham à vacinação obrigatória e às medidas sanitárias de controle da febre amarela e de outras endemias cariocas. Nesse grupo de oposicionistas, incluíam-se positivistas ortodoxos, jacobinos e, ocasionalmente, monarquistas. O cronista denominava-os ironicamente “paladinos da Liberdade” e questionava-os abertamente:

Oh! A Liberdade!... Como pode ser livre e saber o que é liberdade quem não sabe ler, quem tem o espírito fechado a todas as conquistas modernas, quem deixa a sua inteligência abastardar-se e aviltar-se pela inação até ficar reduzida a um simples instinto tateante e titubeante? (idem, 19 dez. 1903, p.2)

Assim, impunha-se uma ação governamental eficaz e decidida em prol da educação primária pública, gratuita e universal, pois o Estado não teria, segundo Bilac, “o direito de permitir que, dentro do

limite de sua jurisdição”, houvesse “homens embrutecidos, mantidos pela ignorância no mesmo nível dos animais inferiores” (ibidem, p.2). A esse respeito, haveria na Suíça um exemplo a ser seguido:

Nesse país liberalíssimo, cuja organização é um admirável modelo de democracia e de justiça, ninguém tem o direito de ser analfabeto. Os pais são punidos pela malandrice dos filhos. Quando o aluno deixa de frequentar a escola, um médico vai visitá-lo; e, quando se verifica que ele não está enfermo, o pai é obrigado a pagar uma elevada multa, além de pagar a visita do médico. Multa e prisão são as penas em que incorre o pai que se descuida da instrução do filho; e ainda aquele povo, que se jacta com razão de ser o povo mais livre da Europa, não se lembrou de protestar contra essa vigilância e essas exigências do Estado. (idem, 27 out. 1904, p.2)

Assim como as campanhas pela República e pela reforma urbana e pelo saneamento do Rio de Janeiro, a campanha de Bilac (e outros brasileiros) pela obrigatoriedade do ensino primário seria vitoriosa, embora tardiamente. A Lei Magna de 1934 indicaria o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória como diretriz para o Plano Nacional de Educação, de duração determinada. A partir da Constituição de 1937, já não haveria ambiguidades, pois seu artigo 130 rezava claramente: “O ensino primário é obrigatório e gratuito”.

## Conclusão

Bilac fez do combate ao analfabetismo generalizado um dos principais assuntos do seu “Registro”. Segundo o cronista, a inexistência de um público leitor significativo no Brasil tornava a atividade literária inviável e passível de ser comparada a um “prazer egoísta e solitário”, pois os escritores dirigiam-se quase exclusivamente a “oficiais do mesmo ofício”. Sem leitores, livros e jornais não alcançavam tiragens significativas e seus preços tornavam-se muito elevados se comparados aos produzidos na França. Como consequências

do vasto analfabetismo, a língua portuguesa tornava-se um tûmulo para os que nela escreviam, uma vez que não encontravam ressonância para as suas ideias, e o povo permanecia fora do alcance da ação civilizadora e orientadora da imprensa e, por isso, ficava impossibilitado até mesmo de adquirir “consciência da nacionalidade”.

A omissão do governo em seus diferentes níveis quanto à necessidade de expansão do ensino primário chegava, segundo Bilac, a ameaçar a própria existência da nacionalidade brasileira em razão da maciça imigração estrangeira ocorrida após o fim da escravidão. Com a organização de escolas em línguas estrangeiras no Brasil, haveria risco iminente de desnacionalização e perda de território.

Embora possa haver empregado o poderoso argumento do “perigo estrangeiro” para demover as autoridades governamentais de sua inércia diante do problema do analfabetismo, deve-se reconhecer que, como educador e autor de livros paradidáticos que lutava pela qualidade das escolas públicas,<sup>7</sup> como escritor que contribuía para o fortalecimento da literatura brasileira, sonhava com a profissionalização de sua atividade e acreditava na função formadora e esclarecedora das letras, e como jornalista empenhado na resolução das mazelas nacionais, Olavo Bilac estava imbuído de forte motivação para defender incansavelmente a instrução primária pública, gratuita, de qualidade e universal.

---

7 O cronista comemorou, em 1906, o fato de que o presidente da República, Afonso Pena, havia ido pessoalmente matricular uma filhinha em escola pública municipal. Bilac considerou a atitude comprovação eloquente de que os estabelecimentos de ensino da prefeitura do Rio de Janeiro conquistavam a confiança das “famílias ricas”, que por “*snobismo*” até então preferiam as escolas particulares. Bilac vislumbrava o alcance político dessa nova situação: “Foram [...] tão consideráveis os progressos aqui realizados, nos últimos dez anos no ensino primário público e tão evidentemente se afirmou a superioridade do preparo das professoras municipais, – que aquele preconceito foi vencido, e crianças pobres e crianças ricas estão frequentando, lado a lado, as escolas do Distrito Federal, numa promiscuidade fraternizadora que desenvolve e apura o nosso espírito democrático” (B., 29 nov. 1906, p.2).



# 11

## A CULTURA POPULAR NO “REGISTRO”<sup>1</sup>

No vespertino carioca *A Notícia*, Olavo Bilac publicou de 1900 a 1908 a coluna diária “Registro”. Nesse período, o cronista pôde acompanhar – e apoiar – o desenrolar das reformas urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos com amparo do governo federal. O novo Rio de Janeiro que surgia do popularmente chamado Bota-Abaixo não admitia maciça concentração popular no centro da cidade. As demolições e certas ações das autoridades policiais e sanitárias praticamente expulsaram as “classes perigosas” para os subúrbios e bairros distantes. Mas as medidas elitistas do governo republicano não conseguiram calar completamente manifestações de cultura popular. Interessa aqui considerar particularmente o posicionamento do cronista, amplamente favorável às reformas, diante da prática da capoeira, da festa da Penha, do entrudo e do maxixe.

### Capoeira

Em 7 de setembro de 1900, Bilac tratou da morte aos 60 anos do popular Cá-Te-Espero. Esse antigo chefe de malta morava em casa

---

1 Publicou-se primeira versão deste ensaio na revista *Expressão* (v.2, 2008), vinculada à Universidade Federal de Santa Maria.

humilde da Rua do Hospício. Com ironia, o cronista ponderou que sua morte seria gloriosa se houvesse ocorrido nos “áureos tempos da rasteira e da navalha”; a exemplo de Sócrates, morreria então cercado de discípulos que, em seu caso, seriam os “capadócios da sua malta”. Afirmou também que mereceria uma morte digna semelhante à de Cyrano de Bergerac; deveria ter morrido “aos saltos, distribuindo cabeçadas no vácuo, traçando no solo o alfabeto do rito, com a menina<sup>2</sup> empalmada na mão direita” (B., 7 set. 1900, p.2). Como se percebe, a morte obscura do Cá-Te-Espero representava, para Bilac, o fim de uma era – o fim do império dos capoeiras.

Menos de um ano depois, em 8 de julho de 1901, Bilac viu-se, no entanto, obrigado a tratar novamente da “capoeiragem”. O nariz de cera da crônica aludia aos micróbios que são capazes de permanecer em estado de latência por muitos meses e, depois, acordar com toda a energia vital. Assim como esses micróbios, certos “gêrmenes de males morais” seriam capazes de ressurgir mesmo quando todos os considerassem extintos para sempre. O cronista testemunhou haver conhecido, quando criança, o apogeu dos capoeiras, que desfrutavam de prestígio e conviviam em camaradagem com os chefes políticos. Com a República, a “hidra” da capoeiragem fora vencida por um “homem forte, moço, enérgico, sacudido”, cujo nome o cronista não declina; tratava-se, como se sabe, de Sampaio Ferraz, que fora chefe da polícia do Rio de Janeiro. Dez anos depois, a hidra ressuscitava, pois na Cidade Nova, onde se apresentara uma banda de música, os capoeiras que a acompanhavam brigaram, invadindo casas e saqueando lojas. No final da crônica, Bilac solicitou a intervenção da polícia para “obrigar o micróbio a recolher-se de novo” e lembrou que o Hércules carioca ainda estava vivo e poderia vencer novamente a hidra; bastaria, para isso, deixá-lo “operar em liberdade” (idem, 8 jul. 1901, p.2).

No ano seguinte, em 22 de novembro, o cronista notava desolado a completa ressurreição da capoeiragem, pois nas festas da Proclamação da República não houvera banda de música que não

---

2 Trata-se de gíria que designava a navalha, arma mortal dos capoeiras.

fosse seguida por um “bando de desordeiros maltrapilhos, ginguando e cabriolando, no exercício de sua ignóbil profissão”. Para Bilac, se a polícia tivesse agido, encontraria uma navalha com cada um dos capoeiras. O cronista reconheceu, no entanto, com ironia, que “prender os capoeiras assim sem mais nem menos, sem que eles houvessem estripado algumas dúzias de cidadãos inermes, seria atentar contra os ‘imortais princípios de 89’” (idem, 22 nov. 1902, p.2). Da leitura das crônicas, conclui-se que Bilac defendia poderes discricionários para a polícia com o objetivo de reprimir os grupos de capoeira, que em sua visão seriam elementos de desordem no interior da cidade republicana. Bilac não via beleza ou benefícios para a saúde nos movimentos da capoeira, mas apenas um risco à integridade física do cidadão pacífico.

## Festa da Penha

Em 6 de outubro de 1900, Bilac comparou os alegres carros que iam à festa da Penha “arreados de flamejantes e gritadoras colchas de chita amarela e vermelha, guiados a trote largo por cocheiros que [desmentiam] sobre a boleia todas as leis do equilíbrio”, com os antigos cortejos báquicos. Tomou a semelhança entre uns e outros como prova de que a civilização, assim como a natureza, não dava saltos. O cronista via coribantes (sacerdotes da deusa Cibele, que eram músicos e dançarinos), mênades (bacantes) e sátiros desfilando pelas ruas cariocas, mas dizia ser necessário ter “muito vigor no estômago, para resistir” àquelas “alegres jornadas da Penha”. Com ironia, lembrava que não era para qualquer um “ganhar o céu por meio de excessos de gastronomia”. No entanto, garantia que os “homens do povo” não conheciam “as torturas da dispepsia”. No final da crônica, perguntou retoricamente: “quem terá coragem de condenar essa clássica festa, tão genuinamente popular?” (idem, 6 out. 1900, p.2).

No ano seguinte, em 7 de outubro, Bilac descreveu o aspecto de um romeiro que voltava da festa da Penha. Vinha sozinho, pelo meio da rua, cambaleando e monologando “depois do seu dia de

barulhenta devoção e de fartaomezaina”. O devoto estava com o chapéu de palha enfeitado de flores e trazia sobre o peito várias “condecorações de papel de ouro e prata” com a imagem da Virgem. Vinha aos trancos, carregando uma pipinha vazia. O cronista considerava o caso com benevolência aparente: “não merece condenação a intemperança com que a gente rude da cidade, perdendo todo o ano no trabalho e no desgosto, abusa, no dia de Nossa Senhora da Penha, das libações repetidas”. O que julgava digna de reparos seria a “condescendência com que a Nossa Senhora da Penha patrocinava a vícios humanos”. Por isso, considerava que seria justo representar a Virgem “entre anjos, pairando sobre uma pipa de vinho” (idem, 7 out. 1901, p.2). A irreverência com a santa revelava uma condenação moralista aos excessos cometidos na festa sob a capa da devoção religiosa. Os festejos populares, que para o cronista lembravam ritos de fases antigas da civilização ocidental, seriam manifestações de atraso cultural.

## Entrudo

Em 4 de fevereiro de 1901, Bilac tratou da proibição das bisnagas carnavalescas pela polícia. A prática de esguichar água perfumada seria uma “fina e elegante distração” (idem, 4 fev. 1901, p.2) e, por isso, sua proibição poderia parecer resultado de rigor excessivo da polícia. No entanto, o cronista lembrou que as seringas se tornavam cada vez maiores e continham líquidos não muito perfumados. Teria havido inclusive o caso de uma mulher cujo rosto fora atingido por ácido lançado por uma bisnaga. Por tudo isso, o cronista acabou por concordar com a proibição das bisnagas.

Em 9 de fevereiro de 1904, já no período do Bota-Abaixo, Bilac apoiou a proibição definitiva do entrudo pela prefeitura. Iniciou a sua crônica declarando-se suspeito para tratar do assunto, pois já fora visto participando das batalhas aquáticas. Ponderou, no entanto, que era levado a participar da festa em revide aos jatos de água recebidos, porque “os excessos do entrudo [obedeciam] à

instigação de uma loucura coletiva”. A consequência desses excessos seria um aumento significativo de mortes, pois a “brincadeira brutal” seria “uma fecunda causadora de pneumonias, de tuberculosas, de febres assassinas”. Por isso, a missão do poder público seria “impedir, por meio de medidas calmas e seguras, que a loucura coletiva se [manifestasse]”, pois “o povo é criança, e precisa de tutor”. Com a cidade revolvida pelas obras regeneradoras, o cronista sentia-se confiante para dizer que “o divertimento não [era] digno da nossa civilização” (idem, 9 fev. 1904, p.2). Como em outras ocasiões, Bilac apoiou o autoritarismo da gestão Pereira Passos também nesse caso aparentemente banal da proibição do entrudo que, no entanto, revelava uma disposição sistemática de reprimir manifestações culturais populares.

Quando as reformas estavam praticamente concluídas, Bilac voltou a escrever sobre os festejos carnavalescos. Em crônica de 13 de fevereiro de 1907, Bilac demonstrou sua repugnância com os cordões de índios que se exibiram na cidade durante os três dias de carnaval; eram, em sua opinião, “bandos de selvagens medonhos, urrando como feras, de pés no chão”. Para o cronista, aqueles “magotes de índios sujos” davam “triste ideia da nossa civilização” e pareciam obedecer a “um desejo mórbido e pervertido de regressar à era selvagem, – uma como nostalgia da barbárie”. Entretanto, para consolo do cronista, ocorrera no bairro elegante de Botago uma batalha de *confetti* promovida pela *Gazeta de Notícias*. Segundo Bilac, aquela “festa de civilização e de arte” teria vindo “regenerar, reabilitar, transformar inteiramente o carnaval carioca”. O cronista atribuía à festa da elite um condão regenerador: “O nosso Carnaval será, em breve, uma festa digna de nós. Os índios [...] serão desterrados para os bairros afastados, e acabarão por desaparecer” (idem, 13 fev. 1907, p.2). Note-se que o cronista não admitia os festejos populares no centro da cidade e em Botafogo; tolerava-os apenas nos “bairros afastados”, de onde também seriam, algum dia, eliminados pelo progresso da civilização.

## Maxixe

Em 28 de setembro de 1905, Bilac comentou o sucesso do maxixe no Ambassadeurs, casa noturna parisiense, e fez uma previsão: “Os carnavalescos e os frequentadores dos *choros* da Cidade Nova e da Gamboa vão ficar entusiasmados com a notícia”. Mas o cronista expressou o receio de que o maxixe, repetindo o sucesso do *cake-walk*, dança dos “pretos da América do Norte”, fosse tirado “do Cassino e dos *clubs* carnavalescos” e transferido para os salões elegantes. Não via com bons olhos a possibilidade porque, para ele, o maxixe seria “uma dança [...] tão obscena e imoral quanto [seria] selvagem e bárbaro o *cake-walk*”. Enquanto se mantivesse longe dos palacetes burgueses de Botafogo, o maxixe seria portanto tolerável; ninguém deveria orgulhar-se de seu sucesso no Ambassadeurs, porque “nem tudo quanto Paris adota é bom” (idem, 28 set. 1905, p.2).

## Conclusão

Em crônica de 29 de abril de 1908, Bilac registrou impressões colhidas na véspera durante viagem a Bangu. O cronista ficou surpreso com a intensidade da vida cultural das estações da Central do Brasil, que tinham “o seu teatro, o seu parque, o seu cinematógrafo e o seu *club*”. Notou que, inclusive, algumas tinham os seus próprios jornais. Estavam, portanto, libertando-se da dependência da Avenida Central e da Rua do Ouvidor ao descobrir que poderiam ter, “ao alcance dos olhos e das mãos”, “o conforto e a alegria que vinham procurar tão longe”. A conclusão do cronista era edificante: “contentando-se com o que é seu, [os suburbanos] vivem com mais consolo e são mais felizes”. Mas haveria um limite para a emulação do centro, pois, em sua opinião, seria um “absurdo que cada estação suburbana [quisesse] ter uma Avenida Central e um Teatro Municipal” (idem, 29 abr. 1908, p.2).

A Avenida Central e o Teatro Municipal eram dois grandes marcos da reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos, que

se circunscreveu à área central da cidade. Não havia dinheiro para *regenerar* os subúrbios ou os “bairros distantes”, que deveriam “contentar-se com os seus recursos materiais e morais” (ibidem, p.2). A prioridade era, antes de mais nada, social: a reforma foi feita pela elite em exclusivo benefício da elite. O centro da cidade adquiriu ares europeus em consonância com a burguesia, que procurava assimilar a cultura dos “países civilizados”. Como corolário, toda manifestação cultural de raízes populares no centro da cidade seria entendida como uma ameaça ao padrão cultural europeu que se procurava impor. Desse modo, compreende-se a postura do cronista Bilac, defensor da Regeneração, que considerava criminosos os capoeiras, dissolutos os devotos de Nossa Senhora da Penha, irracionais e bárbaros os praticantes do entrudo e imoral e obsceno o maxixe.



# 12

## REGENERAÇÃO OU BOTA-ABAIXO? AS REFORMAS URBANAS SEGUNDO BILAC E LIMA BARRETO<sup>1</sup>

Olavo Bilac e Lima Barreto, grandes cronistas cariocas, foram contemporâneos e colaboraram em diversos periódicos. O autor de *Ironia e piedade* (1916) publicou nos principais jornais e revistas de seu tempo, enquanto o autor de *Bagatelas* (1923) pôde contar principalmente com periódicos de circulação restrita. Ambos, no entanto, viveram intensamente as reformas urbanas da Belle Époque, adotando posicionamentos muitas vezes divergentes.

Como já se demonstrou, Bilac utilizou seu talento de escritor e seu prestígio de cronista de jornais importantes como o matutino *Gazeta de Notícias*, o vespertino *A Notícia* e a revista ilustrada *Kosmos* para fazer intervenções oportunas e decisivas em prol da regeneração do Rio de Janeiro e dos homens que a promoveram.

Já Lima Barreto começou a colaborar mais intensamente em periódicos a partir da segunda década do século XX. A exemplo de Bilac, publicou suas crônicas em jornais importantes como *Correio da Noite* e *Gazeta da Tarde*, mas sua colaboração mais numerosa

---

1 Em sua primeira versão, este ensaio foi selecionado para compor o livro *Identities in Process: Studies in Comparative Literature* (2009), organizado por Eduardo de Faria Coutinho com trabalhos apresentados no decorrer do XVIII Congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada, realizado em 2007 no Rio de Janeiro.

foi dedicada a periódicos de crítica social e política como *Careta* e *ABC*. Quando publicou suas crônicas, as reformas de Pereira Passos estavam concluídas, mas não deixou de criticar algumas das principais obras do prefeito. Para Lima Barreto (2004, v.1, p.71), o Teatro Municipal, por exemplo, era simplesmente “inviável” por ser “grande e luxuoso”; não haveria “gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes”. O erro fatal da administração havia sido construí-lo “para o chefe de seção, o médico da higiene, o engenheiro da prefeitura, gente entre seiscentos mil-réis mensais e cento e pouco”. O povo propriamente dito fora esquecido. Lima Barreto considerava a Biblioteca Nacional um “palácio intimidador” para os “pobres-diabos” que dela faziam uso. Perguntava-se o cronista: “como é que o Estado quer que os malvestidos, os tristes, os que não têm livros caros [...] avancem por escadarias suntuosas...?” (ibidem, p.149).

Na segunda década do século XX, a picareta reformadora ainda continuava a modificar a face da cidade e Lima Barreto pôde pronunciar-se sobre demolições que estavam projetadas. Quando se decidiu pela demolição do convento da Ajuda, o cronista lembrou que Pereira Passos e Paulo de Frontim quiseram demoli-lo, mas recuaram diante da desapropriação vultosa que seria necessária. Declarou também estranhar que nem os “homens tidos por mais carranças, mais tradicionalistas”, nem os colaboradores de jornais dedicados a coisas históricas protestassem contra a iminente demolição. Lima Barreto colocou-se em defesa do convento contra os “estetas urbanos” que o julgavam feio e os “anticlericais”. Contra uns, alegou que os prédios suntuosos da avenida – o Teatro Municipal, o Club Militar, a “monstruosa” Biblioteca Nacional, a Escola de Belas-Artes – eram “bonitos de fato, mas um bonito de [seu] tempo, como o convento o foi dos meados do [...] século XVIII”. Contra os outros, denunciou que o “aspecto anticlerical” dos que queriam “um Rio-Paris barato ou Buenos Aires de tostão” escondia um “desejo de fazer da cidade um improvisado catita”. Para o cronista, não se poderia “compreender uma cidade sem esses marcos de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam a sua

história”; como morador do Rio de Janeiro, não poderia deixar de “querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos”. Talvez o que mais o irritava era o fato de que o convento seria posto abaixo para dar lugar a um *arranha-céu*, não a “um Louvre, um Palácio dos Doges”. Para o cronista, o arranha-céu, “com uma fachada de superfície imensa, de forma que não se pode abranger de um golpe de vista o conjunto e o movimento dos detalhes, não é só monstruoso, é besta e imbecil” (ibidem, p.98-9).

Lima Barreto chegou a chamar os arranha-céus de “cabeças de porco” (ibidem, p.278). Essa extensão do nome com que se designavam dos cortiços aos edifícios modernos representa uma curiosa apropriação de um conceito que informou o Bota-Abaixo, que se voltou preferencialmente contra os chamados “cabeças de porco”, vistos, pela elite, como focos de doenças e covis de criminosos. Paradoxalmente, o cronista empregou contra o absolutamente novo a designação depreciativa com que pretendia atingir o velho e decadente.

Em 1920, as propostas de obras grandiosas destinadas ao embelezamento da cidade e ao lazer da elite fizeram o cronista exclamar: “Tudo delira e nós estamos atacados de megalomania”. Os cariocas pensavam em “fachadas e ilusões cenográficas” enquanto persistiam problemas graves: “Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas” (idem, 2004, v.2, p.207). Incomodava ao cronista a proposta de arrasar os morros, pois, dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro não seria mais a mesma, perdendo suas características topográficas peculiares.

Na terceira década do século XX, quando as reformas e melhorias urbanas já se espalhavam por outras regiões, o cronista lamentava o abandono dos “arrabaldes e subúrbios” e a extensão da cidade sobre os areais de Copacabana, Leme, Vidigal etc., “terras combustas e estéreis e ainda por cima açoitadas pelos ventos e perseguidas [...] pelas fúrias do mar alto” (ibidem, p.130). Lima Barreto, que cursara a Politécnica por vários anos, não tinha dúvidas

sobre as motivações do processo: “não há erro, o que há é especulação, jogo de terrenos, que são comprados a baixo preço e os seus proprietários procuram valorizá-los num ápice de tempo, encaminhando para eles os melhoramentos municipais” (ibidem, p.131).

Ao verificar que uma rua importante do seu bairro estava abandonada, enquanto a prefeitura asfaltava os “areais desertos de Copacabana”, Lima Barreto concluía que a intenção do prefeito era dividir o Rio de Janeiro em duas cidades: “uma será europeia e a outra, indígena” (ibidem, p.294). Os dirigentes e a elite econômica da cidade preocupavam-se apenas com Botafogo e adjacências: “O resto do Rio não existe, mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra” (ibidem, p.397).

Lima fazia um diagnóstico certo sobre o alcance social das reformas e melhoramentos urbanos, que sistematicamente reservavam áreas inteiras para o usufruto exclusivo da elite, enquanto “desterravam” para os subúrbios e bairros distantes grandes contingentes populacionais. Olavo Bilac, que apoiou intransigentemente as reformas, considerava esse processo desejável porque aproximava o Rio de Janeiro dos padrões culturais europeus. Bilac via a cidade a partir do centro; Lima a contemplava a partir dos subúrbios. Essas diferentes perspectivas correspondiam a ideologias e posicionamentos políticos conflitantes, que se forjaram em uma cidade socialmente cindida, onde a violência encontraria terreno fértil para expandir-se.

# 13

## MUNDANISMO E PATRIOTISMO NA ORATÓRIA BILAQUIANA<sup>1</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, o poeta parnasiano Olavo Bilac adquiriu sólida reputação de conferencista. Deve-se, no entanto, distinguir em sua oratória duas fases absolutamente distintas quanto às motivações, ao público visado, aos objetivos almeçados e às consequências deles decorrentes.

No seu livro póstumo de memórias, intitulado *Quando eu era vivo...*, Medeiros e Albuquerque afirmou ter sido o responsável pela introdução no Rio de Janeiro das conferências literárias com cobrança de ingresso. Teria trazido essa ideia de viagem a Paris e conseguido envolver na iniciativa Bilac e Coelho Neto. Segundo seu depoimento, os três discursavam diante de um público heterogêneo, constituído principalmente de moças e senhoras da burguesia, mas também de profissionais liberais, estudantes e intelectuais. Por isso, sentiam os oradores “a necessidade de satisfazer principalmente à parte fútil, sem, entretanto, deixar de dar alguma satisfação à outra”, o que dava às conferências uma aparência de “bricabrequê” (Albuquerque, 1942, p.236).

Traído pela memória, Medeiros e Albuquerque localizou o início dessa atividade literária-mundana em 1906, ano em que de fato

---

1 Publicou-se primeira versão deste ensaio na *Revista USP* (v.97, abr. -maio 2013).

viajou à Europa (janeiro a março). Na verdade, a primeira conferência realizou-se no Instituto Nacional de Música em 12 de agosto de 1905 às quatro da tarde, quando Coelho Neto evocou as “grandes figuras femininas da Bíblia”.<sup>2</sup> Depois, em outras oportunidades, sempre aos sábados, pronunciaram-se Manuel Bonfim sobre “O ciúme”, o próprio Medeiros e Albuquerque sobre “O pé e a mão”, Alberto Nepomuceno sobre “A música do povo” e Bilac sobre “A tristeza dos poetas brasileiros”, “O riso” e “O Diabo” (B., 11 ago. 1905, p.2). Nuno Castelões era o empresário responsável pela organização dos eventos e pela venda dos ingressos na redação do vespertino *A Notícia*, no qual trabalhavam Bilac e Medeiros e Albuquerque. Na véspera da estreia, Bilac já respondia aos “narizes torcidos” que, segundo previa, questionariam a utilidade da iniciativa:

Em primeiro lugar, sempre se aprende qualquer coisa neste mundo, quando se possui uma alma curiosa; mas, ainda quando nada se aprenda ouvindo uma boa conferência, há este lucro, que não é pequeno: furta-se uma hora ao tédio, engana-se o Tempo, e abrem-se as asas ao Sonho, que é o grande consolador. (ibidem, p.2)

As conferências literárias do final da tarde surgiram no bojo de um processo de europeização do Rio de Janeiro, cuja área central era completamente reformada pelo prefeito Pereira Passos com o apoio do presidente Rodrigues Alves. Constituíam um sofisticado espetáculo mundano, que se prestava à convivência social da elite carioca, interessada em ostentar costumes “civilizados”. O casarão da Rua Luís de Camões tornou-se, assim, o sucedâneo carioca da *Université des Annales* (Broca, 1975, p.140). Para os intelectuais, o Instituto Nacional de Música oferecia-lhes a oportunidade de se apresentarem pessoalmente diante do público, aumentando assim o seu prestígio e a sua influência e, certamente, despertando interesse por suas obras publicadas e por publicar.

---

2 Sem cobrança de ingressos, Bilac pronunciou-se sobre *Dom Quixote* no Gabinete Português de Leitura em 12 de junho de 1905. Seria essa a real origem da ideia das conferências literárias?

Sucesso de público, as conferências logo foram alvo de críticas por sua superficialidade. Em crônica publicada em 15 de junho de 1906, Bilac defendeu-as, mas ao mesmo tempo revelou que eram planejadas para alcançar boa bilheteria:

Já é ocioso fazer o elogio das Conferências Literárias. O público aceitou-as, apreciou-as, e já não as dispensa. Apenas alguns discólos, que nunca estão contentes, e nunca sabem o que querem, gravemente declararam que essas palestras do Instituto pecam pela sua futilidade. Queriam talvez esses críticos que os preletores fossem para ali falar de coisas vertiginosamente profundas, escolhendo assuntos hermeticamente cabalísticos, como, por exemplo, “a psicologia dos habitantes das aldeias lacustres” ou “o amor nos *kjekkenmedingers* da velha Dinamarca”, ou ainda “a interpretação simbólica dos hieróglifos da pirâmide de Queóps”... Pois, sim! Às quatro horas da tarde ninguém tem necessidade de dormir, e não é para arranjar sono que o público vai às Conferências do Instituto! Entretanto, nada impede que esses descontentes ponham em prática a sua teoria, e organizem conferências soporíferas. O público escolherá entre a futilidade de umas e a gravidade de outras, – e não haverá conflito... (B., 15 jun. 1906, p.2)

Em julho de 1906, Bilac reuniria em volume as suas *Conferências literárias*, editadas pela revista *Kosmos*. Das seis, três haviam sido proferidas no Instituto Nacional de Música, a saber: “A tristeza dos poetas brasileiros” (19 ago. 1905), “O riso” (7 out. 1905) e “O diabo” (25 nov. 1905). Duas outras, “A beleza e a graça” e “O dinheiro”, seriam incorporadas somente a partir da segunda edição, que já não traria as datas das conferências<sup>3</sup> e seria bem mais modesta graficamente. Em suas preleções, que eram uma espécie de “glosa” do tema proposto, o poeta sempre encontrava pretextos para inserir a declamação de versos, pois tinha provavelmente consciência

---

3 A primeira edição informou datas erradas para as conferências “O diabo” e “O riso”.

de sua grande qualidade. Segundo Medeiros e Albuquerque (1942, p.235), Bilac possuía “uma voz muito bem timbrada” e “uma dicção encantadora”. Para ser agradável à sua plateia, o autor da *Via Láctea* contava às vezes uma oportuna anedota como a que serviu para demonstrar que a tristeza dos poetas era *cosa mentale*:

Um poeta estudante, boêmio, em fim de mês, no pobre quarto da *república* em que mora... Para iludir o estômago, que pede um almoço... impossível, esse poeta está escrevendo versos. Versos de amor, versos líricos, versos tristes, cheios de ais, cheios de suspiros, e cheios de tantas lágrimas, que, se elas fossem reais, o papel, o tinteiro, a mesa, o poeta ficariam nadando num vasto mar de pranto. De repente, batem à porta: é um carteiro. Uma carta registrada... É a mesada! É dinheiro! O estudante dá um salto, beija o vale postal, beija o carteiro, e põe-se a rodopiar pelo quarto, numa valsa infernal. Vai sair, vai almoçar, vai forrar da miséria o estômago... Mas lembra-se do soneto inacabado: e, apesar de estar alegre como um dia de sol, acaba o soneto no mesmo tom, com os mesmos ais, os mesmos suspiros, as mesmas lágrimas. (Bilac, 1912, p.41-2)

Sabia o orador que não havia nada melhor para obter uma boa disposição da plateia do que um cumprimento às senhoras, maioria esmagadora da audiência. Na conferência em que procurava comprovar a superioridade da graça sobre a beleza, dirigiu-se diretamente às suas ouvintes:

A verdadeira beleza, senhoras que me ouvís, é a vossa: é a graça; a graça de que o velho La Fontaine já dizia: “*et la grâce, plus belle encor que la beauté...*”; a graça, que zomba de todas as regras da dimensão e da proporção; a graça, que não tem idade, e não conhece leis; a graça, que transforma os defeitos em qualidades e as incorreções em perfeições. (ibidem, p.215)

Não houve, provavelmente, mulher madura ou mocinha feiosa que naquela tarde não saísse lisonjeada do Instituto Nacional de Música...

Em respeito ao seu auditório feminino, o orador evitava palavras grosseiras, chulas ou ofensivas. Por isso, a fim de comprovar, na mesma conferência, a relatividade do conceito de beleza, utilizou o exemplo da Vênus Hotentote, artista circence do século XVIII que em sua terra de origem, o sul da África, passava por modelo de beleza graças a “uma assombrosa hipertrofia de certa parte do corpo, – exagero monstruoso de um dos maiores encantos da Vênus Calipígia” (ibidem, p.209). Naquele tempo, em que o conhecimento da Antiguidade Clássica era muito difundido, talvez não houvesse mulher da elite que ignorasse de que encantos se tratava. Se houvesse, seria melhor ainda, pois então se criava certa cumplicidade um tanto marota entre o orador e os homens presentes.

O pudor ou decoro impositivos poderiam também proporcionar ocasião para determinados efeitos humorísticos. Na conferência sobre “O dinheiro”, o poeta, para condenar a falta de escrúpulos no âmbito financeiro, evocou a paradigmática “opinião do imperador Vespasiano”, que certamente era do conhecimento da maioria de seus ouvintes. Reconhecendo, logo de início, que a anedota era “difícil de contar”, criava expectativa no público quanto à solução que encontraria para não ofender ouvidos mais suscetíveis. Depois de explicar que Vespasiano criara novos impostos para equilibrar as combalidas finanças do Império Romano, deixadas em estado lastimável por Vitélio, seu antecessor, Bilac abordou enfim a delicada questão:

Ora, entre os impostos novos, criados pelo novo imperador, figurava um que era cobrado... como direi? Sobre a utilização desses *chalets* plantados de espaço a espaço nas vias públicas, e onde os transeuntes se despojavam dos excessos da sua nutrição. A plebe romana, irreverente como todas as plebes, ria à farta, comentando a origem mal cheirosa daquela renda. Mas o imperador, sempre que os cortesãos lhe contavam as murmurações maliciosas do povo, tirava do bolso uma moeda de ouro, dava-a a cheirar aos conselheiros, e dizia, rindo: “Como vedes, o dinheiro não tem cheiro...” (ibidem, p.259)

Com boa dicção e certas pitadas de erudição e bom-humor, Bilac consagrou-se como orador. Segundo relatos dos jornais, a conferência sobre “A tristeza dos poetas brasileiros” foi constantemente interrompida por aplausos e, no encerramento, “a sala sonora do Instituto reboou de aclamações” por cinco minutos (Conferências..., 20 ago. 1905, p.5-6). Quando se pronunciou sobre “O riso”, Bilac foi honrado com uma “concorrência extraordinária”: “Nunca se viu tanta gente. Um quarto de hora antes, as senhoras que estavam nos corredores foram convidadas a ocupar o estrado do órgão, porque não havia mais lugar. Estava tudo repleto” (idem, 8 out. 1905, p.5). A conferência sobre “O diabo” foi considerada “fecho magnífico” da primeira série de conferências (idem, 26 nov. 1905, p.1) pela receptividade e pelas entusiásticas reações do público majoritariamente feminino:

Todos esperavam aquela enchente, aquela concorrência de senhoras, aquela sala encantadora: mas ninguém pensou que houvesse tanta, e tanta gente. O Instituto nunca apanhou uma enchente tão grande. Não era só o coro cheio: eram o estrado, as cadeiras do órgão, as portas. E senhoras, sempre senhoras, uma sala deliciosa e perfumada. Quando o orador apareceu, uma salva de palmas reboou.

.....  
Os aplausos foram prolongados. Bilac, ao sentar-se à mesa, viu-a toda florida de cravos vermelhos, e, apesar do calor, todas aquelas formosas senhoras ficaram no peristilo, à espera do orador, para mais uma vez aclamar o *charmeur* que nesta estação três vezes as tinha encantado com os seus períodos de ouro... (ibidem, p.1)

Com seu sucesso, Bilac produziu muitos êmulos – tantos que a moda das conferências tornar-se-ia, segundo o insuspeito Medeiros e Albuquerque (1942, p.235), “uma epidemia insuportável”. Em setembro de 1907, o próprio poeta das *Panópias* zombava na revista *Kosmos* da epidemia oratória:

A princípio, havia apenas conferências, às quais, apesar da presença do infalível copo de água colocado sobre a mesa, poderíamos chamar conferências a “seco”; havia apenas a prosa do conferente, sem música ou outro qualquer apêndice ou ornato. Mas, como a variedade deleita, os oradores começaram a introduzir variantes e novidades na moda. Tivemos conferência com música, conferências com música e canto, conferências com dança, conferências com projeções de lanterna mágica, conferências com ilustrações a crayon. E parecia que nenhuma outra novidade poderia ser inventada, quando se espalhou uma comovedora notícia: o Sr. X. ia fazer uma conferência em verso, uma conferência toda em verso, toda ritmada e toda rimada do princípio ao fim, sem uma linha de prosa! (Bilac apud Dimas, 2006, v.2, p.387)

Apesar de ironizar a proliferação das conferências, Bilac continuou a pronunciá-las, inclusive fora do Instituto Nacional de Música. Os convites, que se sucediam, davam a medida de sua reputação como orador. Foi, por exemplo, a São Paulo tratar da “Esperança” no Salão Steinway em 26 de outubro de 1905 e no Rio de Janeiro discursou sobre “O comércio e a civilização” para os membros da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Porém, o convite mais honroso partiu de autoridades governamentais que o escalaram para discursar em 14 de julho de 1909<sup>4</sup> na inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a obra mais suntuosa e mais imponente das reformas urbanas iniciadas em 1902, verdadeiro monumento da então chamada “Regeneração”.

Diante de Nilo Peçanha, presidente da República, e de parte representativa da elite brasileira, Bilac comparou-se ao obscuro ator que, antes dos espetáculos, na Grécia Antiga, vinha ao palco enunciar o prólogo, uma vez que depois dele, o público apreciaria discurso de Coelho Neto e números musicais de Carlos Gomes, Francisco Braga e Delgado de Carvalho. Tratou então rapidamente da origem e do desenvolvimento da arte dramática para demonstrar

---

4 Essa data foi certamente escolhida por sua significação republicana.

que a história da humanidade era inseparável da história do teatro e acrescentar que “nunca o teatro ficou abandonado dos homens, sem que esse menosprezo traduzisse um desfalecimento do gênio deles, um eclipse da sua razão, uma suspensão do seu progresso” (Bilac, 1912, p.306). Fez ainda breve parêntese para aludir ao teatro brasileiro, que com raízes no teatro vicentino iniciou-se com os autos jesuítas, passou pelas comédias de Antônio José da Silva, o Judeu, encorpou com o drama e a comédia românticos e floresceu com a dramaturgia de seu tempo. Ao mencionar o teatro coetâneo, encontrou ocasião para homenagear Artur Azevedo, externando a opinião de que, se não houvesse falecido no ano anterior, o autor de *O tribofe* estaria certamente em seu lugar em atenção ao amor e ao trabalho por ele dedicados ao teatro como autor e como crítico de espetáculos por décadas e, principalmente, em reconhecimento pela longa e incansável campanha desenvolvida nos jornais pela construção de uma sala de teatro digna do Rio de Janeiro (v. Neves; Levin, 2009). Bilac julgou também oportuno mencionar o autor do projeto do Teatro, Francisco de Oliveira Passos – filho do prefeito Pereira Passos, principal condutor das reformas urbanas do Rio de Janeiro –, que com os outros artistas responsáveis por pinturas e esculturas, *não nomeados*,<sup>5</sup> criou um “monumento emblemático” da arte brasileira digno de ser comparado com os “melhores do mundo” (Bilac, 1912, p.308). Decidiu ainda responder aos que, naquele tempo, criticavam os elevados custos de um teatro suntuoso dizendo que “a cidade quis ter o templo antes de ter a religião”, uma vez que as instalações somente poderiam ser plenamente aproveitadas por companhias estrangeiras: “A religião existe, e esperava o seu templo; e nunca é demasiado o fausto, nem condenável a suntuosidade, quando se quer alojar dignamente o espírito e a cultura de um país” (ibidem, p.309). Lembrou, enfim, a contribuição do teatro para o estreitamento e o cultivo das relações sociais, constituindo-se fator de desenvolvimento da civilização, como já ocorrera em Atenas:

---

5 Sabe-se tratar-se de Rodolfo Bernardelli, Eliseu Visconti, Rodolfo Amoedo e Henrique Bernardelli.

[...] era [...] no teatro que os espíritos repousavam e se congoçavam, adquirindo e esmerando esse hábito de convivência, esse capricho de tolerância mútua, esse polimento de costumes e de maneiras, sem os quais não pode haver nas sociedades a ordem e a harmonia em que se fundam, no estado civilizado, a alegria de viver e o prazer de trabalhar. (ibidem, p.310-1)

No final de 1909, Bilac proferiria a conferência “Instrução e patriotismo” para os formandos do Ginásio Granbery, de Juiz de Fora. Fez o que se esperava de um paraninfo: elogiou o moderno sistema de educação do estabelecimento, inspirado em modelos norte-americanos, aludiu à “alegria inocente e repousada” (ibidem, p.319) dos anos que os alunos viveram no ginásio, descreveu sumariamente a educação oferecida, a mais proveitosa para a formação do homem, com rudimentos científicos e sólida cultura humanística, e exortou seus jovens ouvintes a serem gratos à sua *alma-mater*: “Lembraí-vos sempre desta casa. Lá fora o vosso espírito vai dar as suas flores e os seus frutos; mas aqui hauriu ele a seiva que lhe alimentou as raízes e o tronco; aqui desabrocharam ao sol as suas primeiras folhagens” (ibidem, p.327). Na opinião do poeta, o fim da educação seria preparar não “eruditos frios”, mas sim “homens de pensamento e ação” que pudessem corresponder às necessidades de “um país novo” como o Brasil, onde quase tudo estava “por fazer” (ibidem, p.320). Para bem servir ao seu jovem país, os formandos teriam forjado na escola outra arma fundamental: o patriotismo, que, no entanto, devia ser bem compreendido. Não se tratava do orgulho nacional megalomaniaco – matriz do “estreito espírito de bairrismo” (ibidem, p.328) e da xenofobia – que, confiado nas riquezas naturais, impedia que se enfrentassem os grandes desafios: ocupar e explorar o território, desenvolver as áreas já povoadas, investir maciçamente na educação, combatendo principalmente o analfabetismo, pois a instrução primária deveria ser o grande instrumento para a plena assimilação dos imigrantes europeus. Não seria também o pessimismo, no qual “tudo é anulação da consciência e da vontade, tudo é degradação moral”

(ibidem, p.336). Bilac definiu para seus jovens ouvintes o “verdadeiro” patriotismo:

É [...] um amor elevado e austero, que reconhece os defeitos da pátria, – não para amaldiçoá-los ou para rir deles, mas para perdôá-los, estudá-los e corrigi-los; é um amor que se enraiza mais no meio moral do que no meio físico, e vai procurar sua seiva nutritiva no âmago longínquo do passado, no sacrossanto húmus das origens da raça, da língua, da história, e no padecimento obscuro, apagado, anônimo das gerações que antes da nossa viveram, suaram e penaram na terra que servimos e adoramos! (ibidem, p.339-40)

O poeta encerrou o discurso conclamando os formandos para o trabalho constante em prol do país e de sua gente, o qual traria felicidade mesmo sem reconhecimento ou recompensas materiais: “O que constitui a nossa felicidade não é a recompensa do bem que fazemos: é esse próprio bem que fazemos: é esse próprio bem que fica feito” (ibidem, p.341).

A despeito do seu compreensível caráter edificante, essa oração de paraninfo já denunciava as preocupações que passavam então a ocupar o espírito do intelectual Olavo Bilac. Testemunhando a resolução de velhos problemas da sua amada cidade do Rio de Janeiro, tais como a febre amarela, o abastecimento de água e a precariedade do sistema de transporte, o poeta tornava-se consciente de questões nacionais mais sérias em um momento de franca expansão do imperialismo europeu, que logo daria origem ao primeiro grande conflito militar de dimensões mundiais. Na última crônica que escreveu para *A Notícia* em 12 de novembro de 1908, Bilac já se mostrava aliviado com o fato de que estava afastada a ameaça de uma guerra entre as potências europeias pela posse de Casablanca, disputada por Espanha e França, mas, ao mesmo tempo, revelava sua apreensão com a defesa nacional:

A briga se não está evitada, está adiada, – e adiada para um tempo ainda muito remoto. As grandes potências da Europa ainda

não sentem a ingente necessidade de devorar-se mutuamente, porque ainda encontram pela vasta face da terra muita caça pequena com que saciem a fome, – e, com jeito, esse pasto abundante pode ser repartido de modo a satisfazer todos os apetites. (B., 12 nov. 1908, p.2)

O Brasil era, evidentemente, parte dessa “caça pequena” à mercê do apetite europeu. Por isso, as preocupações do paraninfo de Juiz de Fora com o desconhecimento das riquezas nacionais, a falta de ocupação do território, o precário desenvolvimento econômico das regiões já povoadas, o analfabetismo generalizado e a massa de imigrantes europeus que ocupava parcelas do país e se mantinha em isolamento eram absolutamente sinceras e representavam o temor de que o país viesse a perder sua soberania por meio de uma invasão militar ou da insidiosa ocupação de imigrantes que se mantinham em isolamento. Para enfrentar estes perigos propunha, de um lado, a universalização do ensino primário público, gratuito e de qualidade e, de outro, apoiava o serviço militar obrigatório, protestando apenas contra a injustiça de para ele se sorteariam apenas pobres e desvalidos. Em sua opinião, todos, indistintamente, deveriam sujeitar-se ao sorteio (v. B., 4 jan. 1904, p.2, e B., 25 nov. 1907, p.2).

Prenunciada em Juiz de Fora no ano de 1909, uma nova fase do orador Bilac iniciar-se-ia concretamente em 9 de outubro de 1915 com um discurso aos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. Como informa Raimundo Magalhães Jr., criterioso biógrafo do poeta, a lei do serviço militar obrigatório, mediante sorteio, fora aprovada às pressas em 1907 para que não enfrentasse a valorosa e incansável oposição de Rui Barbosa, que sendo vice-presidente do Senado se encontrava naquela oportunidade em Haia, representando com brilho o Brasil na Segunda Conferência da Paz. Os presidentes Afonso Pena e Nilo Peçanha não a fizeram cumprir e Hermes da Fonseca, que a defendera com afinco quando ministro da Guerra (1906-1909), não encontrou condições favoráveis para sua execução ao ocupar a Presidência da República (1910-1914). Seu sucessor, Venceslau Brás, não pretendia implementar lei de

caráter tão impopular. Ocorreu então ao ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, angariar apoio ao serviço militar obrigatório mediante intensa mobilização da opinião pública. Para essa missão, seria necessário encontrar um orador eloquente que gozasse de prestígio e credibilidade. O primeiro a ser convidado foi o jornalista, professor de Direito e parlamentar Gilberto Amado, que recusou. E assim, por sugestão de Gregório da Fonseca, que assessorava o ministro da Guerra, fez-se então o convite a Bilac, que já adquirira sólida reputação de orador no Rio de Janeiro. O lançamento da campanha ocorreria no dia 9 de outubro de 1915 em São Paulo, que fora no biênio 1909-1910 centro de difusão da campanha civilista em prol da candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República e contra a eleição do já citado marechal Hermes da Fonseca (Magalhães Jr., 1974, p.364-5), antigo defensor do alistamento obrigatório.

Não poderia ter sido melhor a escolha, pois Bilac participou da reta final das campanhas pela Abolição e pela República, fizera aguerrida oposição à ditadura do marechal Floriano Peixoto<sup>6</sup> sofrendo prisões e exílio, apoiara os primeiros presidentes civis (e paulistas), defendera intransigentemente as reformas urbanas do Rio de Janeiro promovidas durante a presidência de Rodrigues Alves, nascido em Guaratinguetá, condenara enfaticamente a Revolta da Vacina (1904) e prestara serviços ao poderoso barão do Rio Branco, estadista cuja memória cultuava. Além disso, já fora, por breve período (1887-1888), aluno da Faculdade.

Após ser saudado pelo diretor e dois alunos da instituição, o poeta alertou para o problema que o inquietava e que provavelmente

---

6 Discursando em 6 de novembro de 1915 para representantes do Exército, que o homenageavam com banquete no Club Militar, Bilac (1924, p.131) julgou oportuno justificar-lhes sua dissidência: "Se alguma vez diminuiu a minha admiração, se de algum modo me afastei de vós, foi porque, com tristeza, vi alguns de vós, arredados do nobre terreno e da augusta missão em que sempre deveis honrar-vos e honrar o Brasil, preferirem ao rude e magnífico sacrifício da vida militar o fácil e grosseiro proveito do mando partidário e da pequena política das facções e das intrigas".

não era percebido pelos estudantes, muito jovens e moradores de uma “rica metrópole”: “O que me amedronta é a míngua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse; sem desinteresse, não há coesão; sem coesão, não há pátria”. Sem “ideal”, as classes cultas padeciam de “arrivismo” egoísta: “cada um quer gozar e viver sozinho, e crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa, seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos”. As consequências desse comportamento seriam deletérias para a sociedade: “a comunhão desfaz-se, e transforma-se em acampamento bárbaro e mercenário, governado pelo conflito das cobiças individuais”. Dos políticos não vinha solução, pois ou participavam do “regabofe generalizado” ou se satisfaziam “com a passiva e ridícula vaidade do mando fictício” (Bilac, 1924, p.118). Das camadas populares, nada se podia esperar, já que jaziam “na mais bruta ignorância”, sem ensino profissionalizante e sem instrução primária. De responsabilidade dos governos locais, o ensino primário transformava-se em “uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos da maroteira política”. Sem políticas eficazes, o país era silenciosamente ocupado por imigrantes estrangeiros, que aqui conservavam “a sua língua e os seus costumes” (ibidem, p.119). Relembrou Bilac que a lei do sorteio militar, aprovada anos antes, pareceu-lhe então “o único providencial remédio para o nosso definhamento”. Como ainda a defendia, sentiu necessidade de explicar-se:

Nunca fui, não sou, nunca serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio de combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. (ibidem, p.120)

O poeta considerava o serviço militar uma compensação às omissões do Estado por oferecer aos cidadãos mais humildes uma possibilidade de integração à sociedade, malgrado seu caráter evidentemente coercitivo:

Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de “abc” e do banho, – animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. (ibidem, p.120)

Depois de tão enfática defesa do serviço militar, transformado em panaceia capaz de resolver vários problemas do país, vinha a calhar, na cidade em que a campanha civilista fora muito forte, uma crítica a Hermes da Fonseca, propugnador da lei do sorteio, que “no dia em que subiu ao supremo poder foi o primeiro a esquecer a sua criação, deixando-a morta no berço”. O poeta também fez menção ao seu agitado quatriênio presidencial “de lutas estéreis e de politicagem sem moral” (ibidem, p.121). Por fim, conclamou os estudantes a aderirem à campanha:

Desta velha casa, de entre estes sagrados muros, que esplendem de tradições venerandas, deste quase secular viveiro de tribunos e de poetas, daqui saíram, em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, que foram coroadas pela vitória da Abolição e da República. Estruja de novo a casa! estremeçam de novo os muros! e de novo palpite e ressoe o aviário canoro, cheio de hinos de combate e de gorgeios de bondade! Inaugurai, moços de São Paulo, a nova campanha! (ibidem, p.121-2)

O tempo das amenidades, da erudição, dos galanteios e do bom humor havia passado: chegava ao fim a Belle Époque. Tratava-se então de fazer, segundo a retórica da *franqueza* e da *sinceridade*, em linguagem simples e convincente, um diagnóstico das mazelas do país, ameaçado de desintegração por falta de coesão política

e cultural e por omissão do Estado, e de propor soluções emergenciais que pudessem ser empregadas em todo o território nacional.<sup>7</sup>

Dias depois, o poeta levaria sua palavra entusiasmada para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, nos anos seguintes, percorreria o país em cruzada cívica. Visitou, entre outras cidades, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Em 1916, fundou no Rio de Janeiro com Miguel Calmon e Pedro Lessa a Liga de Defesa Nacional, entidade civil que seguiria atuando politicamente até a década de 1930. Com o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães em 1917, cresceram as apreensões com a segurança do Brasil e as pressões para que o Brasil deixasse a neutralidade e se aliasse a Estados Unidos, Inglaterra e França. Nessa ocasião, muitos intelectuais proferiram discursos em favor dessa aliança.<sup>8</sup>

A campanha de Olavo Bilac enfrentou resistências e críticas que o poeta rebateu com denodo em entrevistas (Magalhães Jr., 1974, p.367-82). O deputado Maurício de Lacerda chegou a acusá-lo de viver “à custa das verbas secretas” e de defender, a soldo, os interesses do Exército. Nota publicada no *Diário Oficial* negou que houvesse apoio financeiro a Bilac e assegurou que o Ministério da Guerra não destinara “nenhuma quantia, direta ou indiretamente,

---

7 Foi muito positiva a reação ao discurso por parte do principal jornal paulista: “Falando aos moços, na Faculdade de Direito, Olavo Bilac disse sábias e nobres palavras, cheias de fé e de civismo, numa oração magistral. Podia endereçá-las o ilustre poeta não só aos jovens, mas a todos os brasileiros. No seu apelo eloquentíssimo, que deverá ecoar pelo Brasil inteiro, o poeta e o patriota se aliam numa clara visão do nosso presente e num esplêndido sonho do nosso futuro, indicando ao estadista, de que carecemos, o reto, largo e luminoso caminho da regeneração nacional. / Se grande é o poeta, maior ele nos parece ainda quando vibra todas as cordas do seu temperamento privilegiado, num esto magnífico pela Pátria, por esta pátria [sic] imensa e bela, mas abandonada e esquecida...” (Notas..., 10 out. 1915, p.4).

8 Sobre as manifestações públicas de intelectuais no período da I Guerra, assim se pronunciou Brito Broca (1975, p.270): “Era um desencadear amplo, largo e irrefreável de oratória, não só em conferências, como também nos discursos que se multiplicavam em sessões solenes, comemorações, benefícios etc. Todo o fluxo de uma vasta literatura oral de circunstância, que passaria com a guerra, quase sem deixar vestígios”.

para auxiliá-lo na campanha em favor do serviço militar” (apud ibidem, p.399). Apesar dessas críticas, o poeta ficou de tal forma associado à causa do serviço militar obrigatório que, em 1939, Getúlio Vargas escolheu a data de seu aniversário para a comemoração do Dia do Reservista.

A despeito de haver combatido o militarismo de Floriano Peixoto e de haver sido por seu governo perseguido, Bilac tornou-se um escritor estigmatizado por sua ulterior ligação com os militares, o que provavelmente afetou a difusão e recepção de sua obra após o Golpe de 1964 (v. Carpeaux, 1965, p.10-1).

Na oratória bilaquiana, diferenciam-se, portanto, as *amenas conferências mundanas* do Instituto Nacional de Música e de outros salões distintos, as quais se prestavam a aproximar o escritor de seu público virtual e a consolidar seu prestígio literário pela exposição de sua elegante figura e de suas refinadas qualidades de orador, dos *inflamados discursos patrióticos* em prol do serviço militar obrigatório, produzidos em circunstâncias históricas muito peculiares, que acentuaram o nacionalismo e o empenho político-social do escritor, já anteriormente revelados em sua obra jornalística e didática.

## REFERÊNCIAS

- A. [inicial de Artur Azevedo] Crônica fluminense. *O Álbum*, Rio de Janeiro, n.26, p.201, jul. 1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica fluminense. *O Álbum*, Rio de Janeiro, n.35, p.274, ago. 1893.
- A JOGATINA. *O País*, Rio de Janeiro, p.1, 7. col., 2 abr. 1895.
- A PARTIDA, ontem, de nosso querido companheiro... *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.1, 4. col., 11 abr. 1904.
- ALBUQUERQUE, J. J. M. e. *Quando eu era vivo...* Memórias (1867-1934). Porto Alegre: Globo, 1942.
- ARINOS, A. *Ideia e tempo: crônica e crítica*. São Paulo: Cultura Moderna, 1939.
- ARRIGUCCI JR., D. Fragmentos sobre a crônica. In: \_\_\_\_\_. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.51-66.
- ASTAROTH [pseudônimo de Olavo Bilac]. O carrilhão da Bruxa. *A Bruxa*. Rio de Janeiro, n.14, p.7, 8 maio 1896.
- AUERBACH, E. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Estudos, 2).
- B. [inicial de Olavo Bilac] A data. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 27 jun.1899.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 17 abr. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 9 abr. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 1. jun. 1904.

- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 10 ago. 1906.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 10 jan. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 10 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 11 ago. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 11 nov. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 12 mar. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 12 nov. 1908.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 13 jun. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 16 ago. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 17 abr. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 17 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 18 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 19 ago. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 19 dez. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 20 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 20 mar. 1902.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 21 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 25 nov. 1907.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 26 ago. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 27 jun. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 27 jul. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 27 out. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 29 nov. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 29 set. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 3 fev. 1902.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 30 set. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 31 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 4 ago. 1906.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 4 dez. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 4 fev. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 4 jan. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 5 abr. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 5 fev. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 5 jul. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 6 fev. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 6 jul. 1904.

- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 6 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 7 set. 1900.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 9 abr. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1.-2. col., 13 nov. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 2. col., 1. nov. 1906.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 2. col., 11 fev. 1903.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 2. col., 15 jun. 1906.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 3. col., 20 jan. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 5. col., 9 maio 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 6. col., 15 nov. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 26 fev. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 9 abr. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, p.2, 1.-2. col., 13 nov. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, p.2, 6. col., 15 nov. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 13 fev. 1907.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 22 nov. 1902.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 28 set. 1905.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 29 abr. 1908.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 4 fev. 1901.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 6 out. 1900.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 7 out. 1901.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 8 jul. 1901.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 9 fev. 1904.
- \_\_\_\_\_. Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, p.2, 3. col., 17 ago. 1906.
- B., O. [iniciais de Olavo Bilac] Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.2-3, 7 fev. 1896.
- \_\_\_\_\_. Dona Inês de Castro quitandeira. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, rodapé, 17 ago. 1898.
- \_\_\_\_\_. Os sete dias. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1.-2. col., 26 mar. 1893.
- \_\_\_\_\_. Os sete dias. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1.-2. col., 26 fev. 1893.
- \_\_\_\_\_. Os sete dias. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1.-2. col., 17 abr. 1893.
- \_\_\_\_\_. Os sete dias santos. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1.-2. col., 1. e 2 abr. 1893.
- \_\_\_\_\_. Os sete dias vermelhos. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1.-2. col., 5 mar. 1893.

- BARRETO, A. H. de Lima. *Toda crônica*. Org. de Rachel Valença. Apresentação e notas de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2v.
- BENJAMIN, W. *Parigi, capitale del XIX secolo*. I “passages” di Parigi. Torino: Giulio Einaudi, 1986.
- BILAC, O. A nova capital. *Opinião Mineira*, Ouro Preto, p.2, 3. col., 1. fev. 1894.
- \_\_\_\_\_. Carta a Bernardo de Oliveira. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v.39, n.129, p.244-7, jun.1932.
- \_\_\_\_\_. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 4. col., 10 ago. 1893.
- \_\_\_\_\_. *Conferências literárias*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1912.
- \_\_\_\_\_. Crônica livre. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 fev. 1894.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.10, p.2, 10 abr. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.2, p.2, 14 fev. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.41, p.2, 20 nov. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 1. col., 3 jul. 1898.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 4 dez. 1898.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 29 jan. 1899.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 13 jan. 1901.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 14 mar. 1897.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 4 dez. 1898.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 29 jan. 1899.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 25 jul. 1897.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 7. col., 21 jun. 1903.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 8. col., 19 jul. 1903.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 8. col., 7 fev. 1904.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 2 ago. 1903.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 14 mar. 1897.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 16 jan. 1898.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 25 jul. 1897.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.1, 8. col., 2 ago. 1903.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 8. col., 7 fev. 1904.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.1, 1. col., 29 mar. 1903.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 8. col., 19 jul. 1903.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 7. col., 11 nov. 1904.
- \_\_\_\_\_. *Jornal da Europa*. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 3. col., 29 nov. 1890.
- \_\_\_\_\_. *Jornal da Europa*. *À espera do inverno*. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 4. col., 10 out. 1890.

- \_\_\_\_\_. Jornal da Europa. De Lisboa a Paris – I. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1. col., 12 set. 1890.
- \_\_\_\_\_. Jornal da Europa. De Lisboa a Paris – III. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1. col., 15 set. 1890.
- \_\_\_\_\_. Jornal da Europa. Em Paris. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1. col., 16 set. 1890.
- \_\_\_\_\_. Jornal da Europa. Londres. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 25 nov. 1890.
- \_\_\_\_\_. *Obra reunida*. Org. e int. de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Poesias*. Org. e pref. de Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Primavera. *Opinião Mineira*, Ouro Preto, p.2, 2.-3. col., 7 jan.1894.
- \_\_\_\_\_. Tédio. *Opinião Mineira*, Ouro Preto, p.1, 3.-4. col., 1. fev. 1894.
- \_\_\_\_\_. Últimas conferências e discursos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.
- \_\_\_\_\_. Últimas conferências e discursos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.
- \_\_\_\_\_. Uma campanha. *Opinião Mineira*, Ouro Preto, p.1, 3.-5. col., 3 jan.1894.
- \_\_\_\_\_. Uma liteira. *Opinião Mineira*, Ouro Preto, p.2, 1.-2. col., 7 jan.1894.
- \_\_\_\_\_.; AZEREDO, C. M. de. *Sanatorium*. São Paulo: Clube do Livro, 1977.
- \_\_\_\_\_.; BONFIM, M. *Através do Brasil*. Prática da Língua Portuguesa. Livro de leitura para o curso médio das escolas primárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1901.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Prática da Língua Portuguesa*. Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias. Rio de Janeiro: Laemmert, 1899.
- \_\_\_\_\_.; COELHO NETO, H. M. *Contos pátrios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1894.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *A pátria brasileira*. Educação moral e cívica – para alunos de escolas primárias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Teatro infantil*. Comédias e monólogos em prosa e verso. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *A terra fluminense*. Educação cívica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

- \_\_\_\_\_.; PASSOS, G. *Tratado de versificação: a poesia no Brasil, a métrica, gêneros literários*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_.; BANDEIRA JR. *Guide des États Unis du Brésil; système Boedecker*. Trad. de Roberto Gomes. Rio de Janeiro: Bilac, Passos & Bandeira, 1904.
- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.137-66.
- BOOTH, W. *A Rhetoric of Irony*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.
- BRETAS, M. L. Policiar a cidade republicana. *Revista OAB-RJ*. Rio de Janeiro, v.22, p.47-60, jul. 1985.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. p.140.
- \_\_\_\_\_. *Naturalistas, parnasianos e decadistas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
- BUENO, A. Introdução geral. In: BILAC, O. *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p.13-83.
- CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: \_\_\_\_\_ et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: LAJOLO, M. *Usos e abusos da literatura na Escola*. Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982. p.9-12.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: CARA, S. de A. *A recepção crítica (o momento parnasiano-simbolista no Brasil)*. São Paulo: Ática, 1983. p.I-X.
- CARONE, E. *A República Velha – II (Evolução Política)*. 4.ed. São Paulo: Difel, 1983.
- CARPEAUX, O. M. A volta de Bilac. *Leitura*, Rio de Janeiro, v.94/95, p.10-1, maio-jun. 1965.
- CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CASTRO, E. de. *Horas*. Coimbra: Manuel de Almeida Cabral, 1891.
- CAVALCANTE, B. de O. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.95-103, set.-dez. 1985.
- CONFERÊNCIAS literárias. *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.1, 6. col., 26 nov. 1905.

- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.5, 8. col., p.6, 1. col., 20 ago. 1905.
- \_\_\_\_\_. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.5, 7-8. col., 8 out. 1905.
- \_\_\_\_\_. O diabo. Olavo Bilac. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 5.-6. col., 26 nov. 1905.
- COUTINHO, A. Ensaio e crônica. In: \_\_\_\_\_. (Dir.); COUTINHO, E. de F. *A Literatura no Brasil*. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 1997. v.6, p.117-43.
- DAMATTA, R.; SOÁREZ, E. Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- DIMAS, A. Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo? *Littera: Revista para Professor de Português e de Literatura de Língua Portuguesa*, São Paulo, v.12, p.46-51, set.-dez. 1974.
- \_\_\_\_\_. *Tempos eufóricos*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. Arinos, mestre de Bilac. I Seminário Internacional de História da Literatura, 1995, Porto Alegre. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS: Anais...* Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Artes, PUCRS, v.3, n.1, abr. 1997. p.61-7.
- \_\_\_\_\_. *Bilac, o jornalista*. São Paulo, 2000. 5v. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 3v.
- ELTON [Santos Zamprogno], E. *Amélia de Oliveira (1868-1945)*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O noivado de Bilac* (Com a correspondência inédita do poeta à sua noiva, D. Amélia de Oliveira). Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.
- FANTASIO [pseudônimo de Olavo Bilac]. Cleópatra (ode moderna). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.1, 6. col., 5 maio 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.16, p.2, 22 maio 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.22, p.2, 3 jul. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.26, p.2, 31 jul. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.41, p.2, 20 nov. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.45, p.2, 18 dez. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.49, p.2, jan. 1897.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 4. col., 10 fev. 1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.2, 1. col., 27 fev. 1893.

- \_\_\_\_\_. Crônica. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 2.-3. col., 22 maio 1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 1.-2. col., 16 jun.1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica. A espada de Breno. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 2.-3. col., 27 jun.1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica. A propósito do Tartufo. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 2.-3. col., 15 jun.1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica. As urnas e o Missionário. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.2, 1.-2. col., 8 jun.1893.
- \_\_\_\_\_. Crônica. Tradução inédita do Hamlet. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, p.1, 2.-3. col., 23 jun.1893.
- \_\_\_\_\_. Drummondologia. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 4. col., 30 mar. 1895.
- \_\_\_\_\_. Um poema. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 6. col., 5 abr. 1895.
- FIGUEIREDO, J. de. Traços para uma apologia de Bilac. In: COUTINHO, A. (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: INL, Pallas, 1980. p.889-900.
- FLAMÍNIO. Crônica. A *Notícia*, Rio de Janeiro, p.2, rodapé, 11 maio 1898.
- GAMA E MELO, V. da. *O alexandrino Olavo Bilac*. João Pessoa: Departamento Cultural da Universidade Federal da Paraíba, 1965.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.2416.
- HURET, J. *Enquête sur l'évolution littéraire*. Paris: Charpentier, 1891.
- HUTCHEON, L. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de arte do século XX*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- JÁ TARDAVA. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 5. col., 18 mar. 1895.
- JARDIM Zoológico. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 7. col., 21 mar. 1895.
- JORGE, F. *Vida e poesia de Olavo Bilac*. 4.ed. rev. e aum. Introdução de Menotti del Picchia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. (Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros, 20).
- KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.347-70.
- LACERDA, J. M. de. *Pequena história do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, s. d. Obra ampliada por Olavo Bilac.
- LAJOLO, M. *Usos e abusos da literatura na escola*. Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

- LIMA, A. A.. Olavo Bilac. In: \_\_\_\_\_. *Primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Agir, 1948. p.81-92. (Obras Completas, 1)
- \_\_\_\_\_. *Olavo Bilac: Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1957. (Nossos Clássicos, 2).
- LÚCIFER. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.55, p.2, 26 fev. 1897.
- LULU SÊNIOR. [pseudônimo de Ferreira de Araújo] Às quintas. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, rodapé, 4 abr. 1895.
- LUSO, J. [pseudônimo de Armando Erse de Figueiredo] Typos e symbolos. O Sr. Y. In: DIMAS, A. *Tempos eufóricos*. São Paulo: Ática, 1983. p.286-8.
- MACEDO, J. M. de. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. Obra revista e atualizada por Olavo Bilac. Rio de Janeiro: Garnier, 1918.
- MAGALHÃES JR., R. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana, 1974.
- MAURÍCIO, A. Algumas palavras sobre Olavo Bilac. O grande amor que iluminou a vida do poeta. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, Suplemento, p.2, 1.-2. col., 2 fev. 1936.
- MEFISTO. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.33, p.2, 18 set. 1896.
- \_\_\_\_\_. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.42, p.2, 27 nov. 1896.
- MILLIET, S. *Diário crítico de Sérgio Milliet*. v.2 –1944. 2.ed. São Paulo: Martins, 1981.
- MOISÉS, M. *A Literatura brasileira*. v.4 – O Simbolismo. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1967.
- MUECKE, D. C. *Irony*. London: Methuen, 1970.
- MURICY, A. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 1987. 2v.
- NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NEVES, L. de O.; LEVIN, O. M. *O teatro*. Crônicas de Artur Azevedo (1894-1908). Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p.4, 5. col., 10 out. 1915.
- O DIABOVESGO. Crônica. *A Bruxa*, Rio de Janeiro, n.44, p.2, 11 dez. 1896.
- OS BICHOS. *O País*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 5 abr. 1895.
- OS INTENDENTES... *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.1, 2.-3. col., 30 mar. 1895.
- PAIVA, E. C. de. *O homem do cavalo branco*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2012.

- PONTES, E. (Org.). *Olavo Bilac*. Bom humor. Rio de Janeiro: Mandarin [1940].
- PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica: baseado no Dicionário moderno*, de Bock, de 1903. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- PUCK [pseudônimo de Olavo Bilac]. O século XIX e a Casa Werneck. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p.2, 1. jan.1900.
- RARAS SEÇÕES... *A Notícia*, Rio de Janeiro, p.1, 2. col., 6 jun. 1900.
- RIBEIRO, H. *Gramática elementar e lições progressivas de composição*. Obra ampliada por Olavo Bilac. Rio de Janeiro: Garnier, s. d.
- RODRIGUES, J. H.; SEITENFUS, R. A. S. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RONCARI, L. A estampa da rotativa na crônica literária. *Boletim Bibliográfico*: Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v.46, p.9-16, jan.-dez. 1985.
- ROSÁRIO, frei D. do. História do martírio das onze mil virgens. In: \_\_\_\_\_. *Flos sanctorum: história das vidas de Cristo N. S. e de sua Santíssima Mãe...* Lisboa: António C. de Melo, 1681. p.787-9.
- SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina*. Nova ed. rev. e amp. São Paulo: Scipione, 1993.
- SIMÕES JR, A. S. *A sátira do Parnaso*. Estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904. Assis, 2001. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- \_\_\_\_\_. A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. *O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v.9/10, p.235-46, 2003/2004.
- \_\_\_\_\_. Do cárcere ao exílio: percalços do cronista Bilac (1892-1894). In: OLIVEIRA, A. M. D. de; ESTEVES, A. R.; CAIRO, L. R. V. (Org.). *Estudos comparados de literatura*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 2005. p.9-26.
- \_\_\_\_\_. A (re)definição do trabalho intelectual no início do século XX. In: PETERLE, P.; SANTURBANO, A.; CAIRO, L. R. V.; MARGATO, I. *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis: FCL-Assis-Unesp-Publicações, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. Pref. de Regina Zilberman. São Paulo: Editora da Unesp; Fapesp, 2007.
- \_\_\_\_\_. A cultura popular no “Registro” d’A Notícia (1900-1908). *Expressão*, Santa Maria (RS), v.2, p.55-8, 2008.

- \_\_\_\_\_. Bilac e a Língua Portuguesa. In: CAIRO, L. R. V.; PEREIRA, M. R.; AZEVEDO, S. M. *Arquivos revisitados da América Lusa*. Assis: Unesp, 2010. p.145-61.
- SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VERÍSSIMO, J. O século XIX. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1. jan.1899 – 6 dez. 1899.
- ZUT. Lulu e o Barão. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 20, n.681, p.6, abr. 1895.

SOBRE O LIVRO

*Tipologia: Horley Old Style 10,5/14*  
*1ª edição Editora Unesp Digital: 2017*

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

*Coordenação Geral*  
Marcos Keith Takahashi

*Edição de texto*  
Gabriela Garcia

*Editoração eletrônica*  
Sergio Gzeschnik

*Foto de capa*  
Acervo Fundação Biblioteca Nacional





Com *Poesias* (1888) e *Tarde* (1919), entre outras obras, Olavo Bilac (1865-1918) insere seu nome na história da literatura brasileira como um dos principais poetas parnasianos, dos quais é certamente o mais popular, graças à sensualidade decorosa e ao sentimentalismo mitigado, além da habilidade versificatória. Junto a seus contemporâneos, o escritor adquire também sólida reputação como jornalista, orador e intelectual politicamente empenhado.

Neste livro, estão reunidos ensaios que contemplam várias facetas da múltipla atuação pública de Bilac e põem em relevo algumas de suas intervenções em favor da liberdade de imprensa, da democracia, do saneamento e da modernização urbanística do Rio de Janeiro, do serviço militar obrigatório (no contexto da Primeira Guerra Mundial) e do ensino (básico) universal, público, gratuito e de qualidade.

Autor de sátiras e crônicas políticas, Olavo Bilac, nos primeiros anos da República, afirma-se inclusive como um dos mais aguerridos críticos do presidente Floriano Peixoto (1839-1895), que o encarcera e obriga-o a autoexilar-se em Minas Gerais.

*Alvaro Santos Simões Junior* é professor de Literatura Brasileira da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) desde 1998. Em 2010, tornou-se pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entre 2013 a 2017, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Entre outros livros, publicou pela Editora Unesp *A sátira do Parnaso* (2007) e *Estudos de literatura e imprensa* (2015) e organizou as coletâneas de ensaios *Formas do romance em língua portuguesa (1919-2008)* (2012). Editou textos jornalísticos de Olavo Bilac na obra *Registro: crônicas da Belle Époque carioca* (Editora Unicamp, 2012) e no livro *Sátiras*, publicado em Lisboa (2017) pelo Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL), da Universidade de Lisboa. Desenvolve atualmente pesquisas sobre a repercussão do decadentismo-simbolismo em periódicos brasileiros e portugueses.